

SGN; PARA REGISTRO NO SIREF.

Aprovado em CA
[Assinatura]

IGCP
Agência de Gestão da Tesouraria
e da Dívida Pública



12/7/2023

Relatório e Contas de 2022

6421454367744958005734787462354327290498547563443573
6354542576125423467876590867634865445787682357458974
3573635454257612542346787659086763486544578768235745
8974370398356378356458005734787462354327290498547563
4435736354542576125423467876590867634865445787682357
4589743703983563783564214543677449580057347874623543
2729049854756344357363545425761254234678765908676348
6544578768235745897437039835637835642145436774495800
7876590867634865445787682357458974370398356378356421
4543677449580057347874623543272904985475634435736354
5425761254234678765908676348654457876823574589743703
9835637835642145436774495800573478746235432729049854
7563443573635454257612542346787659086763486544578768
2357458974370398356378356421454367744958005734787462
3543272904985475634435736354542576125423467876590867
6348654457876823574589743703983563783564214543677449
5800573478746235432729049854756344357363545425761254
2346787659086763486544578768235745897437039835637835
6421454367744958005734787462354327290498547563443573
6354542576125423467876590867634865445787682357458974
3703983563783564214543677449580057347874623543272904
3354327290498547563443573633543272904985475634435736
3354327290498547563443573634234678765908631544576556
0573478987746290498529049854759049854756344347563443

ÍNDICE

MISSÃO, ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS E ORGANIZAÇÃO	3
MISSÃO	3
ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS	3
ORGANIZAÇÃO	5
OBJETIVOS E ESTRATÉGIA	5
PROJETOS	6
ATIVIDADES DE SUPORTE À GESTÃO	8
PROCESSOS DA DÍVIDA DE RETALHO	8
A TESOUREARIA DO ESTADO	9
SISTEMAS DE COMPENSAÇÃO/OPERAÇÕES DE LIQUIDAÇÃO	15
CONTABILIDADE DA TESOUREARIA, DÍVIDA PÚBLICA E OUTROS FUNDOS	21
TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO E SISTEMA DE INFORMAÇÃO	22
COMPLIANCE E BRANQUEAMENTO DE CAPITALIS	24
PROCEDIMENTOS INTERNOS E AUDITORIA INTERNA	27
REPORTES E PREVISÕES	28
ENQUADRAMENTO JURÍDICO	29
APOIO AOS ÓRGÃOS SOCIAIS	30
ARQUIVO, DOCUMENTAÇÃO E CONTEÚDOS	30
MEDIDAS ADMINISTRATIVAS E INDICADORES DE CUSTO RELEVANTES	32
RECURSOS HUMANOS E FORMAÇÃO	36
RECURSOS HUMANOS	36
FORMAÇÃO	37
CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES E DISPOSIÇÕES LEGAIS	38
SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	47
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	51
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS	61
ANEXOS	67

MISSÃO, ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS E ORGANIZAÇÃO

MISSÃO

A Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E. (IGCP), tem por missão gerir, de forma integrada, a tesouraria, o financiamento e a dívida pública direta do Estado, nesta se compreendendo, nos termos da lei aplicável, a dívida das entidades do setor público empresarial cujo financiamento seja assegurado através do Orçamento do Estado, cabendo-lhe ainda coordenar o financiamento dos fundos e serviços dotados de autonomia administrativa e financeira, em obediência às orientações definidas pelo Governo através do membro responsável pela área das finanças.

O IGCP, pode ainda desenvolver, a título acessório do seu objeto principal, atividades conexas, nomeadamente nos domínios da consultadoria e da assistência técnica, da gestão de dívidas de entidades do setor público administrativo e da gestão de ativos destas entidades constituídos por títulos de dívida pública.

Nas atividades previstas no número anterior compreende-se a função de leiloeiro no contexto do mercado regulamentado europeu de leilões de licenças de emissão de gases com efeito de estufa, estabelecido em execução da Diretiva do Comércio Europeu de Licenças de Emissões, em articulação com os serviços e organismos competentes do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia.

Compete ainda ao IGCP gerir as carteiras de derivados financeiros das EPR e emitir pareceres sobre as operações de financiamento daquelas empresas, bem como das EPNR, nos termos e para os efeitos previstos no Novo Regime do Setor Empresarial do Estado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração é composto por um Presidente e dois Vogais, competindo-lhe exercer todas as competências e praticar todos os atos cometidos ao IGCP nos termos da lei e que não se compreendam no âmbito da competência exclusiva dos outros órgãos.

Fazem parte do Conselho de Administração¹:

Juan Miguel Martín Iglesias - Presidente

Maria Rita Gomes Granger - Vogal

Rui Manuel Sampaio Amaral - Vogal

¹ Nomeado pelo Despacho nº 10204/2022, de 11 de agosto, do Senhor Ministro das Finanças.

Até 18 de agosto o Conselho de Administração era constituído por Cristina Maria Nunes da Veiga Casalinho – Presidente; António Abel Sancho Pontes Correia – Vogal e Maria Rita Gomes Granger – Vogal; nomeados pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 24/2019, de 24 de janeiro, publicada no Diário da República, II série, n.º 23, de fevereiro de 2019

CONSELHO CONSULTIVO

Composto pelo Presidente do Conselho de Administração do IGCP, que preside e sem direito a voto, pelos anteriores presidentes, que tenham concluído, pelo menos, um mandato, por um membro do Conselho de Administração do Banco de Portugal a indicar por este, e por quatro personalidades de reconhecida competência em matéria económica e financeira, a designar por despacho do membro do Governo responsável pela área das Finanças².

Os membros do Conselho Consultivo são designados por mandatos de 3 anos renováveis por iguais períodos.

Composição do Conselho Consultivo

Presidente do Conselho de Administração:

Juan Miguel Martín Iglesias

Presidentes do IGCP, E.P.E., que tenham concluído mandato:

Vítor Augusto Brinquete Bento

Vasco Manuel da Silva Pereira

Alberto Manuel Sarmento Azevedo Soares

Cristina Maria Nunes da Veiga Casalinho

FISCAL ÚNICO

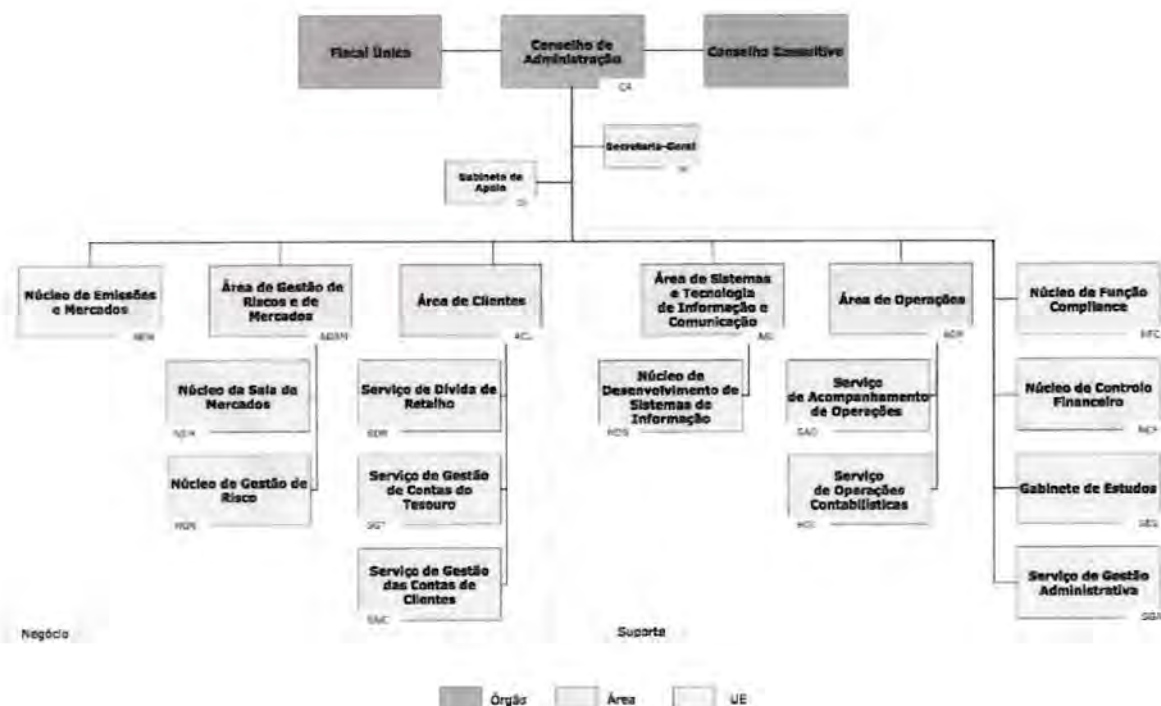
A fiscalização do IGCP cabe a um Fiscal Único, que deve ser um Revisor Oficial de Contas ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, nomeado pelo membro do Governo responsável pela área das Finanças, para um mandato de 3 anos, eventualmente renovável por períodos iguais.

Para o mandato 2022-2024 foi nomeado para Fiscal Único, RCA – Rosa, Correia & Associados, SROC, SA, representado pelo revisor oficial de contas Dr. Paulo Fernando da Silva e Fiscal Único suplente a Dra. Tânia Michele Ferreira de Almeida Duarte conforme despacho nº 337/2022-SET, de 23 de outubro, com efeitos a partir dessa data.

Até essa data continuava em funções o Fiscal Único, JM Ribeiro da Cunha & Associados, SROC, Ld.ª, representado pelo revisor oficial de contas Dr. Mário Paulo Bettencourt de Oliveira, conforme instrução da DGTF, com fundamento no acórdão 15008/20.1T8LSB.L1-1, emitido em 2021 pelo Tribunal da Relação de Lisboa, sustentam que os membros do órgão de fiscalização, onde se inclui o Fiscal Único, mantêm-se em funções após o decurso desse prazo até nova designação.

² Aguarda-se a nomeação do representante do Banco de Portugal e dos representantes nomeados pelo Governo

ORGANIZAÇÃO



OBJETIVOS E ESTRATÉGIA

O Plano Estratégico 2019/2021 foi estendido para 2022 com vista ao seu alinhamento com o horizonte temporal do mandato do Conselho de Administração do IGCP, garantindo a continuidade da atividade do IGCP de acordo com as prioridades estratégicas definidas.

Os objetivos gerais do IGCP têm sido norteados pelo aumento de eficácia no cumprimento da sua missão, de modo a assegurar:

- (i) a gestão do financiamento do Estado; a minimização do custo da dívida numa perspetiva intertemporal;
- (ii) a gestão da tesouraria do Estado; a redução dos saldos de tesouraria para níveis de segurança mínimos aceitáveis;
- (iii) a contribuição para o desenvolvimento dos mercados financeiros; a gestão das carteiras de derivados financeiros das empresas públicas reclassificadas e emissão de pareceres sobre as operações de financiamento de entidades integrantes do setor público empresarial;
- (iv) melhorar e aumentar a serviços prestados aos clientes; uma rápida evolução tecnológica.

O aumento da produtividade é uma prioridade para o IGCP, devendo ser atingida através da melhoria contínua de processos e sistemas, no sentido de garantir uma maior agilização e eficiência na alocação de meios, conjugada com uma adequada política de valorização dos recursos internos.

O foco estratégico do IGCP em 2022 incidiu sobre a atualização tecnológica dos seus principais sistemas de informação, orientando-se a atividade para reduzir o risco de obsolescência e assegurar a continuidade da prestação dos serviços necessários aos clientes.

Grau de execução dos objetivos face ao previsto para 2022

OBJECTIVO ESTRATÉGICO 1

Melhorar a gestão da carteira de dívida e da tesouraria



OBJECTIVO ESTRATÉGICO 4

Valorizar processos e recursos



OBJECTIVO 5

Garantir a sustentabilidade operacional



No 4.º trimestre de 2022 iniciou-se um processo de transformação digital da organização o que implicou a reavaliação de alguns projetos.

PROJETOS

Os projetos de 2022 enquadraram-se nos Objetivos do Plano Estratégico 1, 4 e 5.

Com base no PE2019/21 (extensão 2022), e tendo como ponto de partida o Plano de Atividades e Orçamento de 2022 (PAO) que definiu os principais Projetos para 2022, apresenta-se uma análise dos resultados obtidos.

UPGRADE TECNOLÓGICO DO SPA, SGT E SCE

Os projetos de evolução tecnológica, de forma geral, progrediram conforme esperado. Foram interrompidos apenas por necessidades que surgiram e se revelaram inadiáveis, destacando-se no âmbito da gestão dos clientes institucionais, ao nível do Sistema de Contas Correntes (SGTcc), a implementação do circuito das restituições, que já tinha sido abordado no ano anterior, e ao nível da dívida de retalho, a implementação dos novos requisitos ao nível do Mapa de Situação Patrimonial e o início de outros desenvolvimentos solicitados pela área de clientes, nomeadamente, a agilização do critério de elegibilidade para utilização do *Aforronet*.

No último trimestre de 2022, continuou a sentir-se como principal dificuldade a gestão entre a premência em se avançar na evolução tecnológica de parte dos principais sistemas principais do IGCP e as necessidades funcionais e operacionais das respetivas áreas de negócio, dada a longa duração da primeira.

LEVANTAMENTO E AVALIAÇÃO DAS NECESSIDADES DO BACKOFFICE DO INTERNET BANKING+ (IB+)

Este projeto está a ser reavaliado e integrado no âmbito do processo de transformação digital em curso

DESMATERIALIZAÇÃO DOCUMENTAL (PAPERLESS)

Este projeto transitado de 2021, e o projetado para 2022, previa-se que incidisse sobre o processo de candidatura, construção do caderno de encargos, lançamento do procedimento no âmbito da contratação pública, adjudicação e desenho dos circuitos.

Pelo facto de não terem sido publicados os avisos de abertura das candidaturas ao Portugal 2023, o projeto em causa não teve qualquer desenvolvimento, e será inserido no projeto de transformação digital do IGCP, programado para o próximo triénio.

EVOLUÇÃO PARA OS NOVOS SERVIÇOS REAL-TIME GROSS SETTLEMENT (RTGS)

Pelo facto do projeto de evolução para o novo RTGS ter um impacto enorme na comunidade bancária e devido aos atrasados que a pandemia provocou, foi decidido pelo Eurosistema adiar a entrada em produção de 21 de novembro de 2022 para 20 de março de 2023. Esta mudança permitiu a realização de um tipo de testes que não estavam previstos, tal como o de carga e de dia de negócio, possibilitando testar as aplicações de forma mais criteriosa e corrigir falhas e erros críticos que impedissem o funcionamento de um dia de negócio.

ALTERAÇÃO DAS MENSAGENS SWIFT PARA O TIPO ISO20022

Relativamente ao projeto de alteração das mensagens *Swift* para o tipo ISO20022, e em linha com o projeto *Real-Time Gross Settlement* (RTGS), foi adiada a entrada em produção para a março de 2023, possibilitando uma execução mais pormenorizada e testada.

A adjudicação do módulo CBPR+ à ION foi concretizada em dezembro, e o projeto de migração para o futuro *Eurosystem Collateral Management System* (ECMS), foi adiado para abril de 2024.

REAVLIAÇÃO DO MODELO DE DEFINIÇÃO DA CARTEIRA DE REFERÊNCIA

Em 2022, o cenário macroeconómico e financeiro alterou-se estrutural e significativamente, sobretudo tendo em consideração que o período de 2015-2021 foi caracterizado por uma intervenção massiva e contínua dos bancos centrais e por taxas de juro muito reduzidas/negativas.

A subida da inflação para máximos de várias décadas tem-se tornado mais persistente do que inicialmente antecipado, o que tem levado a um aperto significativo da política monetária – ao fim já esperado dos programas de compra de ativos têm-se associado subidas expressivas das taxas de juro de referência.

A reavaliação da estratégia de emissões da Carteira de Referência, já iniciada em 2022, não poderá, contudo, estar desassociada do novo contexto de taxas de juro e volatilidades mais elevadas – se no final de 2021 a taxa de juro das Obrigações do Tesouro a 10 anos ainda era da ordem dos 0,5%, no final do 4º trimestre de 2022 já se aproximava de 3,6%. Assim, em 2023, deverá dar-se continuidade ao projeto iniciado em 2022 de reavaliação daquela estratégia, tendo-se como objetivo a identificação de uma estratégia de financiamento de médio e longo prazo que esteja adaptada ao novo contexto de mercado e que reflita uma gestão de risco prudente.

ATIVIDADES DE SUPORTE À GESTÃO

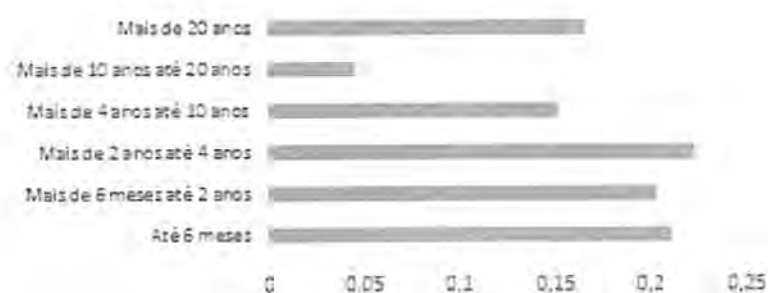
PROCESSOS DA DÍVIDA DE RETALHO

Registou-se em 2022 um acréscimo da relevância relativa da dívida de retalho no stock da Dívida Direta do Estado que passou a ser de 12,1% (10,9% em 2021).

No final de 2022 existiam cerca de 3,8 milhões de subscrições vivas, correspondentes a um valor de cerca de 34,9 mil milhões de euros, superior em cerca de 4,6 mil milhões de euros ao registado no fim do ano anterior.

No gráfico seguinte podemos detalhar a posição no final de 2022 por escalões de antiguidade, donde se pode concluir que o aforro é mantido por longo tempo por parte dos seus titulares – mais de 4 anos por cerca de 36,3% dos investidores. Face ao grande volume de subscrições no final do ano de 2022 o valor até 6 meses foi de 21,1% quando em 2021 tinha sido de 8,3%.

Antiguidade das Aplicações de Aforro



No âmbito da dívida de retalho salienta-se o facto de, a partir de novembro passado, o atendimento presencial ter passado a ser objeto de agendamento eletrónico por acesso do Cliente a uma aplicação disponibilizada no site do IGCP.

O atendimento telefónico e as solicitações por email intensificaram-se de forma muito significativa, especialmente no último trimestre, considerando o aumento exponencial verificado nas subscrições, face ao aumento das taxas de juro.

OTIMIZAÇÃO DO FUNCIONAMENTO INTERNO E AGILIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE SUPORTE AOS PRODUTOS DE AFORRO

Relativamente ao processo de habilitação de herdeiros, procedeu-se a um conjunto de otimizações, ao nível da alteração dos escalões de decisão, mas também no âmbito da melhoria da aplicação de suporte interna – o SRS.

Releva-se ainda, a implementação de um projeto piloto, baseado em 13 Lojas CTT, que consiste na digitalização total dos processos de habilitação de herdeiros e seu envio para o IGCP para tratamento interno, iniciativa esta que permitiu uma redução significativa do tempo de conclusão dos processos e em consequência uma maior satisfação dos clientes.

AFORRONET

O IGCP continua a promover e a potenciar a plataforma *AforroNet*, contando, no final de 2022, com mais de 153 mil utilizadores ativos, o que corresponde a 21,9% do universo total dos Clientes ativos de aforro (18,4% em 2021).

Destaca-se ainda os 259 mil pedidos de subscrição, correspondentes a um montante total de cerca de 1.802 milhões de euros, um aumento face ao do ano anterior de 95%.

O *AforroNet* continua a representar uma plataforma privilegiada e estratégica de interação dos Clientes de produtos de aforro com o IGCP, proporcionando simultaneamente um menor encargo na colocação desses mesmos produtos.

A TESOURARIA DO ESTADO

UNIDADE DA TESOURARIA DO ESTADO

O regime da tesouraria do Estado (RTE), estabelecido pelo Decreto-Lei nº 191/99, de 5 de junho e reforçado pelas Leis do Orçamento do Estado (LOE), define o princípio de unidade da tesouraria do Estado (UTE), segundo o qual a movimentação de fundos públicos deve ser centralizada em contas bancárias no IGCP. A UTE tem sido considerada um instrumento fulcral para a otimização da gestão da liquidez e do financiamento do Estado.

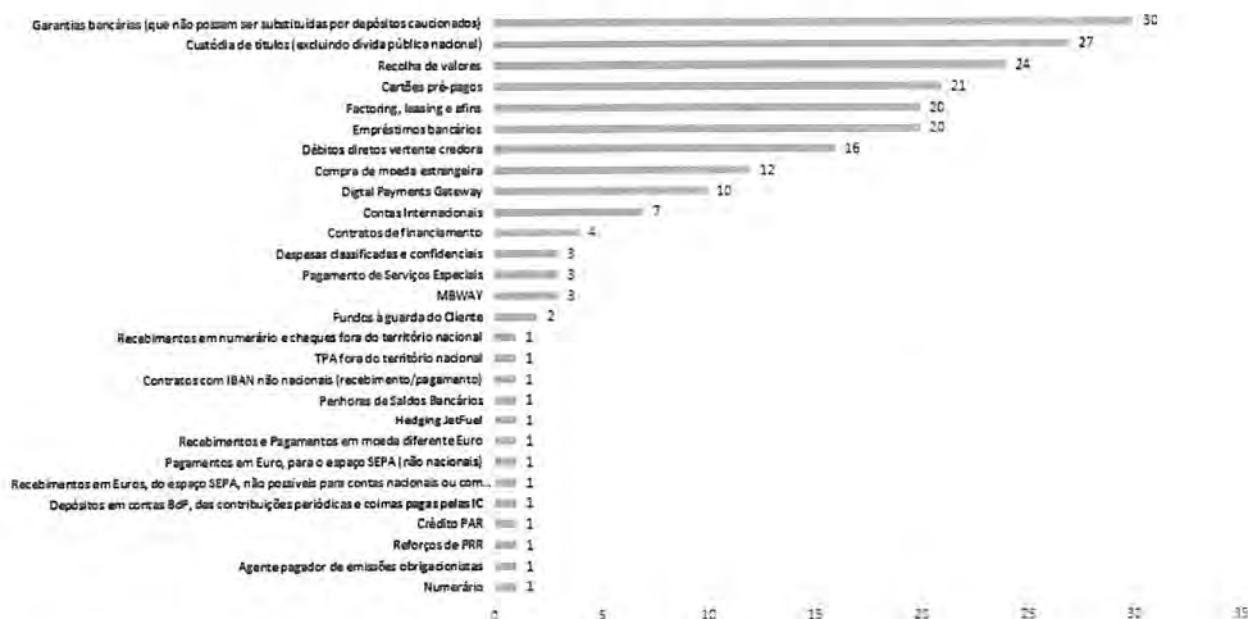
Durante o ano de 2022, a promoção da UTE junto dos serviços e entidades públicas foi realizada através de reuniões, celebração de protocolos de prestação de serviços, emissão de pareceres e múltiplos contatos estabelecidos pelos gestores de conta.

Em 2022, a AMA disponibilizou na PPAP a opção de "Pagamentos ao Estado", passando a funcionar como facilitador técnico junto dos organismos públicos, na geração das referências DUC e na troca de ficheiros de emissão e de cobrança.

Esta parceria entre o IGCP e a AMA é um passo importante, estratégico, para a reformulação e revitalização da Rede de Cobranças do Estado (RCE), com o objetivo a prazo nomeadamente da melhoria dos níveis de serviço e redução dos encargos da RCE.

Nos termos do nº 5, do artigo 136º, da Lei nº 12/2022, de 27 de junho, e do nº 5, do artigo 102º, do Decreto-Lei nº 53/2022, de 12 de agosto, o IGCP proferiu em 2022, 104 despachos de dispensa parcial do cumprimento da UTE, tendo os motivos de tais dispensas sido os apresentados no gráfico seguinte.

Motivos dos Pedidos de Dispensa da UTE



Fonte: IGCP

Saliente-se ainda que, em face dos inquéritos de satisfação realizados em 2022, foi avaliado em 91% o grau de satisfação com o desempenho dos gestores de conta do IGCP e em 92% o grau de satisfação com os serviços bancários disponibilizados no IB.

EVOLUÇÃO DE CLIENTES, CONTAS E DISPONIBILIDADES NO IB

O número de Clientes no IB manteve-se estável em 2022 enquanto o número de contas apresentou um crescimento de 3%. Os serviços integrados (SI) e os serviços e fundos autónomos (SFA) continuam a ser os grupos de Clientes com mais expressão na tesouraria do Estado, representando cerca de 67% dos Clientes e sendo titulares de 78% das contas bancárias domiciliadas nessa plataforma.

O valor das disponibilidades dos Clientes na tesouraria do Estado registou um acréscimo de 3.140 milhões de euros. Esta variação resulta, na sua essência, do acréscimo de cerca de 3.302 milhões de euros dos valores aplicados em CEDIC, na sequência do cumprimento do estabelecido no artigo 101º, do Decreto-Lei nº 53/2022, de 12 de agosto e do Despacho do Senhor Ministro das Finanças nº 14343/2022, de 15 de dezembro.

Clientes, Contas e Disponibilidades na Tesouraria do Estado

Tipo Cliente	Nº Clientes		Nº de Contas		Disponibilidades (milhões de euros)							
					Dep. Ordem		CEDIC		CEDIM		TOTAL	
	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022
ONSUTE	71	78	219	231	4 421	5 093	6 362	6 917	0	0	10 782	12 011
SEE	154	154	542	552	1 287	1 329	2 195	2 352	21	21	3 504	3 703
SFA	252	250	1 547	1 573	3 778	3 883	8 914	9 906	559	765	13 250	14 554
SI	228	221	1 230	1 278	2 049	859	52	1 650	0	0	2 101	2 510
TOTAL	705	703	3 538	3 634	11 534	11 166	17 524	20 826	580	786	29 638	32 778

Fonte: Internet Banking

DEPÓSITOS EXTERNOS

O IGCP não dispõe de balcões de atendimento nem recebe valores em suporte físico, pelo que disponibiliza o serviço de Depósitos Externos, utilizado em 2022 por 407 Clientes, conforme se ilustra no quadro seguinte (fluxo superior a 2021 em cerca de 35%):

Depósitos Externos

Tipo Depósito	Quantidade Talões de Depósito	Valor (milhões de euros)
Numerário	281 298	122
Cheques	21 048	128
Total	302 346	250

Fonte: Internet Banking

IGCP CHARGE CARD

O IGCP em parceria com a UNICRE emite o cartão do “Tesouro Português”, disponibilizado aos Clientes em três versões: Base, Base Viagens e Plus.

IGCP Charge Card

Versão	Compras		Levantamentos			Total das Despesas (mil euros)
	Valor (mil euros)	% do Total	Nº	Valor (mil euros)	% do Total	
Base	5 075	59%	8 817	1 464	95%	6 539
Base Viagens	852	10%	0	0	0%	852
Plus	2 657	31%	368	74	5%	2 731
Total	8 584	100%	9 185	1 538	100%	10 122

Fonte: IGCP

TRANSFERÊNCIAS BANCÁRIAS

Em 2022, houve um crescimento de 10% nas transferências recebidas correspondente a uma entrada de fundos de mais de 8%, face ao ano transato. Quanto às transferências emitidas, o aumento face a 2021 foi de 13%, em termos dos montantes pagos.

Transferências SEPA

Transferências Recebidas	Quantidade	Valor (milhões de euros)	Transferências Emitidas	Quantidade	Valor (milhões de euros)
Internas	572 302	114 930	Internas	261 189	97 026
Externas	896 265	27 739	Externas	8 670 201	70 566
Total	1 468 567	142 669	Total	8 931 390	167 592

Fonte: Internet Banking

TESOURARIA EXTERNA

A principal moeda utilizada na Tesouraria externa é o Euro (cerca de 55%), seguida do Dólar americano (cerca de 40%).

Tesouraria Externa

Recebimentos	Quantidade	Valor (milhões de euros)	Pagamentos	Quantidade	Valor (milhões de euros)
Transferências	1 280	94	Transferências	10 178	868
Cheques	223	2	Cheques	10	não representativo
Total	1 503	96	Total	10 188	868

Fonte: Internet Banking

COBRANÇAS MULTIBANCO

No final de 2022 existiam 89 Clientes aderentes às cobranças Multibanco, detentores de 312 entidades, com as quais foram efetuadas cerca de 9,5 milhões de operações e cobrados 2.459 milhões de euros, valor este que é 56% superior ao do ano anterior.

EMIÇÃO DE CHEQUES

Em 2022, assistiu-se a um decréscimo de 26% dos cheques emitidos, face a 2021. Este decréscimo deveu-se, essencialmente, à redução das emissões feita pela AT (130 mil).

Emissão de Cheques

Clientes	Nº Cheques	Valor (mil euros)
AT	367 084	383 272
IGFEJ	3 996	2 716
IRN	2 168	127
FAT	2 511	449
Restantes Clientes	3 994	98 775
Total	379 753	485 339

Fonte: SGT / Internet Banking

DISPONIBILIZAÇÃO DE TPA

No final do ano em reporte existia um total de 5.419 TPA cedidos, suportados por 230 contas bancárias e que permitiram a entrada de fundos públicos na tesouraria do Estado de cerca de 342 milhões de euros.

Releva-se ainda a renovação da certificação *PCI DSS* (*Payment Card Industry – Data Security Standard*), exigida pelas marcas *Visa*, *Mastercard*, *Amex*, *Discover*, *JCB* e *China Union Pay*, com o intuito de mitigar as ocorrências de fraude no uso destes equipamentos e garantir a segurança dos dados dos respetivos cartões.

OPERAÇÕES DE ANTECIPAÇÃO DE FUNDOS

No âmbito do nº 1, do artigo 30º do RTE e do artigo 3º, do DL nº 43-A/2022, de 6 de julho foram realizadas as operações de antecipação de fundos indicadas no quadro seguinte.

Antecipação de Fundos

RTE - artigo 30º nº 1	Nº Operações	Stock da dívida em 31/12/2021 (milhões de euros)	Desembolsos (milhões de euros)	Amortizações (milhões de euros)	Stock da dívida em 31/12/2022 (milhões de euros)
ao abrigo da alínea b) - OE	16	0	886	886	0
ao abrigo da alínea e) - ADC	3	500	350	0	850
ao abrigo da alínea e) - IFAP	35	934	1 270	1 274	929
ao abrigo da alínea e) - SGMAI (FAMI e FSI)	0	12	0	12	0
DL nº 43-A/2022, de 6 de julho	Nº Operações	Stock da dívida em 31/12/2021 (milhões de euros)	Desembolsos (milhões de euros)	Amortizações (milhões de euros)	Stock da dívida em 31/12/2022 (milhões de euros)
ao abrigo artigo 3º - IFAP	2	0	236	236	0
TOTAL	56	1 446	2 742	2 409	1 779

Fonte: Internet Banking

Os valores em dívida, no final de 2022, foram superiores em cerca de 333 milhões de euros aos registados no final de 2021, sendo a AD&C a principal responsável por este acréscimo.

REDE DE COBRANÇAS DO ESTADO – RCE

DUC Entidade Administradora

Cientes	DUC Cobrados	Valores Cobrados (mil euros)
ACT	3 216	2 410
AD&C	224	2 720
ADSE	121 762	756 163
ANPC	0	0
ANSR	63 529	12 254
APA	109 713	85 597
APSS	13 849	19 956
ASF	12 993	3 776
AT	32 486 307	72 162 001
CGA	53 716	4 398 814
CSAE	65 795	30 120
DGO	12 448	6 008 113
DGPJ	7 732	387
ERS	19 514	9 215
ICNF	5 412	472
IGFEJ	928 021	448 184
IHRU	4 870	444
SEF	115 389	25 180
TConstitucional	1 054	724
TOTAL	34 024 490	83 965 807

Fonte: SCE

Em 2022, a RCE permitiu a arrecadação na tesouraria do Estado de valores emitidos por 19 Clientes, que rondaram 84 mil milhões de euros (cerca de 11 mil milhões de euros superior a 2021), dos quais 86% respeitam a receitas fiscais administradas pela Autoridade Tributária (AT).

Em termos do número de DUC cobrados, verificou-se também um aumento de cerca de 10%, tendo sido cobrados cerca de 34 milhões de documentos, sendo a AT responsável por 95,5% dos DUC pagos.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DAS CAIXAS DO TESOURO

Conforme competência do IGCP, decorrente da nova Instrução do Tribunal de Contas nº 1/2021, de 25 de maio, que entrou em vigor para a prestação de contas, dos serviços com função de Caixas do Tesouro, apresentadas em 2022, relativas a 2021, foi assegurado o envio dos Documentos de Quitação que certificam os valores depositados pelos responsáveis desses serviços. Esta certificação é efetuada anualmente e sempre que mudam os responsáveis das Caixas. Esta responsabilidade implica a conferência dos fluxos financeiros que ocorrem nas 389 contas bancárias de apoio às Caixas do Tesouro, com os fluxos financeiros e contabilísticos reportados por estas no âmbito do Sistema de Cobranças do Estado (SCE).

REEMBOLSOS DE VIAGENS DA UE

A União Europeia (UE) participa no pagamento de viagens dos colaboradores dos serviços e entidades públicas que se deslocam a reuniões no âmbito da Comissão e do Conselho.

Comparativamente com o ano transato, o número de viagens pagas sofreu um acréscimo substancial (mais 381), sinalizando a retoma das deslocações para a participação física nas reuniões, após o período de paragem imposta pelo estado pandémico.

Reembolsos de Viagens UE

Tipo de Viagens	Qt. Viagens	Reembolsos Pagos (euros)
Conselho	153	91 547
Comissão	322	213 907
TOTAL	475	305 455

Fonte: Internet Banking

Esta evidência é mais acentuada ao nível dos reembolsos das viagens da Comissão, que sofreram um acréscimo de 294 viagens e de 198 mil euros pagos, face a 2021.

SISTEMAS DE COMPENSAÇÃO/OPERAÇÕES DE LIQUIDAÇÃO

As atividades de liquidação de operações de clientes, de gestão da tesouraria e da dívida pública, continuaram a ser asseguradas em 2022.

Em paralelo com estas atividades, o IGCP continuou a participar no projeto de consolidação dos novos serviços Target (*Target consolidation*), para entrar em produção a 20 de março de 2023.

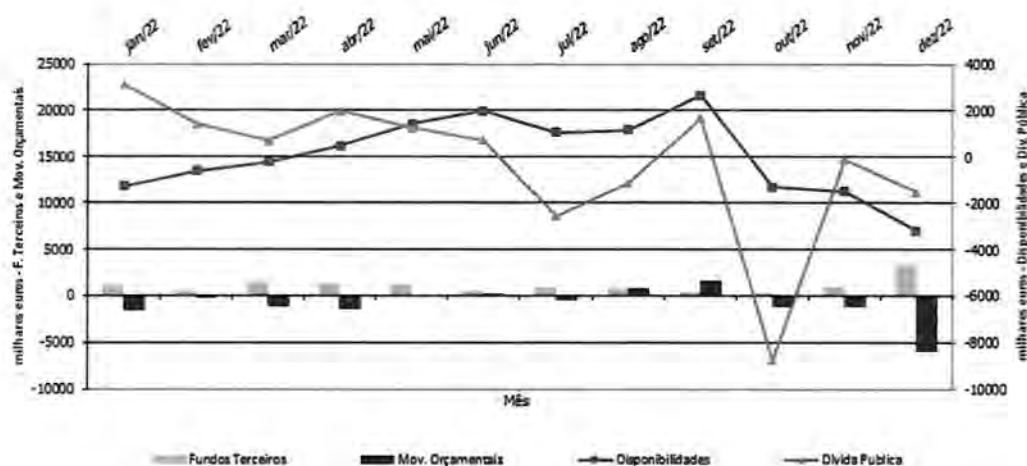
O projeto de implementação dos novos standards da SWIFT ISO20022 teve uma evolução significativa. Houve ainda a participação nos projetos de harmonização dos standards para os instrumentos da dívida e *ECMS – European Collateral Management System*.

GESTÃO DIÁRIA DA TESOURARIA

O IGCP continua comprometido numa gestão eficiente de tesouraria, procurando obter informação de qualidade que assegure um conhecimento permanente dos grandes volumes de pagamentos e recebimentos, para os dias subsequentes, permitindo potenciar ganhos e alcançar uma margem financeira de segurança.

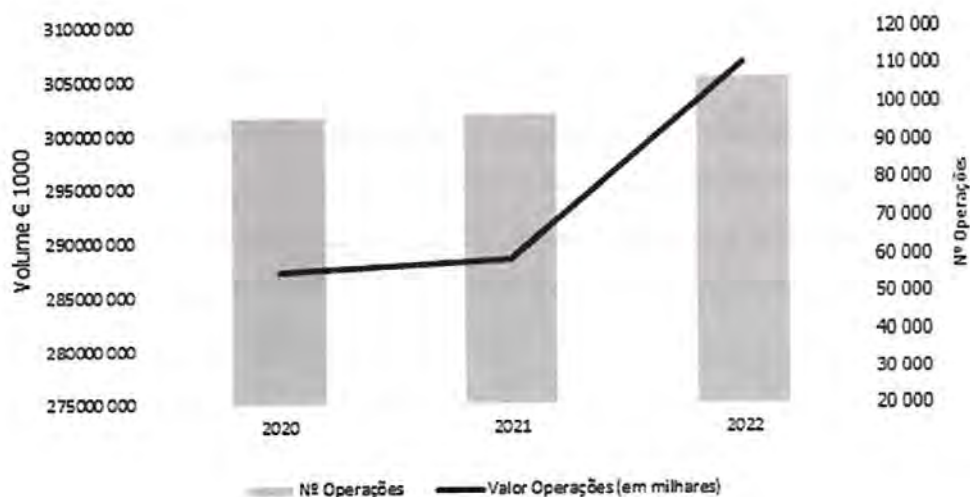
O gráfico seguinte representa o comportamento agregado das principais rubricas contribuidoras para a gestão da tesouraria (Fundos de Terceiros, Dívida Pública, Movimentos Orçamentais e Disponibilidades).

Evolução Anual da Tesouraria



O IGCP apoia-se nas funcionalidades disponíveis no Target2, para realizar a gestão da liquidez e a liquidação dos pagamentos de grande montante. Em 2022, foram liquidadas 106.690 operações, no valor total de 306.713 milhões de euros, correspondendo a uma média diária de 418 transações. Houve uma recuperação face aos anos anteriores, sendo apresentada no gráfico seguinte a evolução em quantidade e montante dos últimos 3 anos:

Transações no Target



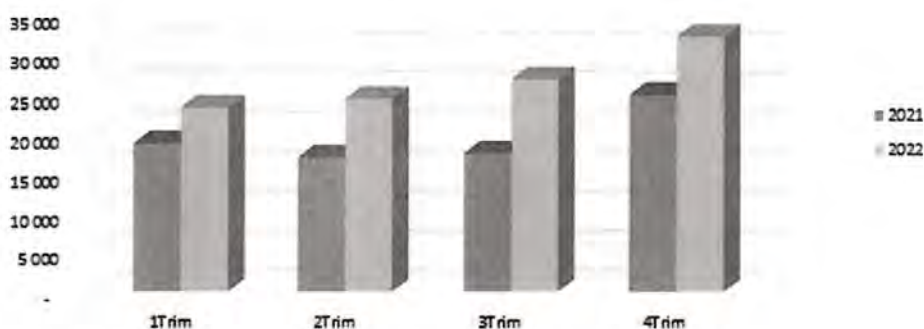
No Target2 são liquidados os saldos de compensação dos sistemas periféricos, nomeadamente os saldos correspondentes ao SICOI, o sistema nacional de pagamentos de retalho. A SEPA (Área Única de Pagamentos em Euros) continua em trajetória crescente, com destaque para o número de transferências emitidas, evidenciado no quadro seguinte:

Sistemas de Compensação de Retalho

Sistemas de Compensação	2021		2022	
	Valor (em milhares)	Nº Operações	Valor (em milhares)	Nº Operações
Multibanco recebidas	12 175 214	26 996 487	14 576 134	27 420 902
Trf. SEPA recebidas	14 326 244	815 812	17 798 852	882 396
Trf. SEPA emitidas	29 465 478	17 858 625	30 680 733	23 565 982
Trf. SEPA recebidas (média diária)	56 181	3 199	69 799	3 460
Trf. SEPA emitidas (média diária)	115 551	70 034	120 317	92 416
Transferências recebidas não-SEPA	7 846	2 021	9 781	2 047
Cheques pagos	346 783	441 974	317 266	296 363
Cheques pagos (média diária)	1 387	1 768	1 269	1 185
DD SEPA (vertente devedora)	68 049	58 840	113 276	70 319

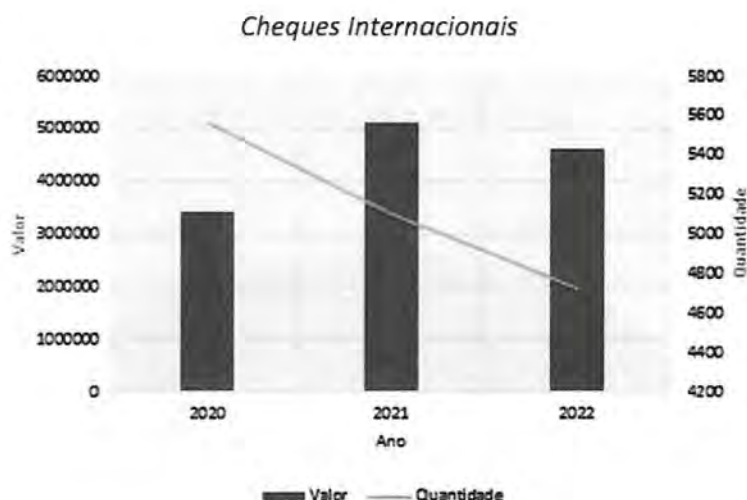
O IGCP utiliza o SWIFT nas transações interbancárias, e como meio de comunicação com o sistema Target2 e Target2 Securities. Em comparação com 2021, o aumento registado foi de 36%, sendo apresentado no gráfico seguinte a distribuição trimestral de mensagens:

Quantidade de Mensagens SWIFT



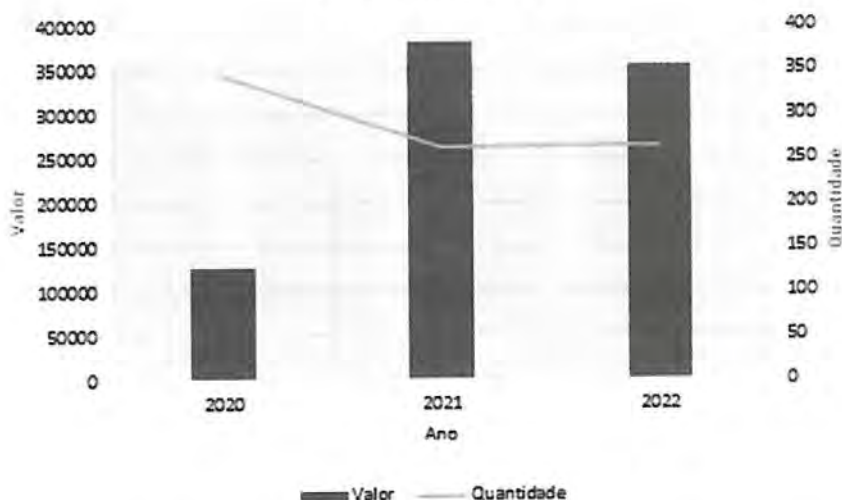
Na vertente de prestador de serviços bancários o IGCP assegura a compensação das operações com cheques nacionais e internacionais e disponibiliza aos clientes institucionais o serviço de emissão de cheques sobre o estrangeiro.

Analisado o triénio, verifica-se que o valor compensado de cheques internacionais estabilizou relativamente a 2021, embora a quantidade registe menos 8% em comparação com o ano anterior e de acordo com o demonstrado no gráfico seguinte:



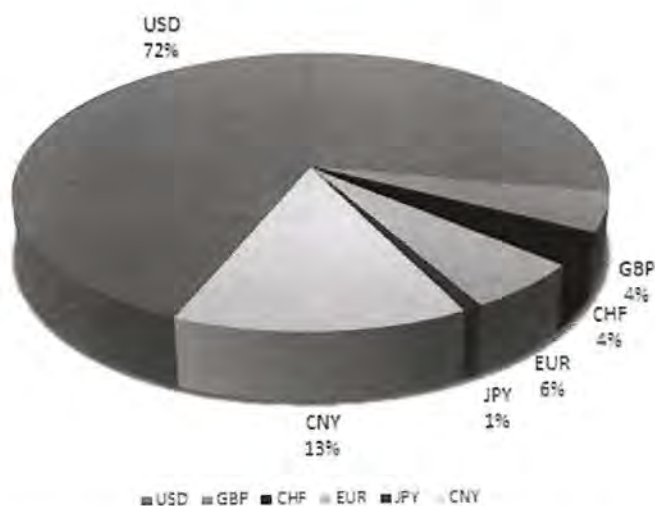
Nos cheques compensados a nível nacional houve uma estabilização ao nível do valor e da quantidade transacionada, como é observado no gráfico representado abaixo:

Cheques Nacionais



O IGCP disponibiliza um serviço de transferências internacionais em divisas e euros para países fora do espaço SEPA. Estas transferências são processadas através de bancos correspondentes, especializados em serviços financeiros *cross border*. Os saldos médios junto dos bancos correspondentes foram distribuídos de acordo com o demonstrado no gráfico seguinte:

Saldos Bancos Correspondentes



Relativamente ao ano anterior o número de transferências internacionais regista um ligeiro aumento, embora o valor em USD diminua em consequência da redução da atividade de operações associadas à dívida pública.

No quadro seguinte é apresentada a distribuição por divisa nos últimos 3 anos:

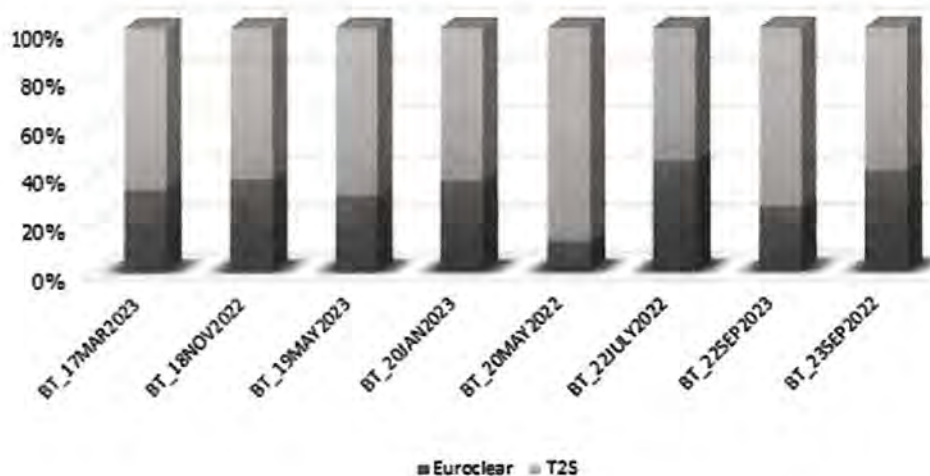
Transferências Internacionais

Moeda	2020		2021		2022	
	Divisa (milhares de euros)	Quantidade	Divisa (milhares de euros)	Quantidade	Divisa (milhares de euros)	Quantidade
AUD	1 683,79	70	1 791,68	90	2 051,62	97
CAD	3 042,51	88	6 103,82	215	684,30	226
CHF	25 445,66	323	27 113,95	356	22 302,41	359
CNY	163 653,01	6	163 651,53	4	2 081 836,43	3
DKK	9 218,43	52	8 687,15	63	10 393,04	57
EUR	69 914,20	4 546	89 604,06	5 380	122 651,59	5 773
GBP	21 085,21	746	29 203,35	1 063	30 103,26	722
INR	85 424,74	79	93 601,86	86	105 507,65	89
JPY	515 493,05	88	409 492,62	108	634 536,01	131
NOK	5 216,69	40	9 323,38	41	8 659,28	51
SAR	1 375,51	25	1 559,09	32	1 601,52	28
SEK	9 320,39	54	10 030,33	62	13 683,06	72
TND	772,40	40	708,47	36	795,69	44
USD	3 448 171,37	3 464	11 533 783,06	4 005	1 567 361,80	4 028
ZAR	13 990,85	106	12 661,53	88	11 651,63	68
Total		9 727		11 629		11 748

OPERAÇÕES DE LIQUIDAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA

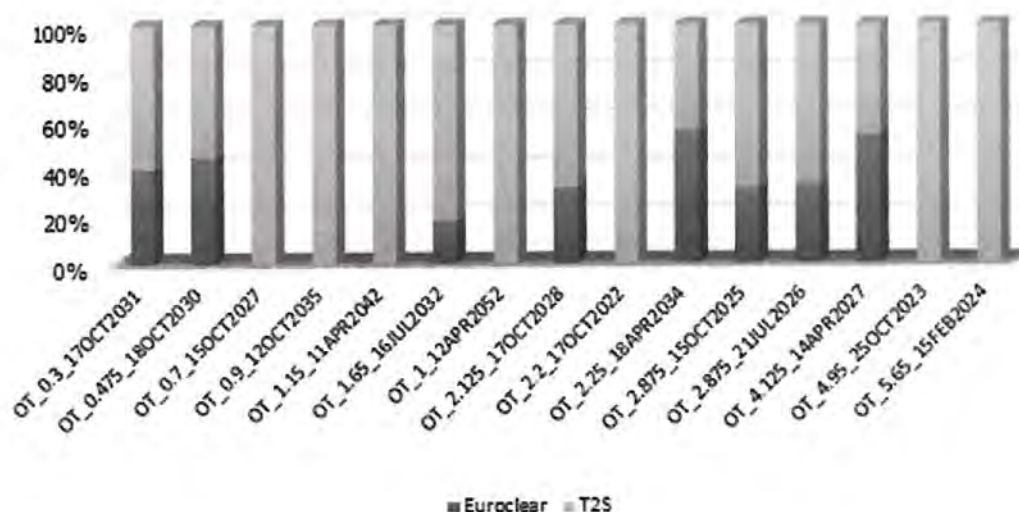
A liquidação de operações de dívida pública, nomeadamente a emissão de Bilhetes do Tesouro, Obrigações do Tesouro e transações de troca de dívida, realizam-se através do Target2 *Securities* e da central de liquidação internacional, *Euroclear*. A liquidação em número de transações das linhas de Bilhetes do Tesouro teve a distribuição apresentada no gráfico seguinte:

Bilhetes do Tesouro por Central de Liquidação

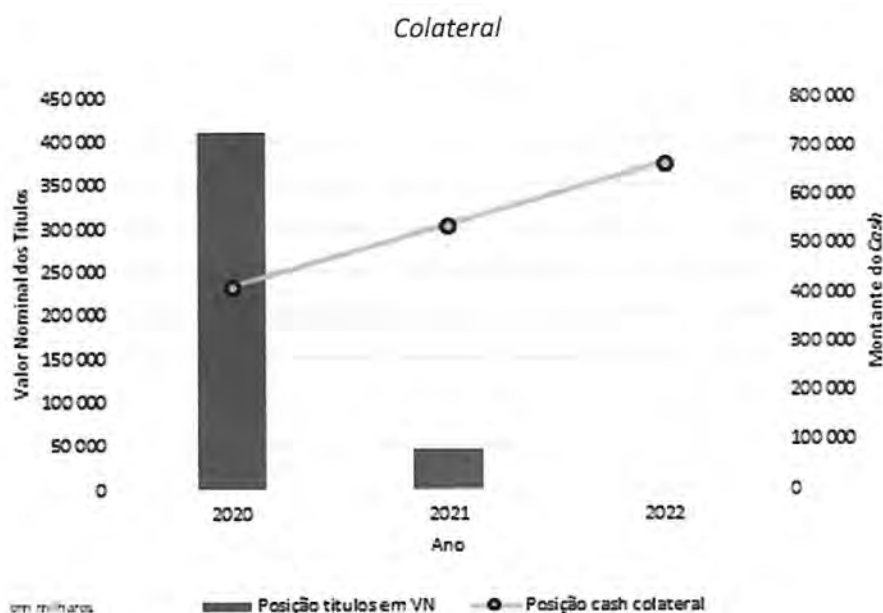


Para as Obrigações do Tesouro, apresenta-se a liquidação em número de transações das linhas de Obrigações do Tesouro do modo seguinte:

Obrigações do Tesouro por Central de Liquidação



No âmbito da gestão de colateral, assistiu-se em 2022 a uma alteração no seu padrão, com a consolidação dos ativos entregues em valores monetários. A posição em *cash* no final de 2022 teve um incremento de 23% em oposição à posição final de títulos que decresceu de forma acentuada, com um valor nominal de 2 milhões, de acordo com o representado abaixo:



OUTRAS OPERAÇÕES

No cumprimento da função de leiloeiro no mercado regulamentado europeu de licenças de carbono, o IGCP processou e liquidou em 2022, um valor total de 673.2 milhões de euros, correspondendo a um crescimento face a 2021.

O IGCP, disponibiliza serviços de custódia de valores mobiliários aos clientes institucionais de títulos da dívida pública, detendo no final de 2022 uma carteira, em valor nominal, de 463,6 milhões de euros.

CONTABILIDADE DA TESOURARIA, DÍVIDA PÚBLICA E OUTROS FUNDOS

No âmbito das suas competências, a Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública assegurou a contabilização das operações associadas às suas duas áreas de negócio - a gestão da Tesouraria e a gestão da Dívida Pública - bem como da atividade realizada pelos Fundos por si geridos: o Fundo de Regularização da Dívida Pública (FRDP) e o Fundo de Renda Vitalícia (FRV).

No âmbito do Plano Estratégico para o triénio 2019-2021-Extensão 2022 e no que respeita à estratégia nº 3 - Otimizar processos de cada UE do objetivo nº 4 – Valorizar Processos e Recursos, realça-se o projeto iniciado e concluído em 2022, intitulado “Reestruturação dos relatórios de gestão do FRDP”. Este projeto consistiu na reestruturação dos mapas que suportam os relatórios de gestão do FRDP.

Em termos de atividade corrente e dentro das datas limite fixadas na lei, procedeu-se à elaboração das demonstrações financeiras no âmbito da responsabilidade do IGCP, E.P.E. pela prestação de contas da Tesouraria, dos Encargos da Dívida, do Fundo de Regularização da Dívida Pública e do Fundo de Renda Vitalícia. Neste contexto, procedeu-se à apresentação, perante o Tribunal de Contas e DGO, da seguinte informação:

- Contabilidade da Tesouraria
 - i. Demonstrações Financeiras mensais e anual que evidenciaram os fluxos financeiros ocorridos na Tesouraria do Estado, através das diversas contas de disponibilidades e aplicações e com reflexo nas respetivas contas orçamentais e de terceiros (contas dos organismos no IGCP);
 - ii. Balanço da Tesouraria do Estado.
- Contabilidade dos Encargos da Dívida Pública
 - iii. Conta de Gerência composta pelos diversos mapas que evidenciam as operações realizadas no âmbito da gestão da Dívida Pública;
 - iv. Balanço e Demonstração de Resultados.
- Contabilidade do Fundo de Regularização da Dívida Pública e do Fundo de Renda Vitalícia
 - v. Conta de Gerência composta pelos diversos mapas que evidenciam as operações realizadas pelo Fundos.
 - vi. Relatório de Gestão do FRDP.

À semelhança do ocorrido em anos anteriores alguns dos documentos extraídos da contabilidade da Tesouraria e dos Encargos da Dívida integraram a Conta Geral do Estado.

Relativamente à contabilidade da Tesouraria verificou-se, ainda, que o seu grau de automatização continuou a garantir níveis de fiabilidade e tempestividade da informação contabilística elevados, possibilitando um apuramento rigoroso dos valores a incluir na Conta Geral do Estado. Neste âmbito, o IGCP assegurou:

- A conciliação da despesa orçamental com a Direção Geral do Orçamento;
- O controlo da devolução, à Entidade Contabilística Estado, dos saldos não utilizados pelos organismos que aderiram ao RIGORE;
- O controlo, com as entidades administradoras da receita, dos valores cobrados e reembolsados.

O IGCP foi ainda responsável pela gestão e controlo do Fundo de Regularização da Dívida Pública, tendo procedido às aplicações definidas na Lei. A sua intervenção no mercado teve continuidade em 2022, através da aquisição e alienação de títulos de dívida pública, nos seguintes montantes em valor nominal:

(euros)

Títulos transacionados em 2022		
Instrumentos Financeiros	Aplicações	Amortizações
CEDIC	513 635 725,42	504 388 179,08
Bilhetes do Tesouro	472 785 426,00	466 809 488,00
Total	986 421 151,42	971 197 667,08

O quadro anterior contempla os Bilhetes do Tesouro que o Fundo possui em carteira com o objetivo de fomentar a liquidez no mercado secundário bem como de intervir em operações de derivados financeiros.

O IGCP procedeu igualmente à gestão do Fundo de Renda Vitalícia, garantindo o cumprimento dos respetivos compromissos. Assegurou, ainda, a continuidade do processo de atualização da base de dados dos titulares com o objetivo de desativar os titulares entretanto falecidos, tendo por base a informação disponibilizada pelo IRN no âmbito do protocolo estabelecido com o IGCP.

TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO E SISTEMA DE INFORMAÇÃO

As atividades do ano de 2022 ao nível dos principais sistemas de informação do IGCP, assim como da correspondente infraestrutura de suporte centraram-se nas várias vertentes da evolução tecnológica. Durante este ano foi garantida a atualização e funcionamento da infraestrutura tecnológica do IGCP, a gestão dos repositórios de dados e a manutenção dos sistemas aplicacionais.

É de realçar a continuação das atividades relacionadas com a segurança da informação, resultantes quer da obrigatoriedade de cumprimento de requisitos de entidades externas quer pela criticidade, sensibilidade e complexidade que os processos relacionados com a segurança têm nas organizações.

No âmbito aplicacional, destacamos a inclusão dos cartões emitidos pela Entidade Certificadora Comum do Estado (ECCE), na Gestão de Utilizadores no Sistema de *Internet Banking*, assim como a conclusão de um conjunto de alterações no respetivo *Backoffice* e sistema de arquivo, na ótica do acompanhamento do novo sistema de *Internet banking*. Ainda no

âmbito do desenvolvimento aplicacional, prosseguiram os processos de evolução tecnológica dos sistemas de suporte ao negócio, tanto da dívida, como da tesouraria.

AO NÍVEL DA EXPLORAÇÃO DE SISTEMAS E DE BASE DE DADOS:

Relativamente à exploração de sistemas e de base de dados identificam-se como atividades mais relevantes, as seguintes:

- Implementação de um novo sistema de prevenção de branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo – PEP.
- Início da evolução da plataforma *Easyvista*, incluindo a componente de *backoffice*, o desenho do novo portal para registo de tickets a disponibilizar aos colaboradores e ainda a revisão e otimização de aspetos como os grupos de resposta, os fluxos e emails envolvidos.
- Continuação do processo de otimização dos recursos informáticos disponibilizados aos colaboradores quer para a realização de teletrabalho quer de trabalho presencial.
- No âmbito do *Internet Banking*, destacam-se a alteração do Sistema Central de Segurança (SCS) para a utilização de cartões emitidos pela Entidade Certificadora Comum do Estado (ECCE), a automatização do processo de integração dos utilizadores do IB na SCS e a criação de novo sistema de arquivo do *Internet Banking*.
- Relativamente ao Sistema Central de Cobranças do Estado (SCE), procedeu-se à criação de infraestrutura para desenvolvimento e testes da utilização do *Microsoft PowerBI*.

AO NÍVEL DAS COMUNICAÇÕES, SEGURANÇA E INSTALAÇÕES:

Relativamente às comunicações, segurança e instalações, identificam-se como atividades mais relevantes as seguintes:

- Continuação do projeto relacionado com a Política de Segurança da Informação incluindo a criação de Anexos da relativos à Gestão de incidentes de segurança. Destacam-se, ainda, a realização de uma sessão de sensibilização a todos os colaboradores do IGCP e um processo de validação da certificação, efetuado por uma entidade externa, no que se refere aos requisitos de segurança definidos pela *Swift* e *Target2*, no âmbito dos processos de auto certificação.
- Instalação do ambiente de DRC do *WallStreetSystems Suite 7.4.79* num *Datacenter* no Porto.
- Realização de diversas atividades, ao nível da segurança do ciberespaço, para dar cumprimento às obrigações decorrentes do DL 65/2021.
- No âmbito da segurança, realça-se a Implementação de bloqueios automáticos dos Indicadores de Compromisso (IOC) fornecidos pelo centro nacional de cibersegurança (CNSC) e Ministério das Finanças. Implementação de novos processos e otimização de processos de monitorização de eventos de segurança, realização de testes de segurança/avaliação de vulnerabilidades quer internos que externos (internet), assim como a resolução de vulnerabilidades de segurança.

- Melhoria da resposta a falhas, em termos de energia socorrida, da rede elétrica.
- Participação no processo de auditoria do Sistema de Gestão da Qualidade

AO NÍVEL DO DESENVOLVIMENTO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Relativamente ao desenvolvimento de sistemas de informação identificam-se como atividades mais relevantes as seguintes:

- No âmbito do *Internet Banking*, conclusão da evolução tecnológica de um conjunto de processos *Batch* do IB, de .net3.5 para .net5.0 e instalação uma nova versão do sistema de arquivo, além de implementação de um conjunto de novas funcionalidades e otimização de outras, numa ótica de aproximar o mais possível os serviços disponíveis ao cliente e ao *backoffice*, em articular no que se refere aos comprovativos. Inclusão do cartão CGER nas opções de Certificação Digital ao nível da gestão de utilizadores.
- Implementação de um processo para extrair de forma automática os extratos das contas que refletem os movimentos dos TPA dos clientes do IGCP.
- No que se refere ao Sistema de Gestão de contas do Tesouro (SGTcc), conclusão da evolução tecnológica das componentes de Expurgo, Evolução para .NET com utilização de MVC e *framework* 4.8 e o sistema operativo dos servidores aplicacionais para Windows 2019. Início da evolução do site SGT Contas Correntes para .NET com utilização de MVC e *framework*4.8 e das componentes *Batch* do mesmo sistema para .NET 5.
- Relativamente aos sistemas da Dívida, a principal atividade foi a continuação da evolução tecnológica, destacando-se a implementação do *Single Sign-On* como ponto estratégico das intervenções ao nível do *On Line*.
- Foi, ainda, instalado um novo sistema (SRS) para agilizar a gestão da informação relacionada com os processos de Habilitação de Herdeiros.
- Adaptação do Sistema de Compensação de Transferências SEPA (SEPT) ao Manual de Funcionamento SEPA-CT versão 5.0 e conclusão da evolução tecnológica do *On Line* do Sistema Central de Cobranças do Estado (SCE), seguida do início da abordagem aos respetivos mapas com recurso ao *PowerBI*.
- Participação no processo de auditoria do Sistema de Gestão da Qualidade.

COMPLIANCE E BRANQUEAMENTO DE CAPITALIS

O IGCP é uma entidade obrigada ao cumprimento dos deveres preventivos em matéria de prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo (BCFT) através dos produtos de aforro (Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto).

De acordo com o modelo de avaliação interna, e também pela análise conduzida pela Autoridade Setorial de Supervisão da Inspeção Geral de Finanças (IGF), o risco intrínseco de BCFT no IGCP é baixo.

Vários fatores concorrem nesse sentido, destacando-se, entre eles, os seguintes:

- a conta-aforro é aberta de forma presencial e apenas após se ter cumprido o dever de identificação do Cliente previsto na Lei;
- os produtos de aforro são titulados unicamente por pessoa singular (exigindo-se, também, que: i) o titular possua NIF português, e que ii) o IBAN registado na conta-aforro lhe pertença);
- existem montantes máximos, quer para o investimento diário feito em numerário, quer para o valor global das aplicações financeiras;
- os produtos disponíveis têm um período de imobilização relativamente longo: o resgate só pode ser efetuado, no caso dos Certificados de Aforro (CA), ao fim de três meses após a subscrição e, no caso dos Certificados do Tesouro (CT), ao fim de um ano;
- o cliente-tipo dos produtos de aforro privilegia a poupança de médio/longo prazo³.

A distribuição por intervalos de capital e contas-aforro no final de 2022 é aquela que se mostra na tabela seguinte:

Distribuição e Composição dos Saldos em Conta

Em 31/12/2022

CAPITAL DA CONTA (milhares de euros)	Nº Contas	Capital (milhões de euros)	Certificados de aforro (milhões de euros)					Certificados do tesouro (milhões de euros)			
			Série A	Série B	Série C	Série D	Série E	10 Anos	CTPM	CTPC	CTPV
< 5	216 439	315	10	141	19	10	82	0	0	44	9
⇒ 5 e < 25	215 027	2 662	14	718	186	76	834	0	0	670	165
⇒ 25 e < 50	97 713	3 425	12	809	230	87	1 029	0	0	996	262
⇒ 50 e < 75	57 194	3 407	10	692	220	78	1 057	0	0	1 066	284
⇒ 75 e < 100	31 006	2 660	7	583	185	61	751	0	0	847	226
⇒ 100 e < 250	69 168	10 324	31	2 016	678	194	3 099	0	0	3 413	894
⇒ 250 e < 500	20 108	6 604	21	1 342	405	91	1 848	0	0	2 320	577
⇒ 500 e < 1 000	5 495	3 647	15	718	151	34	553	0	0	1 758	418
⇒ 1 000 e < 2 000	1 272	1 590	5	200	50	10	182	0	0	911	232
⇒ 2 000 e < 3 000	88	202	0	28	9	2	18	0	0	85	59
⇒ > 3 000	5	17	0	6	1	0	1	0	0	6	2
Totais	713 515	34 852	125	7 252	2 135	644	9 453	0	0	12 116	3 127

As análises de risco de BCFT que são efetuadas no IGCP, ao nível do Cliente, concentram-se, em geral, nas contas-aforro que registam subscrições (séries que estão vivas em cada momento); no caso de 2022, nos movimentos registados nos CA série E e nos CTPV.

Não obstante o baixo risco intrínseco de BCFT, o IGCP tem implementados controlos, que fazem com que o risco residual seja ainda menor. Destes, destacam-se dois deles, por terem tido desenvolvimentos relevantes em 2022: 1) melhoria do modelo de avaliação do risco de BCFT ao nível do Cliente; 2) melhoria da qualidade de informação pessoal dos Clientes aforristas:

1. Melhoria do modelo de avaliação do risco de BCFT ao nível do Cliente

³ Os produtos de aforro são desenhados nesse sentido. Para além de contemplarem um período de imobilização relativamente longo, eles oferecem prémios de permanência.

Ao nível do Cliente, o risco é calculado em função de 4 parâmetros: a) qualidade PEP⁴ (Pessoa Politicamente Exposta) do Cliente (sim/não); b) profissão; c) país de nascimento; e d) país de residência.

Da conjugação daqueles 4 parâmetros resulta num nível de risco, que é incorporado numa análise que contempla, adicionalmente, os movimentos registados na conta-aforro. As tabelas seguintes apresentam um resumo (2022), em termos globais, da relação entre o número de operações (de subscrição e resgates) e: i) o número de contas; ii) o valor das operações:

Movimentos em Conta

N.º de operações	Subscrição		Resgate	
	N.º Contas	Capital (milhões de euros)	N.º Contas	Capital (milhões de euros)
<6	258 815	8 456	180 936	4 911
=>6 e <12	16 640	954	7 589	476
=>12 e <18	3 856	275	1 334	105
=>18 e <24	1 228	113	404	40
=>24	1 131	141	280	35
Totais	281 670	9 938	190 543	5 567

Valor da operação (milhar de euros)	Subscrição		Resgate	
	n.º de operações	Capital (milhões de euros)	n.º de operações	Capital (milhões de euros)
< 5	300 154	522	171 072	298
=> 5 e < 25	278 320	2 654	149 167	1 534
=> 25 e < 50	51 100	1 655	31 393	1 031
=> 50 e < 75	27 964	1 551	14 658	823
=> 75 e < 100	9 399	802	4 652	393
=> 100 e < 250	15 279	2 034	8 323	1 102
=> 250 e < 500	2 353	614	901	267
=> 500 e < 1.000	109	67	136	83
=> 1.000	39	39	35	35
Totais	684 717	9 938	380 337	5 567

Exemplificando: conclui-se que, em 2022, 1.131 contas aforro registaram mais do que 23 movimentos de subscrição e que houve 39 operações de subscrição no valor de 1 milhão de euros.

Em 2022, foram efetuadas 254 análises de risco às contas (que movimentaram um valor superior a 12 milhões de euros), assim ventiladas por trimestre:

⁴ Nos termos da alínea cc) do n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 83/2017, revestem a qualidade de PEP as pessoas singulares que - em qualquer país ou jurisdição - desempenhem, ou tenham desempenhado nos últimos doze meses, funções públicas proeminentes de nível superior (tipificadas na Lei). No entanto, no contexto deste relatório, quando se refere o termo PEP ele deve ser entendido no contexto mais geral PEP, ou seja, nele se incluindo também as pessoas reconhecidas como estreitamente associadas [alínea dd) do art.º 2 da Lei n.º 83/2017], os membros próximos da família [alínea w) do art.º 2] e os titulares de outros cargos políticos ou públicos [alínea gg) do art.º 2].

Trimestre	Operações identificadas como suspeitas mas não comunicadas	Nº de Análises efetuadas às Contas Aforro	Valor Total (euros)
1º	Subscrições e resgates em numerário	51	3 225 552,51
2º	Subscrições e resgates em numerário	51	3 039 166,00
3º	Subscrições e resgates em numerário	45	1 870 406,14
4º	Subscrições e resgates em numerário	107	4 224 001,82

Em função das análises, são tomadas decisões, que podem ser de: 1) arquivamento; ou 2) manutenção de vigilância da conta do Cliente; ou 3) Comunicação de Operações Suspeitas (COS) às autoridades competentes (DCIAP/UIF). Em 2022, o IGCP efetuou uma COS, e os CTT dez.

Por sua vez, no final do ano, existiam 43 contas-aforro sob vigilância, por apresentarem movimentos que, caso venham a persistir no tempo, poderão vir a ser considerados suspeitos da prática de BCFT e, assim, alvo de COS.

2. Melhoria da qualidade de informação pessoal dos Clientes aforristas

Foi efetuado um levantamento das funcionalidades/especificações no Sistema de Produtos de Aforro (SPA) que são necessárias abrir/alterar no canal CTT para que os operadores deste parceiro possam visualizar e alterar/atualizar os dados que constam da ficha de Cliente.

Estas alterações no SPA, que se encontram em fase de testes, são muito relevantes para efeitos do cumprimento da obrigação do IGCP de ter registados/atualizados na base de dados os elementos identificativos dos Clientes previstos na Lei nº. 83/2017, já que anteriormente os CTT não estavam habilitados para o fazer.

Assim que as novas funcionalidades entrem em produção (prevê-se que seja em fevereiro), está preparado um conjunto de iniciativas junto dos Clientes, sensibilizando-os para a necessidade de atualizarem os seus dados pessoais aos balcões dos CTT.

Em 2022, foram efetuadas auditorias internas aos procedimentos de *compliance* no âmbito da oferta de produtos de aforro, que concluíram que as normas em vigor estão, de forma geral, a ser cumpridas⁵.

O IGCP está, assim, dotado de um modelo robusto de prevenção de BCFT, em linha com as exigências da Lei e com as boas práticas de mercado.

PROCEDIMENTOS INTERNOS E AUDITORIA INTERNA

PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA

Do Programa Anual de Auditorias Internas para o ano de 2022 foram realizadas as seguintes ações de Auditoria:

⁵ Foram identificadas oportunidades de melhoria que se prevê virem a ser incorporadas nas normas/práticas instituídas.

- Gestão de Correspondência
- Manual de Procedimentos dos Produtos Aforro IGCP – CTT
- Taxas de juro com base em indexantes do mercado monetário
- Tratamento de Reclamações
- Procedimentos implementados no IGCP em matéria de BCFT
- Auditoria Interna ao Sistema da Gestão da Qualidade (SGQ)
- Projeto *Kaizen*
- Auditoria externa ao Sistema da Gestão da Qualidade

Destas auditorias resultou um conjunto de constatações e de recomendações descritas nos respetivos relatórios de auditoria, originando a elaboração de planos de ação conducentes à implementação de medidas corretivas e à revisão do normativo interno.

EXPANSÃO E OTIMIZAÇÃO DO NORMATIVO INTERNO:

Durante o ano de 2022 foram elaboradas 6 Normas de Procedimentos, revistas 4 *Normas* Internas e 14 Normas de Procedimentos. Foi ainda realizada a revisão de 1 Manual de Procedimentos.

MANUTENÇÃO DA CERTIFICAÇÃO DO SGQ ISO9001:2015:

Depois de, em 2017, o IGCP ter obtido a renovação com a transição para a ISO 9001:2015, decorreu em 2021 a primeira auditoria de acompanhamento, do ciclo que se iniciou em 2020, tendo a mesma decorrido com sucesso (foi identificada uma observação/oportunidade de melhoria).

REPORTES E PREVISÕES

REPORTE REGULAR DE INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA

Durante o ano de 2022, o IGCP, E.P.E. manteve o envio regular de informação da dívida direta do Estado, e dos respetivos juros e outros encargos, a entidades nacionais como o Banco de Portugal, o INE, a DGO, o Tribunal de Contas, a CMVM, o CFP, a UTAO, bem como a diversas instituições internacionais, nomeadamente Comissão Europeia, FMI, BCE e OCDE, cumprindo os prazos de reporte estabelecidos.

PREVISÕES DE TESOURARIA, DÍVIDA PÚBLICA E JUROS E OUTROS ENCARGOS DA DÍVIDA DIRETA DO ESTADO

Para além do reporte estatístico e de acompanhamento da execução dos dados da dívida direta do Estado, o IGCP, E.P.E. é igualmente responsável pela atualização regular de previsões das necessidades e fontes de financiamento do Estado e do respetivo saldo de disponibilidades de tesouraria, efetuando também projeções para a trajetória da dívida pública e para os juros e outros encargos da dívida direta do Estado. No atual contexto de grande incerteza e volatilidade, o exercício de previsões financeiras reveste-se de exigência acrescida, ao mesmo tempo que se revela da maior importância no

sentido de assegurar que a dívida pública mantém a trajetória descendente. Para tal, tem sido igualmente fundamental o reforço do acompanhamento permanente da execução do programa de financiamento e dos fluxos de tesouraria.

Os exercícios de previsão realizados pelo IGCP são contributos fundamentais para o desenho do programa de financiamento da República e para a preparação, pelo Ministério das Finanças, da Proposta de Orçamento do Estado e do Programa de Estabilidade. A informação preparada é ainda partilhada com o ESM, a Comissão Europeia, o BCE e o FMI, no âmbito do contacto regular com estas instituições, que acompanham a situação económica e financeira portuguesa ao abrigo de diversos mecanismos (*ESM Early Warning System, EU Post-Programme Surveillance, European Semester, IMF Article IV consultations*).

COMUNICAÇÃO COM AGÊNCIAS DE RATING E INVESTIDORES

O IGCP, E.P.E. promove uma comunicação estreita com uma base de investidores alargada, fornecendo informação regular sobre a evolução do programa de financiamento e outros desenvolvimentos da economia portuguesa. Simultaneamente, o IGCP mantém contacto regular com as principais agências de rating, facultando regularmente informação sobre estas mesmas matérias.

Durante o ano de 2022, as agências de notação de crédito retomaram as missões presenciais, tendo o IGCP garantido a organização destas visitas. No 2º semestre do ano, três das principais agências fizeram o upgrade da notação de crédito atribuída à República Portuguesa. Em particular, em agosto a primeira movimentação foi realizada pela DBRS que melhorou a notação de crédito de Portugal em 1 notch para A(low), tendo-se seguido a S&P em setembro com a melhoria da notação também em 1 notch para BBB+ e, por fim a Fitch em novembro com melhoria semelhante para BBB+

Os principais documentos de análise partilhados com os investidores e as agências de rating são disponibilizados aos investidores e ao público em geral no site do IGCP, E.P.E., garantindo uma maior transparência da informação partilhada com todos os intervenientes no mercado.

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

A Área Jurídica acompanhou diversas questões relativas às atribuições do IGCP, tendo prestado o apoio jurídico solicitado pelo Conselho de Administração e diferentes UE.

De entre os assuntos aos quais foi prestada assessoria jurídica, destaca-se:

- O apoio jurídico às emissões de dívida pública, designadamente Obrigações do Tesouro (OT);
- O acompanhamento jurídico e negociação da documentação necessária à execução das operações de derivados financeiros (*ISDA/CSA*) e *repurchase agreements* (GMRA);
- O apoio jurídico à Área de Clientes, sobretudo nas matérias referentes aos Certificados de Aforro;
- O apoio jurídico a temas relacionados com a tesouraria do Estado;
- O apoio jurídico no âmbito da contratação pública;
- O patrocínio de ações judiciais e acompanhamento de diligências decorridas nos tribunais, bem como a gestão dos processos judiciais entregues à assessoria jurídica externa.

APOIO AOS ÓRGÃOS SOCIAIS

A Unidade presta apoio técnico direto aos órgãos sociais da Agência, em especial, ao conselho de administração, especificamente no que respeita ao funcionamento de tais órgãos e a temas de particular natureza institucional envolvendo análise jurídica, transversais à generalidade das atribuições e competências do IGCP. A Unidade coadjuva igualmente outras Unidades de Estrutura sempre que tal seja requestado pelo conselho de administração.

No exercício de 2022 destacou-se a intervenção em dossiers envolvendo processos judiciais interpostos contra a Agência, em procedimentos mais complexos de contratação pública e na revisão do normativo interno da Agência.

A Unidade manteve em 2022 o acompanhamento dos dossiers internacionais em curso, principalmente, nas instâncias da União Europeia, tendo por objeto temas relevantes, direta ou indiretamente, para a prossecução da missão e atribuições da Agência - em articulação com o Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais -GPEARI do Ministério das Finanças - bem como a monitorização, em permanência, das alterações legislativas nacionais e europeias de interesse para o IGCP.

ARQUIVO, DOCUMENTAÇÃO E CONTEÚDOS

ARQUIVO

Durante o ano de 2022, as tarefas do Arquivo decorreram dentro do definido, tendo em linha de conta que todos os circuitos documentais se encontram definidos e estabilizados. No âmbito da Política de Qualidade do IGCP, o espaço do Arquivo localizado na Abrunheira mantém a certificação de conformidade.

Pelo facto de entre janeiro e setembro a maioria dos colaboradores do IGCP ainda se encontrar em teletrabalho, a média do prazo de entrega da documentação situou-se em 9,4 dias e não 8 como estabelecido no Sistema de Gestão da Qualidade.

O Serviço de Dívida a Retalho – SDR, continua a ser o principal utilizador do Arquivo, especialmente no que respeita às requisições de documentos.

O Arquivo durante 2022:

- Incorporou 3.933 processos provenientes do SDR;
- Respondeu a 317 pedidos de documentos;
- Incorporou 306 Unidades de Instalação.

SISTEMA DE GESTÃO DOCUMENTAL/CORRESPONDÊNCIA

Prosseguiu-se o processo de melhoramento do Sistema de Gestão de Correspondência, com o acompanhamento que os utilizadores necessitam.

Os relatórios Semestrais permitem fazer uma avaliação do desempenho dos diferentes intervenientes, identificar e corrigir erros e omissões bem como salientar outras evidências necessárias a uma avaliação do sistema.

Durante o ano de 2022 ocorreram 53.612 registos que se dividem em 38.448 entradas e 15.164 saídas.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

No que respeita à legislação, o Diário da República Eletrónico (DRE), é consultado diariamente e feita a difusão dos diplomas consoante o conteúdo e de acordo com o perfil dos utilizadores.

O processo de publicação de atos em II Série continua a decorrer de acordo com as necessidades e responsabilidades do IGCP, assim como a publicação de Concursos Públicos no Jornal Oficial da União Europeia.

PLANOS/RELATÓRIOS

Na sequência da decisão do Conselho de Administração de ter estendido o Plano Estratégico para 2022, a nova versão (Versão 3.0), foi finalizada em janeiro de 2022.

O processo de governação do Plano Estratégico originou 2 monitorizações, destacando-se a de julho, pelo facto de ter correspondido ao fim de ciclo, ou seja, fim do mandato do Conselho de Administração, em que foi feito um ponto de situação do:

- Percurso do Plano Estratégico;
- Cumprimento dos KPI, metas e estratégias.

São produzidos, sob a responsabilidade do Gabinete de Apoio, o Plano de Projetos e Atividades, o Relatório Projetos e Atividades, e a colaboração na elaboração do Plano de Atividades e Orçamento.

PORTAL BASE

As regras da contratação pública previstas no Código dos Contratos Públicos - CCP aplicam-se às Entidades adjudicantes (cfr. artigo 2.º, n.º1) onde se inclui o IGCP, e como tal há a obrigatoriedade de finalizar os procedimentos levados a efeito pelo IGCP no Portal Base.

Cabe ao Gabinete de Apoio centralizar a informação relativa a todos os procedimentos e acompanhar as diferentes fases e registos no Portal Base.

INTERNET

A página do IGCP durante 2022 foi visitada/consultada por 1.537.101 utilizadores, originando uma média diária de 4.211 consultas.

O número de consultas ao site do IGCP nunca tinha atingido tais valores, só explicado pela subida da taxa de juros dos certificados de aforro no 2.º semestre e em especial no 4.º trimestre.

De uma forma generalizada, ao longo do ano os dias que se destacam com maior número de visitas corresponde ao final ou início do mês, datas em que são disponibilizadas as taxas de juro dos produtos aforro.

INTRANET

A Intranet inclui informação/conteúdos que o IGCP dispõe para dar apoio à sua atividade, sendo uma ferramenta transversal e por consequência o veículo de excelência na comunicação da organização.

Pelo seu dinamismo e importância de repositório de informação, os conteúdos são atualizados regularmente sendo base e apoio ao trabalho diário.

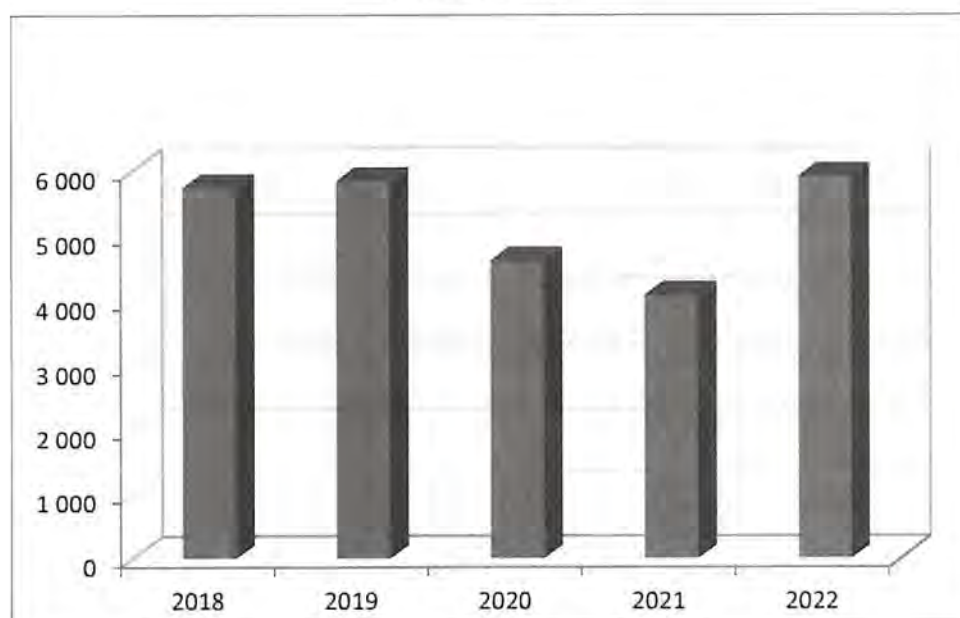
MEDIDAS ADMINISTRATIVAS E INDICADORES DE CUSTO RELEVANTES

INDICADORES RELEVANTES PARA CONTROLAR CUSTOS

Gastos com água

Relativamente aos gastos com a água os valores verificados em 2022 tiveram um acréscimo de 44,7% relativamente a 2021. Esse acréscimo foi essencialmente verificado pelo aumento da quantidade de metros cúbicos (m³) consumidos: (i) 2021 - 429,066 m³, (ii) 2022 - 1.319,790 m³, em virtude de em 2021 estar implementado o teletrabalho, como medida de mitigação do vírus SARS-COV 2, enquanto em 2022 o trabalho ter sido essencialmente presencial, do que pelo acréscimo do preço do m³ - 0,9%.

Gastos com água



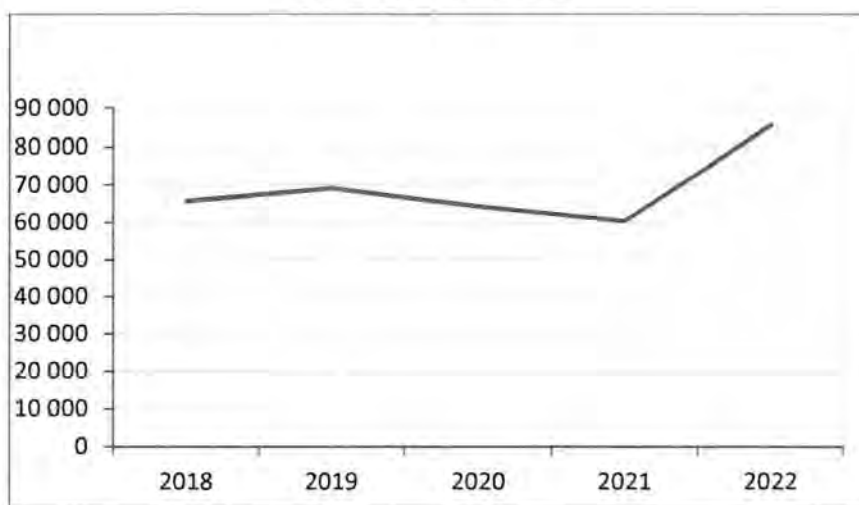
Gastos com eletricidade

Quanto ao consumo de eletricidade, em 2022, há um acréscimo de 42,21% face a 2021. Em termos quantitativos este aumento representa cerca de 25.419 euros anuais, em termos de KWh gastos, o aumento representou unicamente 1.61%.

O aumento do consumo é essencialmente justificado pelo aumento do KWh. O quadro seguinte evidencia esse acréscimo.

	2021	2022	acrécimo
Energia ativa - super vazio	0,0422	0,1259	198,3%
Energia ativa -vazio	0,0512	0,1559	204,5%
Energia ativa - ponta	0,0607	0,1868	207,7%
Energia ativa - cheia	0,0569	0,1748	207,2%

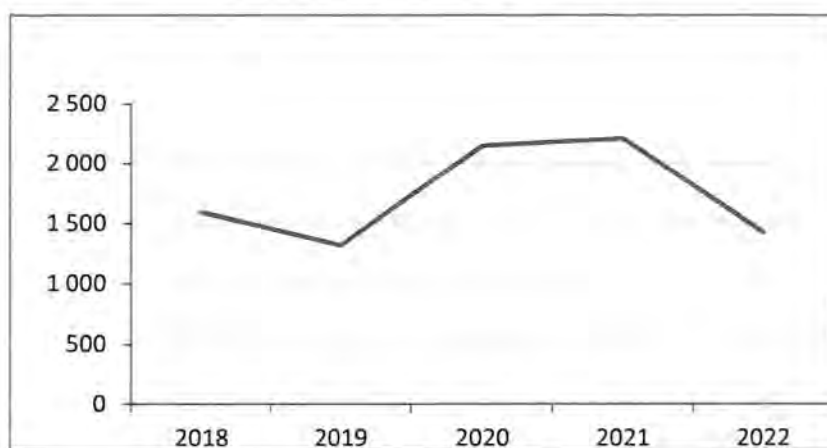
Gastos com eletricidade



Gastos com centrais telefónicas

Contrariamente os gastos com as centrais telefónicas diminuíram significativamente em 2022 face a 2021 (-35,5%). Este decréscimo é resultado da diminuição de gastos com: (i) o serviço fixo de telefones (-51,5%) e, (ii) o serviço móvel (-30%). Este último resultado de um novo contrato, com outro operador (NOS) que, embora só tenha efeitos a partir de setembro, os mesmos foram muito significativos.

Gastos com centrais telefónicas



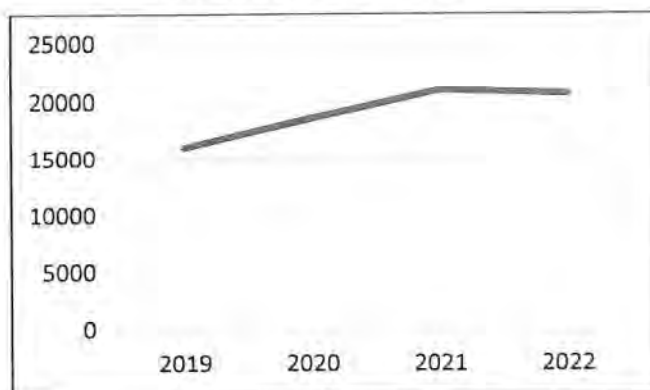
Tratamento da Correspondência

A tendência de subida do correio recebido que se tinha verificado em anos anteriores, em 2022, alterou-se. Assim o correio recebido diminui face a 2021 (-7,6%). Também o correio eletrónico recebido sofreu uma ligeira diminuição (-1,5%), no entanto este continua a representar 53,8% do total do correio recebido.

Correio recebido

Anos	Valores
2018	35 247
2019	36 644
2020	37 100
2021	41 620
2022	38 448

Correio eletrónico recebido



Correio expedido e a sua evolução

Mantém-se a tendência de descida do correio expedido, tendência essa que não se verificou nos gastos associados ao mesmo cujo acréscimo em 2022 foi de 48,8%, relativamente a 2021.

Evolução do correio expedido

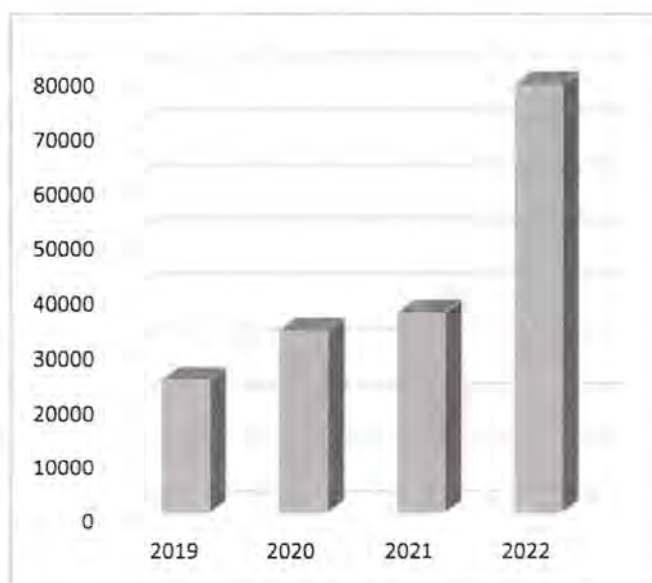
Unidade: euro							
Anos	2019	2020	Variação %	2021	Variação %	2022	Variação %
Quantidade	40 284	48 748	21,0%	48 556	-0,4%	89 514	84,4%
Valor	16 540 €	19 369 €	17,1%	20 778 €	7,3%	30 914 €	48,8%

Fonte: SGA

Relativamente a 2019, 2020 e 2021 as quantidades consideradas incluem a correspondência tratada diretamente pela agência bem como as cartas referentes a *passwords* do SPA, *Aforronnet* e *Internet Banking*, serviço que se encontra subcontratado a uma empresa externa. Assim salientamos que o acréscimo de custos relativamente aos valores não evidencia somente um acréscimo nos custos de cada carta enviada, mas também um aumento de 113,7%, no número de cartas *password* enviadas, conforme gráfico abaixo.

O aumento das taxas dos certificados de aforro verificado a partir de maio, e de modo mais acentuado a partir de outubro, implicou um acréscimo nos pedidos de adesão ao *Aforronnet* provocando que o número de *password* emitidas aumentasse de 36.684 em 2021 para 78.389 em 2022.

Password emitidas



Faturação - Receita Cobrada

Relativamente à faturação dos serviços prestados pelo IGCP na sua atividade bancária, aos vários organismos do Estado sujeitos à unidade de tesouraria, designadamente o aluguer e utilização de TPA, encargos com DUC, pagamentos e serviços multibanco e encargos com certificação digital, o número de faturas emitidas em 2022 diminuiu (-1,5%) relativamente ao ano de 2021, em virtude de terem sido agrupadas faturas da mesma entidade. A receita cobrada ascendeu a 11,387 milhões de euros, verba que representa um acréscimo de 5,7% relativamente ao ano anterior.

Número faturas emitidas

2019	2020	2021	2022
6 632	6 257	6 152	6 059

Anos	Receita cobrada
2019	7 748 338
2020	8 721 157
2021	10 771 474
2022	11 387 306

Aquisições - compras

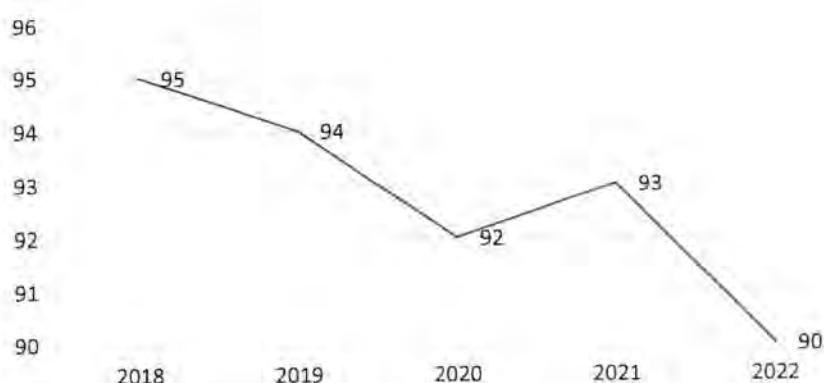
O IGCP participa nos procedimentos efetuados pela Unidade Ministerial de Compras do Ministério das Finanças, tendo-se verificado preços mais vantajosos nas aquisições efetuadas tais como consumíveis de secretaria e papel, produtos de limpeza e higiene, serviços de limpeza, comunicações móveis terrestre, entre outros procedimentos. Aderiu de forma voluntária ao Sistema Nacional de Compras Públicas na qualidade de entidade compradora voluntária. Por se terem verificado danos em várias impressoras face à má qualidade dos consumíveis de impressão adquiridos, o IGCP suspendeu a ida aos procedimentos dos consumíveis de impressão.

RECURSOS HUMANOS E FORMAÇÃO

RECURSOS HUMANOS

Em 31 de dezembro de 2022, o IGCP tinha ao seu serviço, excluindo o Conselho de Administração, 90 trabalhadores, menos 3 colaboradores do que no final de 2021. O Despacho nº 286/2022-SET, de 19 de setembro, que aprovou o Plano de Atividades e Orçamento para 2022 autorizava a contratação até 98 trabalhadores.

Número de efetivos



Em 2022, verificou-se a saída de 12 trabalhadores

- 3 coordenadores:

1 por aposentação

2 por iniciativa dos próprios.

- 8 técnicos:

1 por aposentação

5 por iniciativa dos próprios

2 por cedência de interesse público

- 1 administrativo por aposentação

Foram contratados 9 trabalhadores

- 1 coordenador
- 8 técnicos
- 1 administrativo

O nível etário médio da organização sofreu uma diminuição, para 41,97 anos (era em 2021 de 47,81 anos).

No decorrer do ano a empresa contratada para a prestação de serviços de segurança, higiene e saúde no trabalho procedeu a uma “auditoria”, tendo concluído da conformidade das práticas com a legislação em vigor, avaliando essa auditoria com a “muito bom”.

FORMAÇÃO

FORMAÇÃO

Aquando da elaboração do Plano de Formação para 2022, verificando-se que ainda se mantinha o contexto pandémico/COVID 19, o Conselho de Administração recomendou que as ações de formação deveriam ocorrer sempre que possível, em *E-Learning* ou em *Live Streaming*. No entanto com a abertura restrições, ocorreram ações presenciais.

O Plano para 2022 previa 46 ações, concretizaram-se 36, das quais 5 não estavam programadas.

A não realização de ações previstas prende-se com:

- Número insuficiente de participantes;
- Necessidade de serviço;
- Saída de Colaboradores do IGCP

FORMAÇÃO 2022	
Ações Previstas	46
Ações Realizadas	36
Ações Novas	5
N.º de Participantes nas ações	187
Horas de Formação	2.298,5
U.E. envolvidas	18
Custo da Formação	38.431 €

O Plano de Formação para 2022 foi construído de forma transversal a todas as Unidades de Estrutura, a todos os colaboradores (Administrativos, Técnicos e Coordenadores) e abrangeu as diferentes categorias estabelecidas para a formação.

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES E DISPOSIÇÕES LEGAIS

OBJETIVOS DE GESTÃO

O IGCP teve como Orientação Estratégica:

NO PLANO INSTITUCIONAL

A nomeação de um novo Conselho de Administração a 19 de agosto⁶, foi certamente a maior alteração de 2022. No entanto o IGCP continuou o processo de consolidação das responsabilidades atribuídas.

A crescentemente ambiciosa missão da Agência obrigou a adequar os recursos humanos, materiais e financeiros às realidades com que o negócio se confrontou.

Com o fim da recomendação do teletrabalho, até setembro, as equipas permaneceram em teletrabalho no máximo 2 dias por semana. A partir de outubro a regra passou a ser o trabalho presencial e os pedidos de teletrabalho passaram a ser instruídos com base no Anexo II, da NI 403.

NO PLANO DA GESTÃO DA TESOURARIA E DE RISCO

A Agência prosseguiu na promoção da unidade da tesouraria do Estado, disponibilizando melhores serviços aos clientes.

Assegurou o controlo da Rede de Cobranças do Estado, especialmente ao nível dos seus fluxos financeiros, colaborando ainda no apoio ao incremento dessa mesma rede.

NO PLANO DA GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA

A Agência garantiu o cumprimento das necessidades de financiamento do Estado inserido numa lógica que combina minimização de custo de financiamento numa ótica de médio e longo prazo e redução de risco de financiamento.

Acompanhou-se a evolução e comportamento das diferentes vertentes do mercado, em paralelo com o desenvolvimento de um plano de comunicação ativo junto dos diferentes atores (investidores, bancos de investimento, analistas, entre outros), no 1º semestre adaptado às novas condicionantes da pandemia da Covid-19, substituindo reuniões presenciais e *roadshows* por outras ações de comunicação à distância a partir do 2º semestre em modo presencial.

Aprofundou-se o conhecimento do funcionamento da economia portuguesa e europeia e a evolução das variáveis orçamentais, de modo a melhorar a capacidade de previsão de evolução das variáveis macroeconómicas e financeiras mais relevantes para a atividade do IGCP.

Procedeu-se à consolidação da base de investidores na dívida pública portuguesa com o objetivo de reduzir a volatilidade e aumentar a confiança na capacidade de financiamento.

⁶ O Presidente só assumiu funções a partir de 1 de setembro

Propuseram-se estratégias de gestão ativa do risco de taxa de juro, com recurso a derivados, visando a minimização do custo da dívida numa ótica de médio/longo prazo.

NO PLANO DO APOIO ÀS ENTIDADES PÚBLICAS

O IGCP deu continuidade ao trabalho destinado a responder da melhor forma às exigências de acompanhamento das operações de financiamento e da gestão de derivados das entidades públicas, nomeadamente do sector público empresarial.

NO PLANO ORGANIZATIVO

Tendo em consideração que a vigência do Plano Estratégico era 2019-2021, foi entendido pelo Conselho de Administração estender o horizonte temporal do mesmo por mais um ano. Assim, foi concluído em 2022 o PE 2019-2021, extensão 2022.

NO PLANO DAS TECNOLOGIAS DA COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

As Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC favorecem a capacidade de melhoria do conhecimento, qualidade e disponibilidade de dados, originando oportunidades de melhoria dos processos internos e dos serviços prestados.

É com base nas capacidades das TIC, que se concebeu, desenvolveu, adaptou e implementou sistemas de informação, bem como atualizou a infraestrutura tecnológica e desenvolveu projetos por forma a atingir os objetivos definidos pelo IGCP, quer para a Gestão da Tesouraria, quer para a Gestão da Dívida Pública.

Realçamos as atividades relacionadas com a segurança da informação, quer pela sua criticidade, sensibilidade e complexidade. Relativamente às aplicações realçamos a introdução de cartões emitidos pela Entidade Certificadora Comum do Estado (ECCE) no sistema IB, bem como a conclusão de um conjunto de alterações efetuadas no *Backoffice* e sistema de arquivo, na ótica do acompanhamento do IB.

GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

O IGCP não recorre ao financiamento.

LIMITE DE CRESCIMENTO DO ENDIVIDAMENTO

Situação não aplicável ao IGCP.

EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO A FORNECEDORES

A Agência não tem dívidas a fornecedores, pagando aos mesmos antes do termo do vencimento das faturas. No final do ano todas as faturas recebidas foram pagas.

PMP	2021 (real)	2022 (real)	Variação 22/21	
			Valor	%
Prazo (dias)	0	0	-	-

REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS SOCIAIS

São órgãos do IGCP:

O conselho de administração

O conselho consultivo

O fiscal único

• Conselho de administração

É composto por um presidente e dois vogais, competindo-lhe exercer todas as competências e praticar todos os atos cometidos à Agência nos termos da lei e que não se compreendam no âmbito da competência exclusiva dos outros órgãos.

O ano 2022 foi da responsabilidade de 2 Conselhos de Administração, o primeiro nomeado por Resolução do Conselho de Ministros nº 24/2019, de 24 de janeiro, e o segundo nomeado pelo Despacho nº 10204/2022⁸, de 11 de agosto, do Senhor Ministro das Finanças, conforme quadro seguinte:

Conselho de Administração de 1 janeiro a 18 agosto

Presidente: Cristina Maria Nunes da Veiga Casalinho

Vogais: Maria Rita Gomes Granger
António Abel Sancho Pontes Correia

Conselho de Administração de 19 agosto a 31 dezembro

Presidente: Juan Miguel Martín Iglesias

Vogais: Maria Rita Gomes Granger
Rui Manuel sampaio Amaral

Em 2022 nenhum elemento acumulou funções.

Conselho de Administração até 18 de agosto								
Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Opção lugar origem			Número mandatos
			Forma	Data	Sim/Não	Entidade origem	Entidade Pagadora (O/D)	
2019-2021	Presidente*	Mestre Cristina Maria Nunes da Veiga Casalinho	RCM 24/2019	24/jan	Não	BPI	IGCP	3
	Vogal	Dr. António Abel Sancho Pontes Correia	RCM 24/2019	24/jan	Não	AT	IGCP	3
	Vogal	Dra. Maria Rita Gomes Granger	RCM 24/2019	24/jan	Sim	BPortugal	BPortugal	1
Conselho de Administração a partir 19 de agosto								
2022-2024	Presidente*	Dr. Juan Miguel Martín Iglesias	Despacho 10204/2022	11/ago	Não	**	IGCP	1
	Vogal	Dra. Maria Rita Gomes Granger	Despacho 10204/2022	11/ago	Sim	BPortugal	BPortugal	2
	Vogal	Dr. Rui Manuel Sampaio Amaral	Despacho 10204/2022	11/ago	Não	CGD	IGCP	1

* rescindiu em 18 de julho de 2022

* assumiu funções em 1 de setembro de 2022

** opção pelo limite da remuneração líquida média dos últimos três

⁸ O Presidente assumiu funções apenas a 1 de setembro de 2022

Conselho de Administração até 18 de agosto				
Membro CA	Estatuto Gestor Público		Remuneração Mensal bruta	
	Fixado	(S/N)	Classificação (A/B/C)	Vencimento mensal Despesas de Representação
Mestre Cristina Maria Nunes da Veiga Casalinho	S		A	5 791,58 € 2 316,63 €
Dr. António Abel Sancho Pontes Correia	S		A	4 633,26 € 1 853,30 €
Dra. Maria Rita Gomes Granger	N		A	5 352,94 € 1 853,30 €
Conselho de Administração a partir 19 de agosto				
Dr. Juan Miguel Martín Iglesias	S		A	14 983,89 € -
Dra. Maria Rita Gomes Granger	S		A	5 352,94 € 1 853,30 €
Dr. Rui Manuel Sampaio Amaral	S		A	4 633,26 € 1 853,30 €

Conselho de Administração até 18 de agosto					
Membro CA	Remuneração Anual				
	Fixa *	Variável	Valor Bruto	Reduções remuneratórias **	Valor Bruto Final
	(1)	(2)	(3)=(1)+(2)	(4)	(5)=(3)-(4)
Mestre Cristina Maria Nunes da Veiga Casalinho ***	108 881,68 €	- €	108 881,68 €	5 444,08 €	103 437,60 €
Dr. António Abel Sancho Pontes Correia	87 105,24 €	- €	87 105,24 €	4 355,26 €	82 749,98 €
Dra. Maria Rita Gomes Granger	97 180,76 €	- €	97 180,76 €	1 112,04 €	96 068,72 €
Total	293 167,68 €	- €	293 167,68 €	10 911,38 €	282 256,30 €
Conselho de Administração a partir 19 de agosto					
Dr. Juan Miguel Martín Iglesias ****	209 774,46 €	- €	209 774,46 €	10 488,72 €	199 285,74 €
Dra. Maria Rita Gomes Granger	97 180,76 €	- €	97 180,76 €	4 859,04 €	92 321,72 €
Dr. Rui Manuel Sampaio Amaral	87 105,24 €	- €	87 105,24 €	4 355,26 €	82 749,98 €
Total	394 060,46 €	- €	394 060,46 €	19 703,02 €	374 357,44 €

* remuneração fixa corresponde vencimento+despesas representação sem reduções para 1 ano.

** redução prevista no artigo 12º Lei 12-A/2010, de 30/06

*** cessou a funções de serviços em 18 de julho 2022

**** iniciou funções em 1 de setembro de 2022

Os valores recebidos em 2022 encontram-se evidenciados nos quadros seguintes:

Conselho de Administração até 18 de agosto						
Mandato * (Início - Fim)	Cargo	Nome	Remuneração Anual	Subsídio de Refeição	Benefícios Sociais	
					Regime de Protecção Social Identificar	Valor
2019-2021*	Presidente b)	Mestre Cristina Maria Nunes da Veiga Casalinho	62 646,60 €	1 185,84 €	Segurança Social	10 183,21 €
	Vogal	Dr. António Abel Sancho Pontes Correia	64 202,44 €	1 607,65 €	Caixa Geral de Aposentações	15 426,79 €
	Vogal	Dra. Maria Rita Gomes Granger	59 847,70 €	1 904,44 €	Segurança Social	11 223,85 €
	Total		186 696,74 €	4 697,93 €		36 833,85 €
Conselho de Administração a partir 19 de agosto						
2022-2024**	Presidente	Dr. Juan Miguel Martín Iglesias	61 409,83 €	810,06 €	Segurança Social	13 782,00 €
	Vogal	Dra. Maria Rita Gomes Granger	35 353,74 €	827,66 €	Segurança Social	6 970,48 €
	Vogal	Dr. Rui Manuel Sampaio Amaral	28 947,25 €	873,06 €	Segurança Social	7 088,37 €
	Total		125 710,82 €	2 510,78 €		27 840,85 €

* nomeação efetuada nos termos da Resolução Conselho de Ministros nº 24/2019, de 24/01

** nomeação efetuada nos termos do Despacho nº 10204/2022, de 11 de agosto, do Senhor Ministro das Finanças

A remuneração dos membros do Conselho de Administração não inclui qualquer componente variável e nenhum membro do Conselho de Administração recebeu qualquer valor como prémio.

Gastos com Comunicações Móveis			Gastos com Deslocações em Serviço			
Nome	Plafond anual	Valor Utilizado	Alojamento	Transportes	Ajudas de Custo	Custos Totais
Conselho de Administração até 18 agosto						
Mestre Cristina Casalinho	528,00 €	188,28 €	2 456,42 €	4 386,79 €	1 785,65 €	8 628,86 €
Dr. António Pontes Correia	608,00 €	74,01 €				
Dra. Rita Granger	608,00 €	227,15 €				
Subtotal	1 744,00 €	489,44 €	2 456,42 €	4 386,79 €	1 785,65 €	8 628,86 €
Conselho de Administração a partir 19 agosto						
Dr. Miguel Martín	320,00 €	16,43 €	3 786,69 €	6 383,53 €	1 122,19 €	11 292,41 €
Dra. Rita Granger	352,00 €	48,53 €				
Dr. Rui Amaral	352,00 €	13,37 €	4 004,66 €	9 785,32 €	1 935,52 €	15 725,50 €
Subtotal	1 024,00 €	78,34 €	7 791,35 €	16 168,85 €	3 057,71 €	27 017,91 €
Total	2 768,00 €	567,78 €	10 247,77 €	20 555,64 €	4 843,36 €	35 646,77 €

Gastos Anuais com Viaturas Associadas ao Conselho de Administração				
Nome	Plafond Definido para Combustível	Gastos Anuais Associados à frota Automóvel afeta a		
		Orgãos Sociais	Combustível	Portagens
Conselho de Administração até 18 agosto				
Mestre Cristina Casalinho	5 792,00 €	539,21 €	196,15 €	*
Dr. António Pontes Correia	4 633,00 €	2 402,55 €	652,70 €	128,14 €
Dra. Rita Granger	4 633,00 €	1 273,77 €	304,90 €	80,75 €
Subtotal	15 058,00 €	4 215,53 €	1 153,75 €	208,89 €
Conselho de Administração a partir 19 agosto				
Dr. Miguel Martín	1 737,00 €	199,39 €	13,00 €	*
Dra. Rita Granger	1 390,00 €	369,21 €	51,40 €	47,39 €
Dr. Rui Amaral	1 390,00 €	761,25 €	59,05 €	-
Subtotal	4 517,00 €	1 329,85 €	123,45 €	47,39 €
Total	19 575,00 €	5 545,38 €	1 277,20 €	256,28 €

* valor do seguro incluído na renda

- Conselho Consultivo

O Conselho Consultivo é composto pelo presidente do Conselho de Administração do IGCP - preside, mas sem direito de voto; pelos anteriores presidentes da Agência que tenham concluído, pelo menos, um mandato; por um membro do Conselho de Administração do Banco de Portugal a indicar por este; e por quatro personalidades de reconhecida competência em matéria económica e financeira, a designar por despacho do membro do Governo responsável pela área das Finanças. À data, os membros do Conselho Consultivo não estão nomeados.

- Fiscal Único

Mandato (Início - Fim)	Fiscal Único	Nome	Vencimento Anual
2018-2021*/ **	Fiscal Único efetivo***	JM Ribeiro da Cunha & Associados, SROC	26 607,36 €
2022-2024 ****	Fiscal Único efetivo*****	RCA - Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A	24 575,40 €

* com efeitos a 8 de maio, Despacho 284/19 da SEAF

** instrução da DGTf com base no acordo 15008/20.1T8LSB.L1-1, emitido em 2021 pelo Tribunal da Relação de Lisboa

*** a partir de dezembro de 2019 representado pelo Fiscal Único Mário Paulo Bettencourt de Oliveira

**** com efeitos a 23 de outubro, Despacho 337/2022-SET

***** representado pelo Fiscal Único Paulo Fernando Pereira

ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO

De acordo com o artigo 32º do Estatuto do Gestor Público os do Conselho de Administração do IGCP não são detentores de cartões de crédito em nome da Agência ou outros meios de pagamento e não foram reembolsados de quaisquer despesas no âmbito das despesas de representação pessoal.

DESPESAS NÃO DOCUMENTADAS OU CONFIDENCIAIS

De acordo com o nº 2 do art. 16.º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro e do artigo 11º do Estatuto do Gestor Público, não foram realizadas despesas não documentadas ou confidenciais.

RELATÓRIO SOBRE REMUNERAÇÕES PAGAS A MULHERES E HOMENS

Não foi elaborado relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e a homens, para cumprimento do nº 2 da Resolução do Conselho de Ministros nº 18/2014, de 7/03.

RELATÓRIO ANUAL SOBRE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO

Não foi ainda elaborado o relatório anual sobre a prevenção da corrupção. No entanto em função, nomeadamente, das Recomendações do Conselho de Prevenção da Corrupção nºs 1/2009, de 1 de julho e 3/2015, de 9 de julho, a Agência tem normativo interno específico estabelecendo medidas e procedimentos em vista da prevenção de tais riscos, sendo que alguns desses procedimentos têm igualmente por objeto prevenir fraude interna e externa.

CONTRATAÇÃO PÚBLICA

O IGCP como entidade pertencente ao setor empresarial do Estado não está obrigado ao Sistema Nacional de Compras Públicas, porém, aderiu voluntariamente às compras centralizadas através da Unidade Ministerial de Compras do Ministério das Finanças (UMC) ou da ESPAP para os procedimentos centralizados, tais como energia ou combustíveis rodoviários.

Nos procedimentos por si lançados utiliza as normas de contratação pública vigentes.

Foi efetuado por ajuste direto um procedimento acima de 1 milhão de euros para prestação de serviços de cobrança dos DUC pelos CTT – Correios de Portugal, S.A. tendo o mesmo sido submetido a visto prévio do Tribunal de Contas.

FROTA AUTOMÓVEL

Encargos com Viaturas						
Frota de viaturas para uso do CA e dos serviços gerais de apoio aos Órgãos Sociais	Modalidade	Ano início	Ano termo	Número Prestações	Valor Renda Mensal	Valor Anual
24-IE-84*	AOV	2009	2023	162	588,73 €	3 681,14 €
80-85-RH	Aquisição	2001	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
80-91-RH	Aquisição	2001	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
11-00-QJ	Aquisição	2000	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
19-VA-42	AOV	2018	2024	72	372,30 €	4 467,60 €
31-14-RM	Aquisição	2001	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
22-NH-30	AOV	2012	2024	144	380,19 €	4 562,28 €

* contrato rescindido a 18 julho 2022

A frota automóvel do IGCP E.P.E. é composta por 6 viaturas. A partir de 18 de julho de 2022, foi rescindindo o contrato de AOV com a Leaseplan, relativo à viatura 24-IE-84. O contrato de AOV relativo à viatura 22-NH-30 foi renegociado, aumentando o número de prestações do mesmo.

MEDIDAS DE REDUÇÃO DE GASTOS OPERACIONAIS

Em 2022, os gastos com deslocações e gastos com ajudas de custos aumentaram face ao previsto⁹. Este aumento é resultante do recomeço das ações de promoção e colocação da dívida pública junto dos investidores estrangeiros, que se iniciou a um nível superior ao previsto, depois de 2 anos atípico marcados pela pandemia do vírus SARS-COV-2. Foi solicitada ainda, autorização¹⁰ para o aumento dos gastos com pessoal, para o aumento dos gastos com a frota automóvel bem como para o aumento dos gastos com a contratação estudos, pareceres, projetos e consultadoria.

O despacho que autorizou o PAO de 2022, Despacho nº 286/2022-SET, autorizou o recrutamento de 3 funcionários, 1 para o lugar de Coordenador da Área de Operações, 1 para o Gabinete de Apoio ao Conselho de Administração e 1 para o Serviço de Dívida de Retalho, para reduzir os prazos de resposta dos clientes de produtos de retalho, não podendo o número de trabalhadores do IGCP exceder 98 incluindo trabalhadores com funções de chefia/coordenação.

⁹ Autorizado através Despacho nº 398/2022-SET, de 21 de novembro

¹⁰ Autorizado através do Despacho nº 285/2022-SET, de 19 de setembro

PRC	2022 (real)	2022 (orçamentado)	2021 (real)	2020 (real)	2019 (real)	2022/2021 absoluto	2022/2021 variação %	2022/2019 absoluto	2022/2019 variação %
(0) EBITDA									
(1) CMVMC									
(2) FSE	1 783 646,83	2 150 417,61	1 487 549,01	1 571 335,16	1 683 105,37	296 097,82	19,9%	100 541,46	6,0%
(3) Gastos com pessoal	5 063 108,39	5 054 502,00	4 888 463,42	4 758 393,41	4 798 104,00	164 644,97	3,4%	265 004,39	5,5%
i. relativos a Argão pessoal	468 172,00	395 500,00	393 796,00	390 294,00	380 585,00	74 376,00	18,8%	87 587,00	23,0%
ii. indemnizações pagas por rescisão									
iii. Valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias	25 000,00	25 000,00		58 873,00				25 000,00	
iv. Efeito do abontamento e do cumprimento de disposições legais	11 029,58		14 347,62	31 439,10	66 118,42	3 318,04	-23,1%	55 089,84	-83,3%
(4) Gastos com pessoal sem os impactos i., ii., iii. e iv.									
(5) Impacto nos gastos decorrentes de fatores excecionais									
(6) Gastos operacionais para efeitos do apuramento da eficiência operacional= (1)-(2)+(3)-(5)	6 846 755,22	7 204 919,61	6 386 012,43	6 389 728,57	6 481 209,37	460 742,79	7,2%	383 545,85	5,8%
(7) Volume de negócios Subsidios à exploração Indemnizações Compensatórias									
(8) Perda de receita decorrente de fatores excecionais									
(9) Volume de negócios para efeitos do apuramento da eficiência operacional (7+(8))									
(10) Pécunia dos Gastos/VN= (6)/(9)	6 846 755,22	7 204 919,61	6 386 012,43	6 389 728,57	6 481 209,37	460 742,79	7,2%	383 545,85	5,8%
i. Gastos com deslocações e alojamento (FSE)	51 960,87	7 500,00	3 073,31	7 506,41	54 726,00	48 887,54	1590,7%	3 765,13	5,1%
ii. Gastos com ajudas de custo e alojamento (G c/pessoal)	8 496,66	6 500,00	204,66	1 207,36	11 708,82	8 282,00	4051,6%	8 212,16	-27,4%
iii. Gastos associados à frota automóvel	26 571,73	33 221,00	31 323,00	30 091,00	29 268,00	4 751,27	-15,2%	2 697,27	-9,2%
iv. Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	1 223,97	6 333,00	5 233,26	55,35	3 594,00	4 009,29	78,6%	2 370,03	66,9%
(11) Total= (i)+(ii)+(iii)+(iv)	88 253,23	53 554,00	39 834,23	38 880,12	99 297,82	46 418,38	121,6%	11 044,59	-11,1%
Numero Total de Recursos de RH (OS+CD+trabalhadores)									
Nº Órgãos Sociais (OS)	3	3	3	3	3		0,0%		0,0%
Nº Cargos de Direção (CD)	14	17	16	16	16	2,00	12,5%	2,00	12,5%
Nº Trabalhadores (sem OS e sem CD)	73	81	77	76	78	4,00	5,2%	5,00	6,4%
Nº Trabalhadores / Nº CD	34	27	26	23	26	2,00	7,7%	2,00	-7,7%
Nº Votantes	6	7	7	7	7	1,00	14,3%	1,00	-14,3%

No PAO de 2016, foi reconhecido ao IGCP, que o volume de negócios não se revelava adequado para aferir o nível de eficiência da Agência. Assim tem sido proposto como indicador de medida da otimização dos gastos operacionais, para o triénio 2018/2020, uma métrica que reflete as principais atividades desenvolvidas pela Agência, nas suas várias vertentes:

- Para atividade de emissão de dívida transacionável: o nº de operações a realizar em cada ano, nomeadamente leilões, sindicatos, Ofertas Públicas de Venda e colocações privadas;
- Para a atividade de emissão de dívida de retalho: o n.º de operações efetuadas, incluindo abertura de contas, alteração de número de IBAN, alteração de dados de clientes, subscrições, amortizações e processos de alteração de titularidade;
- Para a atividade global da tesouraria do Estado: o número de recebimentos e pagamentos efetuados através dos sistemas de *Homebanking* e SGT e o número de contas ativas nos dois sistemas.

Para facilidade de construção do indicador, devido às diferenças de unidade entre as várias variáveis, procedeu-se à sua normalização com base na média e desvio padrão dos valores observados entre 2020 a 2022.

De acordo com o indicador de medida da otimização da estrutura de gastos operacionais, autorizado com a aprovação do PAO 2017, apresenta-se na tabela seguinte os objetivos do IGCP, E.P.E. para o triénio 2022-2024:

2022	2023	2024
399,97	349,39	315,73

PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO

A Agência não tem disponibilidades na banca comercial. Em 31 de dezembro de 2022 as suas disponibilidades totalizavam 33.779.500,56 euros.

IGCP	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
Disponibilidades	35 418 441,95 €	43 852 605,89 €	60 584 210,42 €	3 165 925,14 €
Aplicações financeiras				
Cedic				30 613 575,42 €

AUDITORIAS NO ÂMBITO DO TRIBUNAL DE CONTAS

Nos últimos 3 anos o IGCP não foi auditado pelo Tribunal de Contas.

DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

O IGCP iniciou em 2019 a obrigação de divulgar à Direção Geral do Tesouro e Finanças a informação requerida. Em 2022 continuou a prestar essa informação de modo mais eficiente, tanto a nível de cumprimento de prazos como ao nível da qualidade da informação prestada.

RESULTADOS APURADOS

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do exercício de 2022 no montante de 3.482.567,22 euros seja aplicado em resultados transitados.



SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

BALANÇO

DIVISA: EUR

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2022	2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	(1)	325 963,66	387 889,08
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis	(2)	1 401 436,13	1 406 735,88
Ativos biológicos			
Participações financeiras			
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Clientes, contribuintes e utentes			
Acionistas/sócios/associados			
Diferimentos			
Outros activos financeiros			
Ativos por impostos diferidos			
Outras contas a receber			
		1 727 399,79	1 794 630,76
Ativo corrente			
Inventários			
Ativos biológicos			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis			
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Clientes, contribuintes e utentes	(3)		
Estado e outros entes públicos	(11)	90 887,82	71 225,21
Acionistas/sócios/associados			
Outras contas a receber	(4)	589 592,00	695 021,00
Diferimentos	(5)	453 159,00	409 089,00
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros activos financeiros	(6)	30 613 575,42	29 816 353,37
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos	(7)	3 165 925,14	1 000 179,54
		34 913 138,38	31 751 868,12
		36 640 539,17	33 546 498,88
Total do ativo			
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital		50 000,00	50 000,00
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas		81 947,86	81 947,86
Resultados transferidos	(8)	30 246 343,77	29 918 785,54
Ajustamentos em activos financeiros		1 268,55	1 268,55
Excedentes de revalorização			
Outras variações no património líquido			
Resultado líquido do período	(9)	3 482 567,22	327 558,23
Dividendos antecipados			
Interesses que não controlam			
		33 862 127,40	30 379 560,18
Total do património líquido		33 862 127,40	30 379 560,18
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Fornecedores de investimentos	(10)		
Fornecedores			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Diferimentos			
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar			
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis			
Fornecedores	(10)		
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	(11)	114 390,77	74 182,70
Estado e outros entes públicos			
Acionistas/sócios/associados			
Financiamentos obtidos			
Fornecedores de investimentos	(12)	2 664 021,00	3 092 756,00
Outras contas a pagar			
Diferimentos			
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
		2 778 411,77	3 166 938,70
Total do passivo		2 778 411,77	3 166 938,70
Total do património líquido e do passivo		36 640 539,17	33 546 498,88
Contas com movimentos ausentes ou duplicadas na configuração deste mapa			
2.4.3.5			

(Quadro 1)

RAkobra
TOE

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

DIVISA: EUR

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Impostos, contribuições e taxas			
Vendas			
Prestações de serviços e concessões	(1)	20 092 283,83	16 830 652,19
Transferências e subsídios correntes obtidos	(2)	28 973 816,25	26 309 935,00
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos			
Variações nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários transferidos			
Fornecimentos e serviços externos	(3)	-40 144 822,41	-37 532 029,13
Gastos com o pessoal	(4)	-5 063 108,39	-4 898 463,42
Transferências e subsídios concedidos			
Prestações sociais			
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos			
Outros gastos	(5)	-646,00	
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento		3 857 523,28	710 094,64
Gastos/reversões de depreciação e amortização	(6)	-374 956,06	-382 536,41
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		3 482 567,22	327 558,23
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados			
Resultado antes de impostos		3 482 567,22	327 558,23
Imposto sobre o rendimento			
Resultado líquido do período	(7)	3 482 567,22	327 558,23

(Quadro 2)

Rafael
TOC

[Handwritten signatures]

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LIQUIDO

DIVISA: EUR

DESCRIÇÃO	NOTAS	PATRIMÓNIO LIQUIDO ATÍPICO DOS DETENTORES DO PATRIMÓNIO LIQUIDO DA ENTIDADE										INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM	TOTAL DO PATRIMÓNIO LIQUIDO
		CAPITAL PATRIMÓNIO NO SUBSCRITO	AÇÕES QUOTAS PROPRIAS	OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO	PREMIOS DE EMISSÃO	RESERVAS	RESULTADOS TRANSFERIDOS	AJUSTAMENTOS EMATIVOS FINANCEIROS	EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO	OUTRAS VARIAÇÕES NO PATRIMÓNIO LIQUIDO	RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO	TOTAL	
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO		30 000,00				81 947,86	30 815 185,54	1 298,55			327 558,23	30 319 586,18	30 319 586,18
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Ajustamentos de transição de referência contabilística													
Alterações de políticas contabilísticas													
Correção de erros materiais													
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													
Realização do excedente de revalorização													
Excedentes de revalorização e respectivas variações													
Transferências e subidas de capital													
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido							327 558,23				-327 558,23		
							327 558,23				-327 558,23		
RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO											3 482 567,22	3 482 567,22	3 482 567,22
RESULTADO INTEGRAL												3 810 125,40	3 810 125,40
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO													
Subscrições de capital/gestivos													
Subscrições de prémios de emissão													
Entradas para cobertura de perdas													
Outras operações													
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO		30 000,00				81 947,86	30 246 343,77	1 298,55			3 482 567,22	33 862 127,40	33 862 127,40

(quadro 4)

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Fluxos de caixa e das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes	(1)	11 370 965,59	10 780 508,45
Recebimentos de contribuintes			
Recebimentos de transferências e subsídios correntes			
Recebimentos de utentes			
Pagamentos a fornecedores	(2)	-42 076 865,47	-38 627 739,48
Pagamentos ao pessoal	(3)	-5 049 121,69	-2 470 883,55
Pagamentos a contribuintes / utentes			
Pagamentos de transferências e subsídios			
Pagamentos de prestações sociais			
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento			
Caixa gerada pelas operações		-35 755 021,57	-30 318 113,58
Outros recebimentos/pagamentos	(4)	39 225 714,31	31 402 572,48
Fluxos de caixa e das atividades operacionais (a)		3 470 692,74	1 085 458,90
Fluxos de caixa e das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	(5)	-77 748,16	-88 476,08
Ativos intangíveis	(6)	-229 976,93	-92 858,00
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros			
Outros activos	(7)	-30 613 575,42	
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Transferências de capital			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa e das atividades de investimento (b)		-30 921 300,51	-161 334,08
Fluxos de caixa e das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa e das atividades de financiamento (c)			
Variação de caixa e seus equivalentes (a + b + c)		-27 450 607,77	924 124,82
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		30 616 532,91	29 692 408,09
Caixa e seus equivalentes no fim do período		3 165 925,14	30 616 532,91
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		30 616 532,91	29 692 408,09
- Equivalentes a caixa no início do período			
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa			
- Variações cambiais de caixa no início do período			
= Saldo da gerência anterior		30 616 532,91	29 692 408,09
De execução orçamental		30 613 575,42	29 616 374,16
De operações de tesouraria		2 957,49	76 033,93
Caixa e seus equivalentes no fim do período		3 165 925,14	30 616 532,91
- Equivalentes a caixa no fim do período			
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa			
- Variações cambiais de caixa no fim do período			
= Saldo para a gerência seguinte	(7)	3 165 925,14	30 616 532,91
De execução orçamental	(8)	3 142 422,19	30 613 575,42
De operações de tesouraria	(9)	23 502,95	2 957,49
O valor no final do período diverge da soma dos restantes valores.			

(quadro 5)

Alfredo -
TAC

MTB
B. A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1 – Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1 – Identificação da entidade

- a) Designação: Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E.
b) Morada: Av. da República, nº 57 – 6º
1050-189 Lisboa
Tel. 217923300
Fax. 217993795
e-mail: info@igcp.pt
Internet: www.igcp.pt
NIPC: 503756237
- c) Código da classificação Orgânica: 071900300
- d) Tutela: Ministério das Finanças
- e) O IGCP, E.P.E. enquadra-se no Setor Público, na Administração Central, com a forma jurídica de Entidade Pública Empresarial (EPE) desde 1 de setembro de 2012;
Foi criado pelo DL nº 158/96, de 3 de setembro, tendo os seus estatutos sido aprovados pelo DL nº 160/96, de 4 de setembro. A última versão dos estatutos, bem como a passagem a EPE foram publicados pelo Decreto-Lei 200/2012, de 27 de agosto.
- A estrutura organizacional efetiva do IGCP foi evoluindo desde a sua criação, até à versão atual de organograma aprovado em 15 de março de 2019.
- O IGCP, E.P.E. é uma Entidade Pública Reclassificada de acordo com as listas oficiais do INE. Não é uma entidade pública concedente ou concessionária.
- f) O IGCP, E.P.E. é uma entidade pública que tem como único acionista o Estado através da Direção Geral do Tesouro e Finanças. O IGCP, E.P.E. não tem demonstrações financeiras consolidadas.
- g) Não aplicável.
- h) As demonstrações financeiras abrangem o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2022. A responsabilidade destas demonstrações é repartida entre dois Conselhos de Administração, o primeiro nomeado por Resolução do Conselho de Ministros nº 24/2019, de 24 de janeiro, e o segundo nomeado pelo Despacho nº 10204/2022¹¹, de 11 de agosto, do Senhor Ministro das Finanças, conforme quadro seguinte:

Responsabilidade até 1 de janeiro a 18 de agosto

Presidente: Cristina Maria Nunes da Veiga Casalinho
Vogais: Maria Rita Gomes Granger
António Abel Sancho Pontes Correia

Responsabilidade de 19 de agosto a 31 de dezembro

Presidente: Juan Miguel Martín Iglesias
Vogais: Maria Rita Gomes Granger
Rui Manuel Sampaio Amaral

1.2 – Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

O referencial contabilístico utilizado é, desde 2018, o SNC-AP. Esse referencial é utilizado de modo integral.

¹¹ O Presidente assumiu funções apenas a 1 de setembro de 2022

As demonstrações financeiras, balanço, demonstração de resultados por naturezas, demonstração de alterações no património líquido e demonstração de fluxos de caixa, assentam num Plano de Contas Multidimensional cuja desagregação se encontra ajustada à realidade do IGCP, E.P.E. A definição desse plano foi efetuada com base:

- (i) no DL 192/2015, de 11 de setembro;
- (ii) na Portaria 189/2016, de 14 de julho;
- (iii) no Manual de Implementação criado pela Comissão de Normalização Contabilística; e
- (iv) nas Normas Técnicas emanadas pela UNileo.

Balanço

(ver balanço - Quadro 1)

Em 31 de dezembro o balanço do IGCP E.P.E., é composto por Ativo Não Corrente, onde se encontram os Ativos Fixos Tangíveis que ascendem a 325.963,66 euros (nota 1) e Ativos Intangíveis no montante de 1.401.436,13 euros (nota 2).

Relativamente a 2021 os Ativos Fixos Tangíveis evidenciam um decréscimo de 15,9% enquanto os Ativos Intangíveis apresentam uma diminuição de cerca de 0,4% relativamente ao ano anterior. Durante o exercício de 2022 os ativos fixos tangíveis brutos aumentaram em 77.748,16 euros por aquisição de vários ativos, nomeadamente, servidores, computadores portáteis, monitores, impressora e 1 frigorífico e foram reduzidos em 16.999,44 euros por abate de impressoras, monitores, computadores, 1 *ipad* e 1 frigorífico. Em relação aos ativos intangíveis brutos, em 2022 foram feitas aquisições de 229.976,93 euros, dos quais 125.010,74 euros foram contabilizados como investimento em curso.

A conta de Clientes (nota 3) não apresenta saldo devedor.

A rubrica Estado e Outros Entes Públicos, conta cujo saldo final é parte integrado no ativo e parte no passivo corrente (nota 11), apresenta saldo credor de 23.502,95 euros valor que corresponde ao valor do IVA a pagar.

A rubrica Outras Contas a Receber (nota 4) no montante 589.592,00 euros, corresponde ao montante de rendimentos a receber (relativos a serviços bancários prestados nomeadamente TPA, DUC e cobranças efetuadas através da funcionalidade "pagamento de serviço" na rede multibanco), referentes a 2022, mas cujo recebimento só ocorre no ano seguinte

A rubrica Diferimentos (nota 5) considera gastos (com renda das instalações, seguros, contratos de manutenção hardware/software e serviços informativos) efetuados em 2022, mas que serão reconhecidos no exercício seguinte, no montante de 453.159,00 euros.

O montante de disponibilidades de tesouraria correspondente:

- 30.613.575,42 euros (nota 7) aplicado em CEDIC desde o dia 29 de dezembro de 2022 ao dia 3 de janeiro de 2023 à taxa 0%; e
- 3.165.925,14 euros de Caixa (nota 7) depositados no IGCP, E.P.E.

O Património Líquido ascende a 33.862.127,40 euros.

Desde 2012, ano em que o IGCP foi transformado numa entidade pública empresarial, não há qualquer alteração aos saldos das contas Capital Social, Reservas e Ajustamentos em Ativos Financeiros.

Integram ainda o Património Líquido as contas de Resultados Transitados (nota 8) no montante de 30.246.343,77 euros e o Resultado Líquido do Período (nota 9) no montante de 3.482.567,22 euros.

O IGCP não tem Passivo Não Corrente.

Quanto ao Passivo Corrente:

No fim do exercício de 2022, as contas de Fornecedores e de Fornecedores de Investimentos (nota 11) não evidenciam saldo.

As únicas rubricas com saldo são: (i) Estado e Outros Entes Públicos (nota 11) já anteriormente referido e (ii) Outras Contas a Pagar (nota 12), referente à especialização de gastos com pessoal (pagamento de férias e respetivos subsídios) no valor de 598.766,00 euros, e de gastos de bens e serviços no montante de 2.065.255,00 euros (essencialmente valores referentes a comissões sobre transações de pagamentos realizadas em 2022, mas ainda não faturadas pela SIBS e Instituições de Crédito).

O total do Património Líquido e do Passivo ascende a 36.640.539,17 euros.

Demonstração de Resultados

(ver Demonstração de Resultados – Quadro 2)

As contas de rendimentos evidenciadas nesta demonstração financeira traduzem os valores recebidos provenientes: (i) de receita próprias (nota 1), onde se incluem o valor recebido a título de comissão de gestão do IGCP E.P.E., nos termos do DL 200/2012, de 27 de agosto, correspondente a 0,01% do saldo da dívida direta do Estado - Prestações de serviços e concessões - e o valor cobrado no âmbito da atividade bancária prestada por esta entidade; e (ii) das receitas gerais de transferências e subsídios correntes obtidos (nota 2).

Da comissão de gestão fixada em 28,18 milhões de euros em 2022, foram restituídos ao orçamento dos Encargos da Dívida 17,75 milhões de euros.

Relativamente às receitas gerais como contrapartida (i) do pagamento da prestação de serviços com as entidades colaboradoras na rede de cobranças do Estado no âmbito dos protocolos de cobrança/Tesouraria do Estado, bem como (ii) do apoio às caixas do Tesouro; estas são recebidas do Orçamento Geral do Estado, nomeadamente do Capítulo 60 – Despesas Excepcionais da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF). Em 2022 foram cobrados 34 milhões de DUC e em 2021 tinham sido cobrados 31 milhões. A Autoridade Tributária é responsável por 95,5% dos DUC cobrados.

Em termos de gastos salientamos os Fornecimento e Serviços Externos (nota 3), no montante de 40.144.822,41 euros, cujo acréscimo face a 2021 foi de 6,7%.

Este aumento foi resultante de:

- (i) o acréscimo de 1.825.852,01 euros em termos absolutos e 5,5% em termos relativos com os pagamentos dos montantes referentes ao protocolo de cobrança de DUC às entidades colaboradoras na cobrança;

- (ii) o acréscimo de 48.887,54 euros em termos absolutos e 1590,7% em termos relativos das Deslocações e Estadas em virtude da fraca atividade no período pandémico; e
- (iii) o acréscimo de 23.071,51 euros em termos absolutos e 38,3% em termos relativos dos gastos com energia, resultante do aumento dos preços ocasionados pelo conflito Rússia/Ucrânia.

Os Gastos com pessoal (nota 4) totalizaram 5.063.108,39 euros e representam um acréscimo face a 2021 de 164.644,97 euros em termos absolutos e 3,4% em termos relativos. Este acréscimo resultou da atualização dos vencimentos dos trabalhadores com contrato em funções públicas de 0,9% e das atualizações salariais dos trabalhadores com contrato individual de trabalho com base no Acordo Coletivo de Trabalho do Setor Bancário (ACT). As atualizações salariais com base no ACT (publicadas no Boletim de Trabalho e Emprego nº 26, de 15 de julho de 2022) produziram efeitos a 2021 e 2022, tendo as cláusulas de expressão pecuniária sido atualizadas em 0,5% e 1,1%, em 2021 e 2022, respetivamente, e o subsídio de refeição atualizado em 7,5% em 2022.

A conta de Outros Gastos apresentou um valor de 646,00 euros e corresponde a uma fatura paga em 2022 referente a honorários por serviços jurídicos prestados em abril de 2021 que não tinham sido especializados.

FSE	2021	2022	Varição 2022/2021
Deslocações, Estadas e Transportes	3 073,33	51 960,87	1590,70%
Serviços Especializados	113 200,07	157 344,77	39,00%
Conservação e Reparação	381 507,88	502 494,41	31,71%
Cons e Reparação ativos fixos	11 852,20	8 804,06	-25,72%
Assistência Técnica	369 655,68	493 690,35	33,55%
Eletricidade	60 324,56	83 396,07	38,25%
Combustíveis e Lubrificantes	4 455,39	5 946,53	33,47%
Água	4 349,78	6 268,99	44,12%
Rendas e alugueres - edificios	432 286,16	431 286,97	-0,23%
Rendas e alugueres - viaturas	16 582,08	12 548,28	-24,33%
Comunicações	60 430,93	74 800,67	23,78%
Limpeza Higiene e Conforto	33 164,74	28 555,42	-13,90%
Encargos Cobrança Receita	33 228 165,07	35 054 017,08	5,49%
Restantes FSE	3 194 489,14	3 736 202,35	16,96%
Total FSE	37 532 029,13	40 144 822,41	6,96%
Gastos com Pessoal	4 898 463,42	5 063 108,39	3,36%

(Quadro 3)

Relativamente às Amortizações do exercício, registou-se um aumento de 2%, relativamente a 2021, correspondente ao aumento do ativo fixo tangível de 13,5% e à diminuição dos ativos intangíveis de 41,7%. Embora o investimento efetuado em 2022 tivesse sido superior ao de 2021, 60% do investimento foi considerado ativo intangível em curso ainda não sujeito a amortização.

O Resultado Líquido apurado ascende a 3.482.567,22 euros (nota 7).

Demonstração de alterações no património líquido

(ver Demonstração de alterações no património líquido – Quadro 4)

No início do período o património líquido do IGCP ascendia a 30.379.560,18 euros.

O valor das rubricas Capital, Reservas e Ajustamentos em Ativos Financeiros mantém o seu valor desde a constituição do IGCP como entidade pública empresarial.

O Resultado Líquido de 2021 foi integralmente transferido para Resultados Transitados em 2022. No final do ano a rubrica de Resultados Transitados ascendia a 30.246.343,77 euros.

O Resultado Líquido apurado em 2022 foi de 3.482.567,22 euros, não se prevendo qualquer distribuição de dividendos, pelo que os mesmos deverão ser considerados Resultados Transitados no decurso do exercício de 2023.

O total do património líquido no período de reporte ascende assim a 33.862.127,40 euros (+ 12,7% que no exercício anterior).

Demonstração de Fluxos de caixa

(ver Demonstração de fluxos de caixa – Quadro 5)

Os Recebimentos de Clientes aumentaram 5,5% ascendendo em 2022 a 11,371 milhões de euros (nota 1). Este acréscimo é explicado pelo aumento do volume dos serviços bancários prestados pelo IGCP.

Os Pagamentos a Fornecedores ascenderam a 42.076.865,47 euros (nota 2) conforme anteriormente referido e correspondem materialmente aos gastos do exercício.

Os Pagamentos a Pessoal (nota 3) aumentaram em 2.578.238,14 euros (+104,3%), devido essencialmente a:

- (i) ao efeito das valorizações remuneratórias, no valor de 143.137,60 euros;
- (ii) à alterações da política contabilística (ver nota em baixo), no valor de 2.435.100,59 euros¹²;

O total de Fluxos de Caixa por Atividades de Investimento ascende a 30.921.300,51 euros valor superior ao verificado em 2021 que ascendeu a 161.334,08 euros.

Os principais movimentos correspondem a:

- (i) pagamentos efetuados referentes a Ativos Fixos Tangíveis (nota 5) no valor de 77.248,16 euros;
- (ii) pagamentos efetuados referentes a Ativos Intangíveis e Ativos Intangíveis em curso (nota 6) no valor de 229.976.93 euros;
- (iii) e Outros Ativos (nota 7) que correspondem à aplicação dos saldos de tesouraria em CEDIC, entre 29 de dezembro de 2022 e 3 de janeiro de 2023, nos termos do Decreto-Lei n.º 53/2022 de 12 de agosto ('DLEO 2022'), no valor de 30.613.575,42 euros¹³.

¹² O aumento dos pagamentos referentes a Gastos com pessoal implicou igual diminuição nos Outros pagamentos

¹³ O Despacho nº 14343/2022, de 30 de novembro, do Sr. Ministro das Finanças, obriga a que a aplicação em CEDIC seja contabilizada, no ano em que ocorre, através de um processo de despesa e a sua amortização, no ano seguinte, através de um processo de receita.

Relativamente aos Outros Recebimentos e Pagamentos (nota 4) evidenciam um acréscimo de 24,9%, ascendendo em 2022 a 39.225.714,31 euros.

Os principais movimentos correspondem a:

- (i) aumento de verba recebida do capítulo 60 do Orçamento de Estado (despesas excecionais) face a 2021, que em valores absolutos ascende a 28,97 milhões de euros (+ 2.663.881,30 euros que em 2021);
- (ii) aumento dos valores recebidos do orçamento dos encargos da dívida, que em termos absolutos ascendeu a 10,43 milhões de euros (+2.746.200,00 euros que em 2021).
- (iii) redução da restituição efetuada ao orçamento dos Encargos da Dívida que em termos absolutos acendeu a 17,75 milhões de euros (-1,75 milhões de euros que em 2021);
- (iv) Redução dos pagamentos afetos a retenções nos vencimentos a entregar que em termos absolutos ascendeu a 2.435.100,59 euros.

Do saldo apurado do exercício transitará para a gerência de 2022, o montante de 3.165.925,14 euros, (nota 8) referente a receitas próprias, dos quais 3.142.422,19 euros são de execução orçamental (nota 9) e 23.502,95 euros de operações de tesouraria (nota 10). O valor de operações de tesouraria corresponde ao apuramento do IVA de dezembro a entregar ao Estado.

Não existem recebimentos em moeda estrangeira e os pagamentos efetuados em moeda diferente de euro são efetuados ao câmbio de venda médio, que é publicado diariamente no site da nossa instituição de crédito.

2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As bases de mensuração do relato financeiro são o custo histórico ou custo de aquisição.

Os ativos são registados pelas quantias pagas para os adquirir e os passivos são registados pela quantia do produto ou da prestação de serviços recebida em troca da obrigação.

As políticas contabilísticas utilizadas, mantêm-se ao longo dos anos e toda a informação contabilizada tem por base um documento. As peças contabilísticas são comparáveis e consistentes e podem ser verificadas.

No ano de relato foi unicamente alterada a contabilização das retenções dos vencimentos relativamente ao mapa de fluxos de caixa, que se encontravam incluídas nos Outros recebimentos/pagamentos e passaram a ser considerados nos Gastos com pessoal. Esta alteração foi considerada como uma melhoria na apresentação desse relatório financeiro.

A especialização do exercício foi essencialmente efetuada por estimativa, no entanto essa estimativa tem um carácter de incerteza muito baixo, pois mensalmente as receitas repetem-se e as despesas do início do ano são conhecidas.

Considerou-se que as notas não aplicáveis à entidade não seriam mencionadas neste anexo.

3 – Ativos Intangíveis

(ver Ativos intangíveis – Variação das amortizações e perdas por imparidade – Quadro 6 em anexo)

Os ativos intangíveis líquidos ascendem a 444.062,64 euros (conta 4.4 do balancete). São mensurados pelo seu custo de aquisição.

Os ativos intangíveis não são gerados internamente, são adquiridos externamente. O total das aquisições efetuadas em 2022 foram de 229.976,93 euros. Do total das aquisições foram transferidos para investimento em curso o montante de 191.927,66 euros, referentes a: 125.010,74 euros afetos ao contrato uniformizado para a gestão de ambientes tecnológicos e para o desenvolvimento aplicacional de sistemas do IGCP residentes na ESPAP e, 66.916,92 euros referente à aquisição de um sistema de informação no âmbito da prevenção de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo.

As amortizações acumuladas eram no início do período de 6.047.494,44 euros e no final do período de 6.282.770,92 euros. As amortizações do período, relativamente a ativos intangíveis ascenderam a 235.276,48 euros.

À semelhança de anos anteriores foi adotado o Classificador Complementar 2 (CC2) para a classificação dos bens de investimento e as amortizações efetuadas no âmbito desse classificador. Para os ativos intangíveis foram considerados 4 anos de vida útil considerando que este é o número de anos que o CC2 maioritariamente atribui à maioria dos bens e uma taxa de amortização de 25%.

Não houve abates de ativos intangíveis.

Os ativos intangíveis em curso eram no início do período do relato 772.807,38 euros (conta 4.5 do balancete). Destes transitaram em 2022 para ativos intangíveis 7.361,55 euros referente a gastos efetuados em 2021 com a aquisição de um software especializado em mapas para o sistema SCE cujo remanescente só foi pago em 2022 e só nessa data considerado como investimento e amortizável. O remanescente do saldo inicial da rubrica ativos intangíveis em curso corresponde aos gastos despendidos com o projeto de investimento cofinanciado IB no âmbito do Compete 2020, no total de 765.445,83 euros. O total dos gastos com projeto IB só poderá ser considerado ativo intangível depois da comparticipação comunitária estar totalmente recebida. Falta ainda comparticipar pelo Compete2020 a importância de 28.164,03 euros, que ainda não ocorreu.

Em 31 de dezembro de 2022 o total dos ativos intangíveis em curso ascendiam a 957.373,49 euros.

Todos os bens encontram-se inventariados em sistema informático.

5 – Ativos Fixos Tangíveis

(ver Ativos fixos tangíveis – Variação das amortizações e perdas por imparidade – Quadro 7 em anexo)

Os ativos fixos tangíveis ascendem a 325.963,66 euros (conta 4.3 do balancete). São mensurados pelo seu custo de aquisição.

No início do ano a quantia bruta escriturada ascendia a 3.101.624,33 euros e era composta por edifícios e outras construções, equipamento de transporte, equipamento administrativo e outros.

Foram abatidos durante o período de relato bens que ascenderam 16.999,44 euros. Os mesmos encontravam-se totalmente depreciados.

No final do período de relato os ativos fixos tangíveis brutos ascendiam a 3.162.370,05 euros.

Relativamente às depreciações foi adotado o Classificador Complementar 2 (CC2) para a classificação dos bens de investimento e as amortizações efetuadas no âmbito desse classificador. Os gastos com as depreciações ascendem a 139.679,58 euros, tendo sido utilizado o método das quotas constantes ou da linha reta.

Relativamente aos objetos de prata antiga, provenientes da DGJCP, foram valorizados, considerando o valor da grama a 2.493989 euro.

Para o restante mobiliário de arte foi considerado um valor que tinha sido anteriormente indicado por conhecedor do ramo e, nos casos de ausência dessa indicação foram considerados valores análogos aos indicados para os objetos avaliados.

Para os bens de prata antiga ou para aqueles classificados com objetos de arte, o valor total de 67.659,46 euros, não tem sido objeto de depreciações, por serem consideradas obras de arte eventualmente valorizáveis com o tempo.

A partir de 2017 existem depreciações relativamente a “Edifícios e Outras Construções” em virtude de em 2016 ter sido reestruturado o balcão existente no 1º piso, afeto ao atendimento ao público de assuntos relacionados com a venda de produtos de dívida pública a retalho, as verbas inerentes a essa reestruturação terem sido consideradas ativo tangível. Esta reestruturação ascendeu a 5.298,85 euros.

O total das aquisições efetuadas em 2022 foram de 77.748,16 euros. Os ativos fixos tangíveis em 31 de dezembro ascendiam 325.963,66 euros.

Todos os bens encontram-se inventariados em sistema informático.

6 – Locações

Locatários

O IGCP tem unicamente locações operacionais nos termos da NCP 6. Essas locações consistiam no início do período de relato no aluguer operacional de 3 veículos cujo custo mensal ascendia no início do exercício a 1.381,84 euros.

O locador é a Lease Plan Portugal – Comércio e Aluguer de Automóveis e Equipamentos Unipessoal, Lda.

Os pagamentos mensais efetuados pelo locatário, IGCP, são reconhecidos como gasto na contabilidade do IGCP.

Locações operacionais					
Viatura/marca	Nº prestações	Data início	Data termo	Valor mensal	Valores a pagar até final do contrato
Nissan Leaf	72	13/07/2018	12/07/2024	372,30 €	7 073,70 €
BMW*	162	25/09/2009	18/07/2022	588,73 €	-
Renault Megane*	144	09/11/2012	08/11/2024	420,81 €	8 744,60 €

* a data termo contratualizada era em 24/03/2023

** a partir de 1/01/2023 a renda passou para 380,20 euros

(quadro 8)

Em 2022 foram renegociados os contratos das viaturas BMW e Renault Mégane a fim de estender a duração dos contratos.

A locação da viatura BMW tinha em 2012 sido transferida do Banco BPI para o IGCP, afeta na altura à vogal do Conselho de Administração proveniente desse banco. Com a cessação de funções em 18 de julho da então Presidente do Conselho de Administração, esta optou por adquirir à Lease Plan essa viatura, cessando nessa data o contrato do IGCP com a locadora.

No final do exercício existiam unicamente 2 viaturas em aluguer operacional de veículos.

Não existem quaisquer sublocações.

13 – Rendimento de Transações com Contraprestação

O IGCP, nos termos das suas atribuições legais, presta serviços bancários às entidades e organismos públicos, para o adequado cumprimento da regra da Unidade da Tesouraria do Estado.

Existem serviços bancários prestados pelo IGCP que são contratados à banca comercial, SIBS e CTT (entidades colaboradoras na rede de cobranças do Estado), cujos termos se encontram firmados em protocolos celebrados. Estes protocolos respeitam, nomeadamente à disponibilização de equipamentos TPA, e à cobrança de DUC (Documentos Únicos de Cobrança).

Os encargos associados à disponibilização destes serviços e previstos nos respetivos protocolos são inicialmente suportados pelo IGCP e posteriormente repassados aos clientes (entidades e organismos públicos), pelo mesmo montante do custo inicial, com exceção dos encargos com DUC relativos à Autoridade Tributária e Aduaneira e ao Instituto de Gestão Financeira e Equipamento da Justiça.

O IGCP pode ainda contratualizar serviços com outras empresas, como é o caso da disponibilização de certificados digitais, cujo custo é também transferido para os clientes.

Nos casos em que os serviços bancários não dependem de outras empresas ou das entidades colaboradoras na cobrança e são prestados diretamente pelo IGCP, podem existir encargos, publicitados no preçário do IGCP, previamente autorizado, os quais são mensurados pelo justo valor do serviço prestado.

Os valores recebidos dos clientes são considerados rendimentos, enquanto que os valores despendidos com os serviços bancários contratados a terceiros são considerados gastos.

18 – Instrumentos financeiros

Nos termos da NCP 18 – Instrumentos Financeiros, o IGCP considera a existência de um único instrumento financeiro de curto prazo.

Foi aplicado em CEDIC, o montante de 30.613.575,42 euros. A aplicação teve início em 29 de dezembro e amortização a 3 de janeiro de 2023. Esse montante eram disponibilidades referentes a saldos transitados de anos anteriores.

Esta aplicação foi efetuada à taxa 0%.

19 – Benefícios dos empregados

Até 31 de dezembro de 2022 foram pagos a totalidade dos valores afetos a salários e outros benefícios aos empregados do IGCP, e foram liquidadas as retenções efetuadas sobre os vencimentos às várias entidades beneficiárias das mesmas (Autoridade Tributária, Caixa Geral de Aposentações, Segurança Social, ADSE, SAMS, SAMS Quadros, SAMS SIB e sindicatos) referentes a 2022.

Os gastos com os vários componentes dos salários encontram-se evidenciados no quadro seguinte.

Distribuição gastos com pessoal

(Valores em euros)

Gastos Com Pessoal	Orgãos Sociais	Restantes trabalhadores
Salário Direto		
Salário Base	315 477	2 750 588
Subsidios e prémios regulares	53 690	682 675
Subsidios e prémios irregulares		49 782
Encargos legais, convencionais e facultativos	94 161	1 024 889
Gastos com Formação Profissional		40 400
Outros Gastos com Pessoal	4 843	46 604
TOTAL	468 172	4 594 937

(quadro 9)

O total de gastos com pessoal ascendeu a 5.063.108,39 euros, dos quais: 3,43 milhões de euros referentes a salários e subsídios dos empregados, 1,03 milhões de euros referentes a encargos sobre a remuneração dos empregados e 468 mil euros referentes aos gastos com órgãos sociais.

Salientamos ainda o valor afeto a formação que ascende a cerca de 40 mil euros, verba que aumentou relativamente a 2021 em 6,3%. Na verba afeta a formação inclui-se as comparticipações efetuadas no valor das propinas afetas à realização de licenciaturas, mestrados ou pós-graduações.

O IGCP aderiu ao Acordo Coletivo de Trabalho do Setor Bancário em 1997 e novamente a 13 de março de 2017 por referência ao novo acordo publicado no Boletim de Trabalho e Emprego (BTE) nº 29, de 8 de agosto de 2016. Essa adesão foi publicada no BTE nº 12, de 29 de março de 2017.

Em 2022 foram atualizados os vencimentos dos empregados com contrato individual de trabalho com base no Acordo Coletivo de Trabalho do Setor Bancário, este aumento embora com efeitos a 2021 e 2022 foi todo refletido em 2022 e as cláusulas de expressão pecuniária no ACT foram atualizadas em 0,5% e 1,1%, em 2021 e 2022, respetivamente.

O subsídio de refeição foi alvo de um acréscimo em 2022 foi de 7,47%.

A atualização salarial foi publicada no Boletim de Trabalho e Emprego nº 26, de 15 de julho de 2022.

Em 2022 foram ainda atualizados os vencimentos dos 6 trabalhadores com contrato em funções públicas em 0,9%, conforme tabela remuneratória única da Administração Pública.

Foram efetuadas promoções e pagos prémios no montante total de 25.000,00 euros e 50.000,00 euros, respetivamente conforme despacho nº 47/2022, de 1 de fevereiro do Senhor Ministro de Estado e das Finanças.

A 1 de janeiro de 2022, o IGCP contava com 93 colaboradores cuja distribuição por vínculo ao IGCP era:

• Quadro	86
• Acordo de Cedência Especial	6
• Requisitados à Banca	1

A 31 de dezembro de 2022, o IGCP contava com 90 colaboradores cuja distribuição por vínculo ao IGCP era:

• Quadro	82
• Acordo de Cedência Especial	7
• Requisitados à Banca	1

A alteração no número de colaboradores do início para o fim do relato foi resultado da:

- (i) saída de 3 colaboradores para aposentação, 7 por iniciativa própria e 2 por cedência de interesse público;
- (ii) contratação de 1 trabalhador por cedência de interesse público, 2 trabalhadores fora da Administração pública e 6 dentro do perímetro desta.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

1 - Alterações orçamentais de receita

(ver mapa de Modificação Orçamental de Receita – Anexo 10 em anexo)

No período de relato foram efetuadas as seguintes alterações orçamentais de receita:

Inscrição e reforço da classificação de receita 080199 99.78 – Outras receitas correntes, pelo montante 13 milhões de euros, que se previam cobrar a título do funcionamento do IGCP, E.P.E. na sua atividade bancária; e

Inscrito o saldo de gerência de 2021, autorizado nos termos do decreto de execução orçamental de 2019 (DL 84/2019, de 28 de junho) no montante de 30.613.575,42 euros.

Ano	2022									
Orgânica	07.1.90.03.00 - AGENCIA DE GESTAO DA TESOURARIA E DA DIVIDA PUBLICA, E.P.E.									
Tipo de Pedido	Saldo de Anos Anteriores									
Tipologia de receita	Saldo a transferir de receitas próprias e de fundos europeus									
Suporiz legal para o Pedido	DEO 2019									
Resumo - Quadro 2 - Q										
Programa	Medida	FF	Económica Receita (nível da rubrica)	Montante Ano n-1	Montante Anos Anteriores	TOTAL	Valor Confirmado Delegação	Programa Aprovado	Medida Aprovada	FF Aprovada
007	001 - SERV. GERAIS DA A.P. - ADMINISTRAÇÃO GERAL	513 - RP DQ ANO - COM OUTRAS ORIGENS	0801900079	997.222,05	0,00	997.222,05	997.222,05	007	001	522 - SALDOS DE RP TRANSFERIDOS - COM OUTRAS ORIGENS (A)
007	001 - SERV. GERAIS DA A.P. - ADMINISTRAÇÃO GERAL	522 - SALDOS DE RP TRANSFERIDOS - COM OUTRAS ORIGENS (A)	1801000178	0,00	29.616.353,37	29.616.353,37	29.616.353,37	007	001	522 - SALDOS DE RP TRANSFERIDOS - COM OUTRAS ORIGENS (A)
TOTALIS				997.222,05	29.616.353,37	30.613.575,42	30.613.575,42			

2 - Alterações orçamentais de despesa

(ver mapa de Modificação Orçamental de Despesa - Quadro 11 em anexo)

Durante o período de relato foram efetuadas alterações orçamentais através de gestão flexível de modo a ajustar as dotações às necessidades orçamentais.

Face às necessidades orçamentais existentes, foram solicitadas aberturas de crédito especial, tendo por contrapartida os montantes cobrados pelo IGCP, E.P.E. na sua atividade bancária:

O despacho Nº 377/2022-SET, de 9 de novembro, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, autorizou a abertura de crédito especial no montante de 8,5 milhões de euros na classificação orgânica de despesa 071900300 aplicado nas seguintes classificações económicas de despesa, com a cativação adicional de 15% prevista nos termos da alínea c) do número 1 do artigo 10º do DL 53/2022, de 12 de agosto:

020204 – Locações de edifícios 60.000 euros

020224 – Encargos de cobrança de receita 7.440.000 euros

060203 – Outras despesas correntes 1.000.000 euros

O despacho Nº 19/2022-SEFin, de 22 de dezembro, do Senhor Secretário de Estado das Finanças, autorizou a abertura de crédito especial no montante de 2 milhões de euros na classificação orgânica de despesa 071900300 aplicado nas seguintes classificações económicas de despesa, e com a cativação adicional de 15% prevista nos termos da alínea c) do número 1 do artigo 10º do DL 53/2022, de 12 de agosto:

020219 B0.00 – Contratos de manutenção – Software 149.500 euros

020224 – Encargos de cobrança de receita 1.850.500 euros

Autorizada a descativação do montante afeto à classificação orçamental de despesa 020224 – Encargos de cobrança de receita, Fonte de financiamento 519 (Receitas Gerais) para fazer face ao pagamento das restantes faturas referentes a DUC e Caixas do Tesouro emitidas até 31 de dezembro de 2022.

Nos termos do Despacho nº 14343/2022, de 30 de novembro, do Senhor Ministro das Finanças foi inscrita a rubrica orçamental de despesa 090205 – Títulos de curto prazo – Administração Pública Central – Estado, Fonte de financiamento 522, para inscrição e reforço da verba aplicada em CEDIC.

4 - Operações de Tesouraria

Os recebimentos por Operações de Tesouraria, apresentam saldo inicial de 2.957,49 euros. Esse valor corresponde ao IVA a entregar ao Estado referente ao apuramento do IVA de dezembro de 2021.

No período de relato foram contabilizados recebimentos em operações de tesouraria no montante de 121.332,95 euros, correspondendo estes:

aos apuramentos de IVA efetuados pelos Orçamento dos Encargos da Dívida e que a entrega ao Estado é feita junto com os apuramentos efetuados pelo funcionamento;

às retenções a pagar pelos colaboradores do IGCP, E.P.E. às várias entidades beneficiárias, tais como SAMS, quando em situações de doença ou maternidade/paternidade dos trabalhadores os subsídios de doença equiparados a vencimentos, são pagos pela Segurança Social e;

a devoluções de verbas relativas a custas pagas em excesso.

Os pagamentos por operações de tesouraria ascendem a 100.787,49 euros e correspondem:

às retenções efetuadas nos vencimentos e posteriormente entregues às entidades beneficiárias (nomeadamente Autoridade Tributária, Caixa Geral de Aposentações, Segurança Social, SAMS, SAMS Quadros e SAMS SIB, bem como sindicatos).

O saldo de Operações de Tesouraria corresponde ao valor do apuramento do IVA de dezembro, a transitar para 2023 e a entregar ao Estado em 2023.

Operações de Tesouraria

PERÍODO DE 2022/01/01 A 2022/12/31

Código das contas	Saldo inicial	Recebimentos	Pagamentos	Saldo final
07.1.1 / 07.2.1 - Recebimentos / pagamentos por intermediação de fundos	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
07.1.2.1.1 / 07.2.2.1.1 - Autarquias Locais	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
07.1.2.1.2 / 07.2.2.1.2 - Entidade Contabilística Estado	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
07.1.2.1.3 / 07.2.2.1.3 - Região Autónoma Açores	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
07.1.2.1.4 / 07.2.2.1.4 - Região Autónoma Madeira	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
07.1.2.1.5 / 07.2.2.1.5 - Outras entidades beneficiárias	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
07.1.2.2 / 07.2.2.2 - Receita não Fiscal	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
07.1.3 / 07.2.3 - Constituição e reforço/devolução de cauções e garantias	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
07.1.4 / 07.2.4 - Cobrança/Entrega de recursos próprios europeus	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
07.1.5 / 07.2.5 - Receção/receitas de receitas próprias - duplo cabimento	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
07.1.6 / 07.2.6 - Retenções - Transição para o SNC-AP	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
07.1.9 / 07.2.9 - Outras receitas/despesas de operações tesouraria	2957,49€	121332,95€	100787,49€	23502,95€
07.2.8 - Conversão de operações de tesouraria em receita orçamental	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Total	2957,49€	121332,95€	100787,49€	23502,95€

(Quadro 12)

5 – Contratação Administrativa

5.1 – Situação dos Contratos

(ver mapa de Situação dos contratos - Quadro 13 em anexo)

É cumprido o Código dos Contratos Públicos nomeadamente, em relação ao tipo de procedimento, aos limites de cada procedimento e de cada fornecedor.

5.2 – Adjudicações por Tipo de Procedimento

(ver mapa de Situação dos contratos - Quadro 14 em anexo)

Os procedimentos são lançados pela sua totalidade utilizando o tipo de procedimento ajustado ao valor do mesmo.

6 – Transferências e Subsídios

6.2 - Transferências e Subsídios Recebidos

O IGCP recebeu no período de relato proveniente do Capítulo 60 do Orçamento Geral do Estado, financiado por receitas gerais (FF519), 29,5 milhões de euros. Do montante total foram restituídos 526.183,75 euros em virtude de não existirem mais faturas referentes a DUC ou caixas do Tesouro, a pagamento. O total das transferências recebidas eram exclusivamente para suportar encargos com as entidades colaboradoras na rede de cobranças do Estado (Instituições de Crédito, CTT, SIBS e recolha de fundos nas caixas do Tesouro) no âmbito dos Protocolos de cobrança/Tesouraria Central do Estado.

Transferências e Subsídios Recebidos
PERÍODO DE 2022/01/01 A 2022/12/31

ORÇAMENTO		CCD - CRG	ANO
01 000000		01 000000	2022

Transferências correntes:								
Tpo de Recurso	Designação legal	Finalidade	Entidade Financiadora	Receita Prevista	Receita Recebida	Receita Prevista e não recebida	Devolução de Transferências/ Subsídios Ocorrida no exercício	Observações
000001 - Estado	Transferências correntes		Direção Geral Tesouro e Finanças	29 500 000,00	28 973 816,25	526 183,75		
Total								
Transferências capital:								
Total								
Subsídios:								
Total								

(Quadro 15)

7 – Outras divulgações

7.1 – Demonstração de Execução Orçamental de Receita

(ver mapa Demonstração de Execução Orçamental de Receita - Quadro 16 em anexo)

O total da receita cobrada ascendeu a 99.679.881,16 euros dos quais:

- i) 29.500.000,00 euros são receitas gerais (FF519);
- ii) 30.613.575,42 euros saldo transitados (FF522); e,
- iii) 39.566.305,74 euros, receita própria (FF513).

A receita do IGCP consiste na comissão de gestão que embora fixada em 28,18 milhões de euros, nos termos da alínea a) do número 1 do Art.º 26º do Decreto-Lei n.º 200/2012, de 27 de agosto. Embora requisitada na totalidade no decorrer de 2022, foi restituído ao orçamento dos Encargos da Dívida 17,75 milhões de euros e, 11.387.305,74 euros cobrados pela prestação de serviços bancários, nomeadamente pela utilização da rede de cobranças do Estado e dos montantes cobrados às entidades do setor público empresarial designadamente através dos contratos de mandato.

A receita cobrada pela FF519 (receitas gerais) era inicialmente de 29,5 milhões de euros e foram devolvidos à Direção Geral do Tesouro e Finanças a título de restituições, o montante de 526.183,75 euros.

7.2 - Demonstração de Execução Orçamental de Despesa

(ver mapa Demonstração de Execução Orçamental de Despesa - Quadro 17 em anexo)

O orçamento de despesa do IGCP é financiado por receitas próprias (FF513), com exceção das verbas que suportam os encargos com as entidades colaboradoras na rede de cobranças do Estado (Instituições de Crédito, CTT, SIBS e recolha de fundos nas caixas do Tesouro) no âmbito dos Protocolos de cobrança/Tesouraria Central do Estado, que se encontra inscrita no capítulo 60 do Orçamento Geral do Estado, financiadas por receitas gerais (FF519).

A despesa paga em 2022 ascendeu a 78.261.275,22 euros, incluindo:

- i) 30.613.575,42 aplicados em CEDIC conforme despacho nº 14343/2022, do Senhor Ministro das Finanças;
- ii) 28.973.816,25 euros, despesa paga por receitas gerais (FF 519);
- iii) 10.803.573,77 euros, pagos por receita própria (FF513) referentes a:
 - a. agrupamento 01 - Despesas com pessoal – 5.082.842,95 euros;
 - b. agrupamento 02 – Aquisições de bens e serviços – 1.847.424,07 euros;
 - c. agrupamento 06 – Outras despesas correntes – 3.565.581,66 euros; e,
 - d. agrupamento 07 – Investimentos – 307.725,09 euros.
- iv) 7.870.309,78 euros, pagos por receita própria (FF513) às entidades colaboradoras na cobrança. Dotação reforçada através da abertura de créditos especiais, conforme referido no ponto relativo às modificações orçamentais de despesa.

7.3 - Demonstração de Desempenho Orçamental

(ver mapa Demonstração de Desempenho Orçamental - Quadro 18 em anexo)

ANEXOS

BALANCETE DO RAZÃO

BALANCETE DO RAZÃO

SNC-AP

APURAMENTOS

EXERCÍCIO

2022

CONTA		MOVIMENTOS		ACUMULADOS		SALDOS	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	DÉBITO	CRÉDITO	DÉBITO	CRÉDITO	DÉBITO	CRÉDITO
0.1	Receita do período corrente	0,00	0,00	480 101 566,62	480 101 566,62	0,00	0,00
0.2	Despesa do período corrente	0,00	0,00	659 828 356,97	659 828 356,97	0,00	0,00
0.7	Operações de Tesouraria	0,00	0,00	445 636,35	445 636,35	0,00	0,00
1.1	Caixa	0,00	0,00	8 546 915,56	8 546 915,56	0,00	0,00
1.2	Depósitos à ordem	0,00	0,00	122 301 363,84	119 135 438,70	3 165 925,14	0,00
1.4	Outros instrumentos financeiros a curto prazo	0,00	0,00	90 843 504,21	60 229 928,79	30 613 575,42	0,00
2.1	Clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00	13 272 216,28	13 272 216,28	0,00	0,00
2.2	Fornecedores	0,00	0,00	43 609 857,13	43 609 857,13	0,00	0,00
2.3	Pessoal	0,00	0,00	2 554 621,36	2 554 621,36	0,00	0,00
2.4	Estado e outros entes públicos	0,00	0,00	6 735 866,67	6 759 369,62	0,00	23 502,95
2.7	Outras contas a receber e a pagar	0,00	0,00	123 447 075,97	125 521 504,97	0,00	2 074 429,00
2.8	Diferimentos	0,00	0,00	983 770,00	530 611,00	453 159,00	0,00
4.3	Ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	3 196 368,93	2 870 405,27	325 963,66	0,00
4.4	Ativos intangíveis	0,00	0,00	6 935 938,17	6 491 875,53	444 062,64	0,00
4.5	Investimentos em curso	0,00	0,00	981 911,99	24 538,50	957 373,49	0,00
5.1	Património/capital	0,00	0,00	0,00	50 000,00	0,00	50 000,00
5.5	Reservas	0,00	0,00	0,00	81 947,86	0,00	81 947,86
5.6	Resultados transitados	0,00	0,00	0,00	30 246 343,77	0,00	30 246 343,77
5.7	Ajustamentos em ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	1 268,55	0,00	1 268,55
6.2	Fornecimentos e serviços externos	0,00	40 144 822,41	54 236 681,59	54 236 681,59	0,00	0,00
6.3	Gastos com o pessoal	0,00	5 063 108,39	6 296 594,47	6 296 594,47	0,00	0,00
6.4	Gastos de depreciação e de amortização	0,00	374 956,06	374 956,06	374 956,06	0,00	0,00
6.8	Outros gastos	0,00	646,00	646,00	646,00	0,00	0,00
7.2	Prestações de serviços e concessões	25 663 283,83	5 571 000,00	47 553 412,46	47 553 412,46	0,00	0,00
7.5	Transferências e subsídios correntes obtidos	28 973 816,25	0,00	29 500 000,00	29 500 000,00	0,00	0,00
8.1	Resultado Líquido do Período	3 482 567,22	6 965 134,44	3 810 125,45	7 292 692,67	0,00	3 482 567,22
TOTAL		58 119 667,30	58 119 667,30	1 705 557 386,08	1 705 557 386,08	35 960 059,35	35 960 059,35

Aprovada em sessão

(Assinaturas)

ATIVOS INTANGÍVEIS

ATIVOS INTANGÍVEIS - VARIAÇÃO DAS AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADES ACUMULADAS

SNC-AP

APÓS APURAMENTOS 2022

ATIVOS INTANGÍVEIS	INÍCIO DO PERÍODO			FINAL DO PERÍODO				
	QUANTIA BRUTA	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS	QUANTIA ESCRITURADA	QUANTIA BRUTA	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS	QUANTIA ESCRITURADA
(1)	(2)	(3)	(4)	(5) = (2) - (3) - (4)	(6)	(7)	(8)	(9) = (6) - (7) - (8)
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Goodwill								
Projetos de desenvolvimento								
Programas de computador e sistemas de informação	6 681 422,74	6 047 494,44		633 928,30	6 726 833,56	6 282 770,92		444 062,64
Propriedade industrial e intelectual								
Outros								
Ativos intangíveis em curso	772 807,38			772 807,38	957 373,49			957 373,49
TOTAL	7 454 230,12	6 047 494,44		1 406 735,68	7 684 207,05	6 282 770,92		1 401 436,13

(quadro 6)

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS - VARIAÇÃO DAS DEPRECIAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADES ACUMULADAS

SNC-AP

APÓS APURAMENTOS 2022

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	INÍCIO DO PERÍODO				FINAL DO PERÍODO			
	QUANTIA BRUTA	DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS	QUANTIA ESCRITURADA	QUANTIA BRUTA	DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS	QUANTIA ESCRITURADA
(1)	(2)	(3)	(4)	(5) = (2) - (3) - (4)	(6)	(7)	(8)	(9) = (6) - (7) - (8)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções								
Infraestruturas								
Património histórico, artístico e cultural								
Outros								
Bens de domínio público em curso								
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções								
Infraestruturas								
Património histórico, artístico e cultural								
Ativos fixos em concessão em curso								
Outros ativos fixos tangíveis	3 101 621,33	2 713 726,25		387 895,08	3 162 370,05	2 836 406,39	0,00	325 963,66
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções	397 461,93	393 509,59		3 952,34	397 461,93	393 774,55		3 687,38
Equipamento básico								
Equipamento de transporte	133 657,74	133 213,31		444,43	133 657,74	133 657,74		
Equipamento administrativo	2 564 311,93	2 180 813,62		383 498,31	2 625 060,65	2 302 784,37		322 276,28
Equipamentos biológicos								
Outros	6 189,73	6 189,73			6 189,73	6 189,73		
Ativos fixos tangíveis em curso								
TOTAL	3 101 621,33	2 713 726,25		387 895,08	3 162 370,05	2 836 406,39		325 963,66

(Quadro 7)

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DE RECEITA

PERÍODO DE 2022/01/01 A 2022/12/31

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA		PREVISÕES INICIAIS	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS			PREVISÕES CORRIGIDAS	OBSERVAÇÕES
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO		CRÉDITOS ESPECIAIS		ANULAÇÕES		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(3)+(4)+(5)+(6)	(8)
319 06	Transferências correntes:	29 500 000,00	0,00	0,00	0,00	29 500 000,00	
319 0603	Administrações central:	29 500 000,00	0,00	0,00	0,00	29 500 000,00	
319 060301	Estado.	29 500 000,00	0,00	0,00	0,00	29 500 000,00	
319 060301 99 78	Estado.	29 500 000,00	0,00	0,00	0,00	29 500 000,00	
513 07	Venda de bens e serviços correntes:	28 179 000,00	0,00	0,00	0,00	28 179 000,00	
513 0702	Serviços:	28 179 000,00	0,00	0,00	0,00	28 179 000,00	
513 070299	Outros.	28 179 000,00	0,00	0,00	0,00	28 179 000,00	
513 070299 99 78	Outros.	28 179 000,00	0,00	0,00	0,00	28 179 000,00	
513 08	Outras receitas correntes:	0,00	0,00	13 000 000,00	0,00	13 000 000,00	
513 0801	Outras receitas correntes:	0,00	0,00	13 000 000,00	0,00	13 000 000,00	
513 080199	Outras.	0,00	0,00	13 000 000,00	0,00	13 000 000,00	
513 080199 99 78	Outras.	0,00	0,00	13 000 000,00	0,00	13 000 000,00	
522 16	Saldo da gerência anterior:	0,00	0,00	30 613 576,00	0,00	30 613 576,00	
522 1601	Saldo orçamental:	0,00	0,00	30 613 576,00	0,00	30 613 576,00	
522 160103	Na posse do serviço - Consignado.	0,00	0,00	30 613 576,00	0,00	30 613 576,00	
522 160103 01 78	Na posse do serviço - Consignado.	0,00	0,00	30 613 576,00	0,00	30 613 576,00	
TOTAL		57 679 000,00	0,00	43 613 576,00	0,00	101 292 576,00	

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DE DESPESA

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS - DESPESA

PERÍODO DE 2022/01/01 A 2022/12/31

CLASS. ORGÂNICA	CÓD. ORÇ. PRIVATIVO	ANO
071900300	071900300	2022

CLASSIFICAÇÃO ECONOMICA			ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS					DOTAÇÕES CORRIGIDAS	OBSERVAÇÕES
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	DOTAÇÕES INICIAIS	TRANSFERENCIAS DE VERBAS ENTRE RUBRICAS		CRÉDITOS ESPECIAIS	MODIFICAÇÕES NA REDACÇÃO DA RUBRICA	REP. ABAT. AOS PAGAMENTOS		
			REFORÇOS	ANULAÇÕES					
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(3)+(4)-(5)+(6)+-	(10)
319 02	Aquisição de bens e serviços	29 500 000,00	0,00	0,00	0,00			29 500 000,00	
319 0202	Aquisição de serviços	29 500 000,00	0,00	0,00	0,00			29 500 000,00	
319 020224 00 00	Encargos de cobrança de receitas	29 500 000,00	0,00	0,00	0,00			29 500 000,00	
513 01	Despesas com o pessoal	5 720 123,00	145 250,00	145 250,00	0,00			5 720 123,00	
513 0101	Remunerações certas e permanentes	4 336 864,00	125 500,00	140 250,00	0,00			4 322 114,00	
513 010102 00 00	Órgãos sociais	275 108,00	33 500,00	0,00	0,00			308 608,00	
513 010103 00 00	Pessoal dos quadros-Regime de função pública	124 071,00	2 000,00	2 000,00	0,00			124 071,00	
513 010104 00 00	Pessoal dos quadros-Reg de contrato individual trabalho	3 164 576,00	5 000,00	136 494,00	0,00			3 033 082,00	
513 010108 00 00	Pessoal aguardando aposentação	0,00	20 000,00	1 756,00	0,00			18 244,00	
513 010109 00 00	Pessoal em qualquer outra situação	19 000,00	0,00	0,00	0,00			19 000,00	
513 010113 00 00	Subsídio de refeição	222 287,00	2 000,00	0,00	0,00			224 287,00	
513 010114	Subsídio de férias e de Natal	526 822,00	51 000,00	0,00	0,00			577 822,00	
513 010114 SF 00	Subsídio de férias e de Natal	268 905,00	16 000,00	0,00	0,00			284 905,00	
513 010114 SN 00	Subsídio de férias e de Natal	257 917,00	35 000,00	0,00	0,00			292 917,00	
513 010115 00 00	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	5 000,00	12 000,00	0,00	0,00			17 000,00	
513 0102	Abonos variáveis ou eventuais	161 957,00	15 000,00	5 000,00	0,00			171 957,00	
513 010202 00 00	Horas extraordinárias	16 000,00	15 000,00	0,00	0,00			31 000,00	
513 010204 00 00	Ajudas de custo	65 957,00	0,00	5 000,00	0,00			60 957,00	
513 010214 00 00	Outros abonos em numerário ou espécie	80 000,00	0,00	0,00	0,00			80 000,00	
513 0103	Segurança social	1 221 302,00	4 750,00	0,00	0,00			1 226 052,00	
513 010303 00 00	Subsídio familiar a crianças e jovens	1 497,00	0,00	0,00	0,00			1 497,00	
513 010304 00 00	Outras prestações familiares	20 527,00	3 000,00	0,00	0,00			23 527,00	
513 010305	Contribuições para a segurança social	1 169 785,00	1 500,00	0,00	0,00			1 171 285,00	
513 010305 A0 A0	Contribuições para a segurança social - CGA	481 823,00	1 500,00	0,00	0,00			483 323,00	
513 010305 A0 B0	Contribuições para a segurança social - Seg Social	434 588,00	0,00	0,00	0,00			434 588,00	
513 010305 A0 O0	Contribuições para a segurança social - Outras	253 374,00	0,00	0,00	0,00			253 374,00	
513 010309 00 00	Seguros	26 689,00	0,00	0,00	0,00			26 689,00	
513 010310	Outras despesas de segurança social	2 804,00	250,00	0,00	0,00			3 054,00	
513 010310 SS 00	Outras despesas de segurança social	2 804,00	250,00	0,00	0,00			3 054,00	
513 02	Aquisição de bens e serviços	2 063 940,00	9 626 513,00	126 513,00	0,00			11 563 940,00	
513 0201	Aquisição de bens	43 984,00	5 236,00	3 300,00	0,00			45 920,00	
513 020102 00 00	Combustíveis e lubrificantes	6 240,00	696,00	0,00	0,00			6 936,00	
513 020104 00 00	Limpeza e higiene	5 700,00	0,00	900,00	0,00			4 800,00	
513 020108	Material de escritório	12 395,00	1 100,00	2 400,00	0,00			11 095,00	
513 020108 A0 00	Material de escritório - Papel	2 585,00	0,00	1 900,00	0,00			685,00	
513 020108 B0 00	Material de escritório - Consumíveis Imp.	8 500,00	0,00	0,00	0,00			8 500,00	
513 020108 C0 00	Material de escritório - Outros	1 310,00	1 100,00	0,00	0,00			2 410,00	
513 020112 00 00	Material de transporte-peças	680,00	0,00	500,00	0,00			180,00	
513 020115 00 00	Prémios condecorações e ofertas	100,00	0,00	0,00	0,00			100,00	
513 020117 00 00	Ferramentas e utensílios	150,00	0,00	0,00	0,00			150,00	
513 020118 00 00	Livros e documentação técnica	12 350,00	2 040,00	0,00	0,00			14 390,00	
513 020121 00 00	Outros bens	6 369,00	1 400,00	0,00	0,00			7 769,00	
513 0202	Aquisição de serviços	2 019 956,00	9 621 277,00	123 213,00	0,00			11 518 020,00	
513 020201	Encargos das instalações	161 563,00	25 913,00	0,00	0,00			187 476,00	
513 020201 B0 00	Encargos das instalações	161 563,00	25 913,00	0,00	0,00			187 476,00	
513 020202 00 00	Limpeza e higiene	41 728,00	0,00	6 730,00	0,00			34 998,00	
513 020203 00 00	Conservação de bens	23 670,00	0,00	9 326,00	0,00			14 344,00	
513 020204	Locação de edifícios	448 219,00	61 724,00	0,00	0,00			509 943,00	
513 020204 C0 00	Locação de edifícios - Outros	448 219,00	61 724,00	0,00	0,00			509 943,00	
513 020206 00 00	Locação de material de transporte	18 644,00	0,00	3 927,00	0,00			14 717,00	
513 020209	Comunicações	78 896,00	6 039,00	3 008,00	0,00			81 927,00	
513 020209 A0 00	Comunicações - Acesso à Internet	30 730,00	0,00	0,00	0,00			30 730,00	
513 020209 B0 00	Comunicações - Com fixas de Dados	8 376,00	0,00	992,00	0,00			7 384,00	
513 020209 C0 00	Comunicações - Com Fixas de Voz	3 033,00	0,00	2 016,00	0,00			1 017,00	
513 020209 D0 00	Comunicações - Comunicações Móveis	6 680,00	39,00	0,00	0,00			6 719,00	
513 020209 F0 00	Comunicações - Out Serv Comunicação	30 077,00	6 000,00	0,00	0,00			36 077,00	
513 020211 00 00	Representação dos serviços	14 000,00	1 126,00	2 600,00	0,00			12 526,00	
513 020212	Seguros	3 855,00	642,00	0,00	0,00			4 497,00	
513 020212 B0 00	Seguros - Outras	3 855,00	642,00	0,00	0,00			4 497,00	
513 020213 00 00	Deslocações e estadas	93 203,00	0,00	25 039,00	0,00			68 164,00	
513 020214	Estudos pareceres projectos e consultadoria	7 450,00	0,00	2 750,00	0,00			4 700,00	
513 020214 D0 00	Estudos pareceres projectos e consultadoria - Outros	7 450,00	0,00	2 750,00	0,00			4 700,00	
513 020215	Formação	52 250,00	1 000,00	1 000,00	0,00			52 250,00	
513 020215 A0 00	Formação - Tec. Informação e Comunicação	20 000,00	1 000,00	0,00	0,00			21 000,00	
513 020215 B0 00	Formação - Outras	32 250,00	0,00	1 000,00	0,00			31 250,00	
513 020217	Publicidade	1 150,00	0,00	0,00	0,00			1 150,00	
513 020217 C0 00	Publicidade	1 150,00	0,00	0,00	0,00			1 150,00	
513 020219	Assistência técnica	491 078,00	170 500,00	21 000,00	0,00			640 578,00	
513 020219 A0 A0	Assistência técnica-Hardware-Impres/Fotoc/Scanner	3 000,00	0,00	0,00	0,00			3 000,00	
513 020219 A0 B0	Assistência técnica - Hardware - Outros	63 615,00	21 000,00	0,00	0,00			84 615,00	
513 020219 B0 00	Assistência técnica - Software Informático	404 381,00	149 500,00	20 000,00	0,00			533 881,00	
513 020219 C0 00	Assistência técnica - Outros	20 082,00	0,00	1 000,00	0,00			19 082,00	

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS - DESPESA

PERÍODO DE 2022/01/01 A 2022/12/31

CLASS. ORGÂNICA	CÓD. ORÇ. PRIVATIVO	ANO
071900300	071900300	2022

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES INICIAIS	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS				DOTAÇÕES CORRIGIDAS	OBSERVAÇÕES	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO		TRANSFERÊNCIAS DE VERBAS ENTRE RUBRICAS		CRÉDITOS ESPECIAIS	MODIFICAÇÕES NA REDACÇÃO DA RUBRICA			REP. ABAT. AOS PAGAMENTOS
			REFORÇOS	ANULAÇÕES					
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(3)+(4)-(5)+(6)+-	(10)
513 020220	Outros trabalhos especializados	167 834,00	47 833,00	0,00	0,00			215 667,00	
513 020220 A0 A0	Outros trabalhos especializados - Desenv. software	2 000,00	0,00	0,00	0,00			2 000,00	
513 020220 B0 00	Outros trabalhos especializados - Pag. ESPAP IP	23 666,00	47 833,00	0,00	0,00			71 499,00	
513 020220 D0 00	Outros trabalhos especializados - Patrocinio Judiciário	56 146,00	0,00	0,00	0,00			56 146,00	
513 020220 E0 00	Outros trabalhos especializados - Outros	86 022,00	0,00	0,00	0,00			86 022,00	
513 020224 00 00	Encargos de cobrança de receitas	0,00	9 290 500,00	0,00	0,00			9 290 500,00	
513 020225 00 00	Outros serviços	416 416,00	16 000,00	47 833,00	0,00			384 583,00	
513 06	Outras despesas correntes	2 679 602,00	1 200 000,00	0,00	0,00			3 879 602,00	
513 0602	Diversas	2 679 602,00	1 200 000,00	0,00	0,00			3 879 602,00	
513 060203	Outras	2 679 602,00	1 200 000,00	0,00	0,00			3 879 602,00	
513 060203 00 00	Outras	2 400 000,00	1 200 000,00	0,00	0,00			3 600 000,00	
513 060203 R0 00	Outras - Reserva	279 602,00	0,00	0,00	0,00			279 602,00	
513 07	Aquisição de bens de capital	1 000 000,00	6 000,00	206 000,00	0,00			800 000,00	
513 0701	Investimentos	1 000 000,00	6 000,00	206 000,00	0,00			800 000,00	
513 070107	Equipamento de informática	105 000,00	6 000,00	6 000,00	0,00			105 000,00	
513 070107 B0 A0	Equipamento de informática - Hardware comunic	5 000,00	6 000,00	0,00	0,00			11 000,00	
513 070107 B0 C0	Equipamento de informática - Outros	100 000,00	0,00	6 000,00	0,00			94 000,00	
513 070108	Software informático	890 000,00	0,00	200 000,00	0,00			690 000,00	
513 070108 B0 B0	Software informático - Outros	890 000,00	0,00	200 000,00	0,00			690 000,00	
513 070109	Equipamento administrativo	5 000,00	0,00	0,00	0,00			5 000,00	
513 070109 B0 B0	Equipamento administrativo - Outros	5 000,00	0,00	0,00	0,00			5 000,00	
522 09	Activos financeiros	0,00	30 613 576,00	0,00	0,00			30 613 576,00	
522 0902	Titulos a curto prazo	0,00	30 613 576,00	0,00	0,00			30 613 576,00	
522 090205 00 00	Administração pública central - Estado	0,00	30 613 576,00	0,00	0,00			30 613 576,00	
TOTAL		40 963 665,00	41 591 339,00	477 763,00	0,00			82 077 241,00	

(Quadro 11)

SITUAÇÃO DOS CONTRATOS

SITUAÇÃO DOS CONTRATOS

PERÍODO 2022/01/01 A 2022/12/31

ENTIDADE		CONTRATO							PROCEDIMEN TO DE CONTRATAÇÃ O	COMUNICAÇÃO AO T.C.			VISTO DO T. C.		DATA DO PRIMEIRO PAGAMENTO	PAGAMENTOS NO PERÍODO					PAGAMENTOS ACUMULADOS					OBSERVAÇÕES
DESIGNAÇÃO	NIPC	TIPO	DATA	VALOR DO CONTRATO	PREÇO CONTRATUAL	PRAZO DE EXECUÇÃO	INÍCIO EXECUÇÃO FÍSICA	MECP LEI Nº 30/2021		CONTRATOS ADICIONAIS	CONTRATOS COVID-19	NÚMERO DE REGISTO	DATA	TRABALHOS NORMAIS		REVISÃO DE PREÇOS	TRABALHOS A MAIS	TRABALHOS SUPRIMENTO ERROS/ OMISSÕES	OUTROS TRABALHOS/T RABALHOS A MENOS	TRABALHOS NORMAIS	REVISÃO DE PREÇOS	TRABALHOS A MAIS	TRABALHOS SUPRIMENTO ERROS/ OMISSÕES	OUTROS TRABALHOS/T RABALHOS A MENOS		
		OBJECTO																								
		(1) OBJECTO (2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)	(16)	(17)	(18)	(19)	(20)	(21)	(22)	(23)	(24)	(25)	
SIBS Forward Payment Solutions	505107546	Aquisição de serviços Empreendadas de obras públicas	27-11-2019	30 565,50	30 565,50	1130	29-11-2019	Ajuste Direto						30-01-2020	10 332,00					30 565,50					Nº Ct: 0000147	
Multicert - Servicos de Certificacao Electronica, SA	505767457	Aquisição de serviços Aquisição de serviços	04-05-2021	91 749,68	91 749,68	28-08-1900	06-06-2019	Concurso Público Comunitário						06-05-2021	15 080,05					91 749,68					Nº Ct: 0000179	
Hardsecure, Segurança em Redes SI	509877877	Aquisição de serviços Aquisição de serviços	24-01-2022	24 563,10	24 563,10	06-12-1901	21-01-2022	Consulta Prévia						04-03-2022	22 516,23					22 516,23					Nº Ct: 0000187	
Multicert - Servicos de Certificacao Electronica, SA	505767457	Aquisição de serviços Aquisição de serviços	10-02-2022	80 663,40	80 663,40	16-02-1901	01-01-2022	Ajuste Direto						27-04-2022	46 909,94					46 909,94					Nº Ct: 0000192	
Inetum Espana, S.A., Sucursal em Portugal	980079659	Aquisição de serviços Aquisição de serviços	18-02-2022	22 140,00	22 140,00	10-05-1901	01-01-2022	Ajuste Direto						19-07-2022	20 295,00					20 295,00					Nº Ct: 0000194	
ANO - SISTEMAS DE INFORMÁTICA E SERVIÇOS LDA	503182710	Aquisição de serviços Aquisição de serviços	28-02-2022	8 301,27	8 301,27	01-11-1901	28-02-2022	Ajuste Direto						26-10-2022	5 226,89					5 226,89					Nº Ct: 0000196	
CTT-Correios de Portugal SA	500077568	Aquisição de serviços Aquisição de serviços	02-03-2022	3 413 241,00	3 413 241,00	14-03-1902	16-05-2022	Ajuste Direto						26-07-2022	913 262,24					913 262,24					Nº Ct: 0000197	
Quidgest - Consultores de Gestão S.A.	501989978	Aquisição de serviços Aquisição de serviços	01-04-2022	133 833,84	133 833,84	01-10-1902	01-01-2022	Concurso Público Comunitário						07-09-2022	66 916,92					66 916,92					Nº Ct: 0000200	
MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, SA	504615947	Aquisição de serviços Aquisição de serviços	17-05-2022	2 878,20	2 878,20	15-08-1901	01-06-2022	Ajuste Direto						16-09-2022	1 364,89					1 364,89					Nº Ct: 0000204	
Capgemini- Consulting Technology Outsourcing	502829257	Aquisição de serviços Aquisição de serviços	07-07-2022	30 405,60	30 405,60	23-12-1900	01-07-2022	Ajuste Direto						29-11-2022	10 135,20					10 135,20					Nº Ct: 0000206	
TOTAL				3 838 341,59	3 838 341,59										1 112 039,36					1 208 942,49						

(Quadro 13)

ADJUDICAÇÕES POR TIPO DE PROCEDIMENTO



Agência de Gestão da Tesouraria
e da Dívida Pública

www.igcp.pt

FORMAS DE ADJUDICAÇÃO

PERÍODO DE 2022/01/01 A 2022/12/31

[illegible]

FORMAS DE ADJUDICAÇÃO

PERÍODO DE 2022/01/01 A 2022/12/31

TIPO DE CONTRATO	FORMAS DE ADJUDICAÇÃO														TOTAL	
	Concurso público		Concurso público ou limitado com publicação de anúncio		Por negociação com publicação prévia de anúncio		Por negociação sem publicação prévia de anúncio									
	Nº DE CONTRATOS	VALOR	Nº DE CONTRATOS	VALOR	Nº DE CONTRATOS	VALOR	Nº DE CONTRATOS	VALOR							Nº DE CONTRATOS	VALOR
A termo certo																
A termo incerto																
Alugueres de longa duração - ALDS															1,00	11 919,28
Arrendamento de instalações															1,00	545 044,29
Assistência técnica e manutenção																
Concessão (Outras)																
Concessão (SCUTS																
Cooperação financeira																
Empreitadas de obras públicas																
Estudos, projectos e consultoria																
Fiscalização de obras																
Fornecimentos - aprovisionamento público																
Fornecimentos - em geral																
Incentivos financeiros																
Limpeza e higiene																
Locação financeira - bens de defesa																
Locação financeira - edifícios																
Locação financeira - material de informática																
Locação financeira - material de transporte																
Locação financeira - outros bens																
Outros																
Prestação de serviços	9,00	32 044 171,75													29,00	36 219 748,15
Programa																
Realojamento INH - acordos de adesão																
Realojamento INH - acordos de colaboração																
Seguros																
Tarefa ou avença																
Vigilância e segurança																

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DE RECEITA

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA

SNC-AP

ANTES DE APURAMENTOS 2022

CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA:

071900300

[illegible]

(Quadro 16)

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DE DESPESA

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA

SNC-AP

ANTES APURAMENTOS 2022

CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA: 071900300

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	DESPESAS POR PAGAR DE PERÍODOS ANTERIORES	DOTAÇÕES CORRIGIDAS	CATIVOS	DESCATIVOS	DOTAÇÕES DISPONÍVEIS	CABIMENTOS	COMPRO-MISSOS	OBRIGAÇÕES	DESPESAS PAGAS BRUTAS	REPOSIÇÕES ABATIDAS		DESPESAS PAGAS LÍQUIDAS			COMPRO-MISSOS A TRANSITAR	OBRIGAÇÕES POR PAGAR	COMPROMISSOS ASSUMIDOS PARA PERÍODOS FUTUROS					OBRIGAÇÕES PARA PERÍODOS FUTUROS				
										EMITIDAS	RECEBIDAS	PERÍODOS ANTERIORES	PERÍODO CORRENTE	TOTAL			(N+1)	(N+2)	(N+3)	(N+4)	PERÍODOS SEGUINTES	(N+1)	(N+2)	(N+3)	(N+4)	PERÍODOS SEGUINTES
DESPESA CORRENTE	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)=(12)+(13)	(15)=(7)-(8)	(16)=(8)-(14)	(17)	(18)	(19)	(20)	(21)	(22)	(23)	(24)	(25)	(26)
160.007001.319.0202240000.243	0,00	29 500 000,00	4 430 917,00	4 430 917,00	526 183,75	28 973 816,25	28 973 816,25	28 973 816,25	28 973 843,78	27,53	27,53	0,00	28 973 816,25	28 973 816,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
160.007001.513.0101020000.249	0,00	308 608,00	0,00	0,00	597,64	308 010,36	308 010,36	308 010,36	308 010,36	0,00	0,00	0,00	308 010,36	308 010,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
160.007001.513.0101030000.243	0,00	124 071,00	0,00	0,00	581,24	123 489,76	123 489,76	123 489,76	123 489,76	0,00	0,00	0,00	123 489,76	123 489,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
160.007001.513.0101040000.249	0,00	3 033 082,00	0,00	0,00	396 028,02	2 637 053,98	2 637 053,98	2 637 053,98	2 637 218,69	164,71	164,71	0,00	2 637 053,98	2 637 053,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
160.007001.513.0101080000.249	0,00	18 244,00	0,00	0,00	0,69	18 243,31	18 243,31	18 243,31	18 243,31	0,00	0,00	0,00	18 243,31	18 243,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
160.007001.513.0101090000.249	0,00	19 000,00	0,00	0,00	5 110,34	13 889,66	13 889,66	13 889,66	14 186,66	297,00	297,00	0,00	13 889,66	13 889,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
160.007001.513.0101130000.243	0,00	13 972,00	0,00	0,00	95,21	13 876,79	13 876,79	13 876,79	13 876,79	0,00	0,00	0,00	13 876,79	13 876,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
160.007001.513.0101130000.249	0,00	210 315,00	0,00	0,00	8 176,39	202 138,61	202 138,61	202 138,61	202 138,61	0,00	0,00	0,00	202 138,61	202 138,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
160.007001.513.010114SN00.243	0,00	10 846,00	0,00	0,00	423,75	10 422,25	10 422,25	10 422,25	10 422,25	0,00	0,00	0,00	10 422,25	10 422,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
160.007001.513.010114SN00.249	0,00	282 071,00	0,00	0,00	40 002,65	242 068,35	242 068,35	242 068,35	242 068,35	0,00	0,00	0,00	242 068,35	242 068,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
160.007001.513.010114SF00.243	0,00	10 846,00	0,00	0,00	423,75	10 422,25	10 422,25	10 422,25	10 422,25	0,00	0,00	0,00	10 422,25	10 422,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
160.007001.513.010114SF00.249	0,00	274 059,00	0,00	0,00	503,13	273 555,87	273 555,87	273 555,87	273 555,87	0,00	0,00	0,00	273 555,87	273 555,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
160.007001.513.0101150000.243	0,00	2 500,00	0,00	0,00	1 250,37	1 249,63	1 249,63	1 249,63	1 249,63	0,00	0,00	0,00	1 249,63	1 249,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
160.007001.513.0101150000.249	0,00	14 500,00	0,00	0,00	4 720,05	9 779,95	9 779,95	9 779,95	9 779,95	0,00	0,00	0,00	9 779,95	9 779,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
160.007001.513.0102020000.243	0,00	1 500,00	0,00	0,00	772,73	772,27	772,27	772,27	772,27	0,00	0,00	0,00	772,27	772,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
160.007001.513.0102020000.249	0,00	29 500,00	0,00	0,00	3 492,90	26 007,10	26 007,10	26 007,10	26 007,10	0,00	0,00	0,00	26 007,10	26 007,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
160.007001.513.0102040000.249	0,00	60 957,00	0,00	0,00	35 815,25	25 141,75	25 141,75	25 141,75	25 141,75	0,00	0,00	0,00	25 141,75	25 141,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
160.007001.513.0102140000.249	0,00	80 000,00	0,00	0,00	27 349,26	52 650,74	52 650,74	52 650,74	52 650,74	0,00	0,00	0,00	52 650,74	52 650,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
160.007001.513.0103030000.249	0,00	1 497,00	0,00	0,00	22,80	1 474,20	1 474,20	1 474,20	1 474,20	0,00	0,00	0,00	1 474,20	1 474,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
160.007001.513.0103040000.249	0,00	23 527,00	0,00	0,00	222,70	23 304,30	23 304,30	23 304,30	23 304,30	0,00	0,00	0,00	23 304,30	23 304,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
160.007001.513.010305A0C00.249	0,00	253 374,00	0,00	0,00	66 892,86	186 481,14	186 481,14	186 481,14	186 481,14	0,00	0,00	0,00	186 481,14	186 481,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
160.007001.513.010305A0B00.249	0,00	434 588,00	0,00	0,00	34 704,05	399 883,95	399 883,95	399 883,95	399 883,95	0,00	0,00	0,00	399 883,95	399 883,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
160.007001.513.010305A0A00.243	0,00	39 874,00	0,00	0,00	826,42	39 047,58	39 047,58	39 047,58	39 047,58	0,00	0,00	0,00	39 047,58	39 047,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
160.007001.513.010305A0A00.249	0,00	443 449,00	0,00	0,00	5 718,14	437 730,86	437 730,86	437 730,86	437 730,86	0,00	0,00	0,00	437 730,86	437 730,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
160.007001.513.01030900000.243	0,00	1 104,00	0,00	0,00	194,00	910,00	910,00	910,00	910,00	0,00	0,00	0,00	910,00	910,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
160.007001.513.01030900000.249	0,00	25 585,00	0,00	0,00	3 396,99	22 188,01	22 188,01	22 188,01	22 763,92	575,91	575,91	0,00	22 188,01	22 188,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
160.007001.513.010310SS000.243	0,00	989,00	0,00	0,00	0,00	989,00	989,00	989,00	989,00	0,00	0,00	0,00	989,00	989,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				

DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

SNC-AP

ANTES DE APURAMENTOS 2022

CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA: 071900300

RUB.	RECEBIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						n-1	RUB.	PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						n-1
		RP	RG	UE	EMPR.	F. ALHEIOS	TOTAL				RP	RG	UE	EMPR.	F. ALHEIOS	TOTAL	
	Saldo de gestão anterior																
	Operações orçamentais [1]	30 613 575,42					30 613 575,42	29 616 374,16									
	Devolução do saldo oper. orçamentais																
	Recabimento do saldo oper. orçamentais devolvido por entidades terceiras																
	Operações de tesouraria [A]					2 957,49	2 957,49	76 033,93									
	Recorreinte									Despesa corrente							
R1	Recorreinte								D1	Despesas com o pessoal							
R11	Impostos diretos								D11	Remunerações Certas e Permanentes	3 864 200,77				3 864 200,77	3 744 059,11	
R12	Impostos indiretos								D12	Abonos Variáveis ou Eventuais	104 571,86				104 571,86	25 553,36	
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subistemas de saúde								D13	Segurança Social	1 114 070,32				1 114 070,32	1 084 191,90	
R3	Taxas, multas e outras penalidades								D2	Aquisição de bens e serviços	9 717 733,85	28 973 816,25			38 691 550,10	35 739 740,76	
R4	Rendimentos de propriedade								D3	Juros e outros encargos							
R5	Transferências e subsídios correntes		28 973 816,25				28 973 816,25	26 318 970,51	D4	Transferências e subsídios correntes							
R51	Transferências correntes		28 973 816,25				28 973 816,25	26 318 970,51	D41	Transferências correntes							
R511	Administrações Públicas		28 973 816,25				28 973 816,25	26 309 935,00	D411	Administrações Públicas							
R5111	Administração Central - Estado Português		28 973 816,25				28 973 816,25	26 309 935,00	D4111	Administração Central - Estado Português							
R5112	Administração Central - Outras entidades								D4112	Administração Central - Outras entidades							
R5113	Segurança Social								D4113	Segurança Social							
R5114	Administração Regional								D4114	Administração Regional							
R5115	Administração Local								D4115	Administração Local							
R512	Exterior - U E							9 035,51	D412	Entidades do setor não lucrativo							
R513	Outras								D413	Famílias							
R52	Subsídios correntes								D414	Outras							
R6	Venda de bens e serviços	10 429 000,00					10 429 000,00	7 682 800,00	D42	Subsídios correntes							
R7	Outras receitas correntes	11 387 305,74					11 387 305,74	10 771 473,94	D5	Outras despesas correntes	3 565 581,66				3 565 581,66	3 028 789,98	
	Recorreinte de capital									Despesa de capital							
R8	Venda de bens de investimento								D6	Aquisição de bens de capital	307 725,09				307 725,09	153 708,08	
R9	Transferências e subsídios de capital								D7	Transferência e subsídios de capital							
R91	Transferências de capital								D71	Transferências de capital							
R911	Administrações Públicas								D711	Administrações Públicas							
R9111	Administração Central - Estado Português								D7111	Administração Central - Estado Português							
R9112	Administração Central - Outras entidades								D7112	Administração Central - Outras entidades							
R9113	Segurança Social								D7113	Segurança Social							
R9114	Administração Regional								D7114	Administração Regional							
R9115	Administração Local								D7115	Administração Local							
R912	Exterior - U E								D712	Entidades do setor não lucrativo							
R913	Outras								D713	Famílias							
R92	Subsídios de capital								D714	Outras							
R10	Outras receitas de capital								D72	Subsídios de capital							
R11	Reposições não afetadas aos pagamentos								D8	Outras despesas de capital							
	Recorreinte efetiva [2]	21 816 305,74	28 973 816,25	0,00	0,00	0,00	50 790 121,99	44 773 244,45		Despesa efetiva [5]	18 673 883,55	28 973 816,25	0,00	0,00	0,00	47 647 699,80	43 776 043,19
	Recorreinte não efetiva [3]									Despesa não efetiva [6]	30 613 575,42					30 613 575,42	
R12	Recorreinte com ativos financeiros								D9	Despesa com ativos financeiros	30 613 575,42					30 613 575,42	
R13	Recorreinte com passivos financeiros								D10	Despesa com passivos financeiros							
	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	52 429 881,16	28 973 816,25	0,00	0,00	0,00	81 403 697,41	74 389 618,61		Soma [7]=[5]+[6]	49 287 458,97	28 973 816,25	0,00	0,00	0,00	78 261 275,22	43 776 043,19
	Operações de tesouraria [B]					121 332,95	121 332,95	100 310,85		Operações de tesouraria [C]					100 787,49	100 787,49	173 387,29
										Saldo para a gestão seguinte							
										Operações orçamentais [8]=[4]-[7]	3 142 422,19					3 142 422,19	30 613 575,42
										Operações de tesouraria [D]=[A]-[B]-[C]					23 502,95	2 957,49	
										Saldo global [2]-[5]	3 142 422,19	0,00	0,00	0,00	0,00	3 142 422,19	997 201,26
										Despesa primária	49 287 458,97	28 973 816,25				78 261 275,22	43 776 043,19
										Saldo corrente	3 450 147,28	0,00				3 450 147,28	1 150 909,34
										Saldo de capital	-307 725,09	0,00				-307 725,09	-153 708,08
										Saldo primário	3 142 422,19	0,00				3 142 422,19	997 201,26
										Recorreinte total [1]-[2]+[3]	52 429 881,16	28 973 816,25				81 403 697,41	74 389 618,61
										Despesa total [5]+[6]	49 287 458,97	28 973 816,25				78 261 275,22	43 776 043,19

(Quadro 18)